

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANA DE OLIVEIRA SOUZA



ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
SUSTENTÁVEL: ESTUDO DA ATUAÇÃO DAS MULHERES NO
EMPREENHIMENTO SOCIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

MATINHOS
2018

JULIANA DE OLIVEIRA SOUZA

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL:
ESTUDO DA ATUAÇÃO DAS MULHERES NO EMPREENDIMENTO SOCIAL DA
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Ciências Ambientais, da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral.

Orientadora: Profa. Dra. Elaine Cristina de Oliveira Menezes

MATINHOS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

334

S729e Souza, Juliana de Oliveira

Economia solidária e desenvolvimento territorial sustentável: estudo da atuação das mulheres no empreendimento social da região metropolitana de Curitiba / Juliana de Oliveira Souza. – Matinhos, 2018.

154 p.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, Matinhos – PR, 2018.

Orientadora: Elaine Cristina de Oliveira Menezes.

1. Economia solidária – Almirante Tamandaré (PR). 2. Empreendedorismo – Mulheres. I. Menezes, Elaine Cristina de Oliveira. II. Universidade Federal do Paraná. Setor Litoral. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável. III. Título.

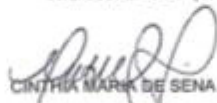
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral

Ficha catalográfica elaborado por: Fabrício Silva Assumpção – CRB-9/1867

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**

No dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito às 15:00 horas, na sala Sala de reuniões, Setor Litoral, foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda JULIANA DE OLIVEIRA SOUZA para a Defesa Pública de sua dissertação intitulada **ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: ESTUDO DA ATUAÇÃO DAS MULHERES NO EMPREENHIMENTO SOCIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MENEZES (UFPR), LUCIANA FRANCISCO DE ABREU RONCONI (UDESC), CINTHIA MARIA DE SENA ABRAHÃO (UFPR), ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela APROVAÇÃO da aluna. A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MENEZES, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

MATINHOS, 25 de Junho de 2018.

ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MENEZES
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)LUCIANA FRANCISCO DE ABREU RONCONI
Avaliador Externo (UDESC)CINTHIA MARIA DE SENA ABRAHÃO
Avaliador Externo (UFPR)ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA
Avaliador Externo (UFPR)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de JULIANA DE OLIVEIRA SOUZA intitulada: **ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: ESTUDO DA ATUAÇÃO DAS MULHERES NO EMPREENDIMENTO SOCIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 25 de Junho de 2018.



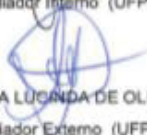
ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MENEZES
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)



LUCIANA FRANCISCO DE ABREU RONCONI
Avaliador Externo (UDESC)



CINTHIA MARIA DE SENA ABRAHÃO
Avaliador Interno (UFPR)



ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA
Avaliador Externo (UFPR)

Dedico esse trabalho à minha mãe, Marly, que não está mais entre nós, não fisicamente, mas permanece presente em tudo o que faço, não me deixando esquecer a mulher que me ensinou a ser.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora querida, Prof^a Dr^a Elaine Cristina de Oliveira Menezes, pelo acompanhamento, orientação e paciência. A quem eu agradeço imensamente o encorajamento por finalizar esta etapa da minha formação acadêmica.

À PUCPR ao apoio recebido, liberando-me para realizar as disciplinas do programa de pós-graduação.

À Prof^a Dr^a Marcia Regina Ferreira, pelas disciplinas ministradas que fizeram toda diferença na minha formação, pelas conversas e incentivo.

Às colegas de programa de pós-graduação, Camila Melo e Ednéia Cachoeira, amigas que com certeza farão parte da minha vida por muito tempo, com quem tive a oportunidade de discutir ideias, aprender e crescer de uma forma que só o coletivo proporciona.

Às coordenadoras da PUCPR, Mari Regina Anastacio e Debora Ester Feola Bana, que proporcionaram alternativas a minha ausência do trabalho para poder realizar todas as atividades requeridas pelo mestrado.

Às amigas, Simone Tavares Zuchi, Andreia Susan Rosa, Deise Rose Santana, a quem tenho um sentimento de amor e gratidão por todas as histórias compartilhadas e pelo apoio, principalmente, durante a este período do mestrado.

À minha querida amiga Berenice Stulzer, com quem divido a vida, a casa e muitos momentos incríveis, que sempre me impulsiona a ser uma pessoa melhor e correr atrás dos meus sonhos.

Às mulheres fortes com quem já tive o prazer se conviver e aprender sobre a vida, principalmente, às mulheres incríveis que fizeram parte desta pesquisa e em quem me inspiro a continuar na luta e resistência para que tenhamos todas um lugar de igualdade e equidade na sociedade em que vivemos.

Eu sou aquela mulher
a quem o tempo
muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.
Renunciar a palavras e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos.
Ser otimista.
Creio numa força imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal.
Creio na solidariedade humana.
Creio na superação dos erros
e angústias do presente.
Acredito nos moços.
Exalto sua confiança,
generosidade e idealismo.
Creio nos milagres da ciência
e na descoberta de uma profilaxia
futura dos erros e violências
do presente.
Aprendi que mais vale lutar
do que recolher dinheiro fácil.
Antes acreditar do que duvidar.

Cora Coralina

RESUMO

Esta pesquisa aborda aspectos teóricos que orientam a economia solidária, desenvolvimento territorial sustentável e autonomia, a partir de um empreendimento social organizado e liderado por mulheres na região do Tanguá, bairro de Almirante Tamandaré, cidade da região metropolitana de Curitiba. A pesquisa realizada pretendeu responder à questão: Qual o potencial do empreendimento solidário do Tanguá em Almirante Tamandaré em colaborar na ampliação dos espaços de participação e autonomia das mulheres nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável?

A partir do referencial teórico e pesquisa empírica, utilizando a método de observação participante e entrevista em profundidade foi possível conhecer os aspectos individuais e coletivos que colaboram para a ampliação da autonomia das mulheres que fazem parte do empreendimento social, bem como sua função no desenvolvimento do território do qual fazem parte.

Palavras-chave: Autonomia feminina, desenvolvimento territorial sustentável, economia solidária

ABSTRACT

The research addresses theoretical aspects that guide a solidarity economy, territorially develop autonomy and autonomy, based on a social enterprise organized and led by women in the region of Tanguá, Almirante Tamandaré neighborhood, a city in the metropolitan region of Curitiba. A research conducted in response to the question: What is the potential of Tanguá's entrepreneurial solidarity in Almirante Tamandaré in collaboration with the expansion of participation spaces and the direction of women in the dynamics of sustainable territorial development?

Based on the theoretical reference and empirical research, using a method of participant observation and interview in question, it was possible to know the individual and collective aspects that collaborate for the extension of the autonomy of the women who are part of the social exercise, as well as its function in the development of which they are part.

Keywords: Women's autonomy, sustainable territorial development, solidarity economy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Matriz teórica da pesquisa	29
Quadro 2	Entrevistados, representantes e instrumentos de coleta de dados ..	34
Quadro 3	Características dos entrevistados	34
Quadro 4	Matriz Teórico-metodológica da pesquisa	36
Figura 1	Desenvolvimento de uma análise	40
Quadro 5	Categorias e subcategorias de análise	41
Quadro 6	Escolas teóricas da economia social	52
Quadro 7	Evolução da economia social na França	53
Figura 2	Tipos de ESS	59
Quadro 8	Finalidade das ESS	60
Figura 3	Acordos da agenda regional de gênero segundo dimensões críticas dos temas em direitos	75
Figura 4	Vila Tamandaré, década de 1920. Foto publicada no livro Álbum do Paraná, de José Pedro Trindade, 1927, p. 25.	80
Figura 5	Mapa do Estado do Paraná com destaque no município de Almirante Tamandaré	82
Figura 6	Limites do território de Almirante Tamandaré	83
Figura 7	Área do Aquifero Karst	85
Figura 8	Afundamento progressivo ocorrido em dezembro na Rua Domingos Scucato em frente à Escola Jaci Real Prado de Oliveira. Marco inicial da trajetória das interdições ocorridas em 30 de março de 2011	87
Figura 9	Feira do Tanguá	96
Quadro 9	Conceito de solidariedade para o grupo do Tanguá	103
Figura 10	Artesãs no processo de produção	118
Figura 11	Mapa do bairro Tanguá	120
Figura 12	Representante Gama	129
Figura 13	Materiais gráficos disponibilizados pela prefeitura	132
Quadro 10	Obstáculos e potencialidades do empreendimento de economia solidária como impulsionador da autonomia das mulheres no contexto do DTS	135

LISTA DE SIGLAS

CEPAL	- Comissão Econômica para América Latina e Caribe Comité Nacional de Coordenação das Atividades
Cnlamca	- Mutualistas, Cooperativistas e Associativistas
CRAS	- Centro de Referência em Assistência Social
DIES	- Delegação Interministerial para Economia Social
DTS	- Desenvolvimento Territorial Sustentável
ES	- Economia Solidária
ESS	- Empreendimento social e solidário
FBES	- Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FSM	- Fórum Social Mundial
GT	- Grupo de Trabalho
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e
IPARDES	- Social
MIT	- Instituto de Tecnologia de Massachusetts
MMM	- Marcha Mundial de Mulheres
ODM	- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs	- Organizações não governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
SENAES	- Secretaria Nacional de Economia Solidária
SPM	- Secretaria de Políticas para Mulheres

SUMÁRIO

ANTECEDENTES DA PESQUISA	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 : PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E SÍNTESE TEÓRICO-METODOLÓGICA	19
1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	19
1.2 SÍNTESE DO ENFOQUE CONCEITUAL	28
1.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	30
1.3.1 Caracterização da pesquisa	30
1.3.2 Planejamento da pesquisa	32
1.3.3 Coleta de dados: participantes e instrumentos	34
1.3.4 Análise dos dados	37
1.3.5 Contingências durante a coleta e análise	43
CAPÍTULO II - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTANTÁVEL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTONOMIA DAS MULHERES	45
2.1 CONCEITO E CRÍTICA À ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	45
2.2 FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	49
2.3 SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA	53
2.3.1 O Campo da economia social	53
2.3.2 Abordagem economia solidária no contexto brasileiro	57
2.3.3 Economia solidária e a atuação feminina	66
2.4 PERSPECTIVAS SOBRE AUTONOMIA	71
2.4.1 Perspectiva interdisciplinar	71
2.4.2 Discussões sobre autonomia feminina	73
2.4.3 Autonomia das mulheres na perspectiva da CEPAL	76
CAPÍTULO III – EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E SEUS DESDOBRAMENTOS	80
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DO EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ	80
3.1.1 Aspectos históricos	80
3.1.2 Aspectos demográficos	84

3.1.3 Aspectos ambientais	86
3.2 TRAJETÓRIA DO EMPREENDIMENTO SOCIAL DO TANGUÁ	91
3.2.1 Fatores condicionantes da permanência das mulheres no empreendimento	100
3.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO	102
CAPÍTULO IV - REFLEXÕES DO EMPREENDIMENTO SOCIAL DO TANGUÁ ENQUANTO PERTENCENCO AO CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	104
4.1 AUTOGESTÃO E ENTRANHAMENTO COMUNAL	104
4.2 INSERÇÃO NO MERCADO	109
4.3 TERRITORIALIDADE E SUSTENTABILIDADE	111
4.4 DA PARTICIPAÇÃO NO EMPREENDIMENTO À AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA INDIVIDUAL	113
4.4.1 Perfil das integrantes do empreendimento	118
4.5 RELAÇÃO DOS ATORES DO EMPREENDIMENTO COM O TERRITÓRIO	121
4.6 AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA ECONÔMICA	125
4.7 AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NA TOMA DA DE DECISÕES E PARTICIPAÇÃO	126
4.8 PERCEÇÃO DAS MULHERES SOBRE AS POSSIBILIDADES DA CONTRIBUIÇÃO DO EMPREENDIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO	129
4.9 POTENCIALIDADES PARA ATUAÇÃO	130
4.10 SINTESE DO CAPÍTULO	135
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES	137
REFERÊNCIAS	147
ANEXO I - BLOCOS DE PERGUNTAS	154

ANTECEDENTES DA PESQUISA

Conforme define Garcia (2006) somos inevitavelmente ideológicos, porque não somos objetivos como fenômeno de expressão histórica, somos objetivos como fato social. Quer dizer, nossa subjetividade é um fato. Mas a expressamos de modo subjetivo, do nosso jeito. Ideologia é, em parte, a modulação de nossas formas de expressão, no sentido da ocupação dos espaços do poder. Na formulação de nossas expressões que deem vazão à aquilo que caracteriza nossa ideologia é delineada com a arte do possível, pois é possível ser feita em parte. É a perspectiva da criatividade.

A partir de uma ideologia e ideias que são fruto da minha construção histórica enquanto pessoa, nasce esta dissertação. Ao expressar essa subjetividade, agora, em formato de pesquisa, é inevitável que os temas abordados sejam repercussões de aspectos que permeiam minha vida, pessoal, social, profissional e acadêmica.

Questões do microcosmo familiar, como uma construção familiar predominantemente machista, onde os papéis sociais de homens e mulheres são muito diferentes e seguem uma hierarquia que privilegia os homens desde o seu nascimento, sempre foram pauta de discussões e pesquisas, principalmente após ingressar na área de educação superior, como educadora, onde, acredito, fazer parte da função social a quebra de paradigmas e revisão de modelos mentais.

Desde a adolescência trabalhava em áreas administrativas e no último ano da graduação, em Administração na UFPR, decidi por abraçar o que parecia fazer mais sentido em minha vida. Saí do trabalho em empresa privada e fui trabalhar na Secretaria de Assistência Social na área de alta complexidade. Após uma vivência de dois anos neste trabalho, iniciei o trabalho com Empreendedorismo Social e Gestão de Impacto na Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR.

Nos trabalhos com a PUCPR e no envolvimento com o ecossistema curitibano de Empreendedorismo Social, percebi que a discussão precisava ser aprofundada. Observei que se falava em economia social, mas se utilizavam mecanismos de mercado tradicionais, e, principalmente, a lógica de existência dos negócios não mudava. O envolvimento com o território visava um

desenvolvimento que se aproximava do que Pecqueur (2006) explica como “território dado”, que ele considera um território sem valor acrescentado e dado a partir de fatores de constrangimento e limitações geográficas. Após algumas formações livres e muitas discussões com meus colegas de trabalho afim de entender melhor aquilo que estávamos fazendo, procurei por um mestrado acadêmico onde eu pudesse embasar-me da vivência e teoria daquilo que acredito ser a chave mais coerente para um desenvolvimento sustentável, autônomo e humano.

A dinâmica pesquisada nesta dissertação emergiu do trabalho de empreendedorismo social da PUCPR, um dos egressos do curso de extensão, no qual eu atuava, morador de uma região de vulnerabilidade socioambiental, decidi fortalecer o saber fazer dos moradores de seu bairro com um empreendimento de economia solidária, que predominantemente é ocupado por mulheres artesãs. Dessa forma, senti como se a pesquisa estivesse “me chamando”, pois reunia três elementos que sempre permearam minhas discussões: o protagonismo feminino e a autonomia sobre suas vidas, uma forma alternativa de fazer economia, que fugisse da pura acumulação de capital em detrimento do bem-estar social e o desenvolvimento de território, que cristalizasse a ideia de que as pessoas têm o potencial de modificar a realidade onde vivem, a partir do vínculo, do cuidado, do trabalho e de parcerias.

INTRODUÇÃO

Desde o final da década de 1960, a problemática planetária relacionada aos limites ecológicos do crescimento econômico e material eclodiu e tem mobilizado cada vez mais a atenção das comunidades científicas e da opinião pública (VIERA, 2009). Neste contexto surge o conceito sistêmico do ecodesenvolvimento, que expressa uma crítica radical ao modelo de crescimento econômico e de produção industrial-tecnológica. Este modelo além de extrapolar limites ecológicos, gera exclusão social, que segundo Dupas (1998) gera a incapacidade de renda própria para satisfazer às necessidades básicas.

Dessa forma, a sociedade está em busca de novos paradigmas para dar conta de questões geradas e/ou não respondidas pelo sistema capitalista de produção, destacando-se a inquietação da juventude e mobilizações sociais, a persistência da miséria, a agressão contra o meio ambiente e a frustração dos países periféricos que se questionam sobre esse modelo de desenvolvimento fundamentado na eficácia produtiva e que deixa de lado a justiça social e a busca pela criação de um homem novo e novas formas de relações sociais (MORIN, 1990; SACHS, 2007).

Assim faz-se necessário resgatar iniciativas que promovam um outro tipo de crescimento econômico e de uma repartição qualitativamente diferente dos seus frutos (SACHS, 2007), como o ecodesenvolvimento. O conceito de desenvolvimento territorial sustentável, adotado nesta dissertação, identifica o registro de experiências originais de auto-organização socioeconômica, sociocultural e sociopolítica no nível local, implicando processos de recriação de identidades territoriais (VIEIRA, 2006), apoiado no conceito de Sachs (2007) sobre ecodesenvolvimento, que designava ao mesmo tempo um novo estilo de desenvolvimento e um novo enfoque (participativo) de planejamento e gestão, norteado por um conjunto interdependente de postulados éticos.

A economia solidária traz a luz um modelo além da discussão sobre formas alternativas de fazer economia, uma outra forma de organização do trabalho, produção e comercialização. Ainda na discussão sobre crescimento econômico, desenvolvimento e organização do trabalho, se faz necessário analisar a perspectiva de igualdade entre homens e mulheres nesta

problemática. A CEPAL inclui na agenda de desenvolvimento sustentável a discussão sobre autonomia das mulheres e igualdade.

Portanto esta dissertação foi construída a partir destas três dimensões principais: a autonomia das mulheres, a economia solidária, o ecodesenvolvimento, tendo como pano de fundo o desenvolvimento territorial sustentável.

Para articular estes temas a dissertação está construída em cinco partes. O primeiro capítulo apresenta de forma aprofundada a problemática da pesquisa e os aspectos metodológicos para a construção de deste estudo.

O segundo capítulo contempla a síntese da revisão bibliográfica efetuada sobre a problemática de pesquisa. Foram incluídas referências a estudos sobre os conceitos de desenvolvimento territorial sustentável, economia solidária e autonomia, nos dois últimos temas, houve a inclusão de uma perspectiva feminina na discussão.

O terceiro capítulo foi dedicado a reconstrução da trajetória do município de Almirante Tamandaré e do bairro Tanguá, nas dimensões histórica, demográfica, social e ambiental. Além disso, foram identificados os fatores condicionantes do surgimento do empreendimento social, suas características e modo de funcionamento.

No quarto capítulo apresentam-se reflexões sobre a feira, enquanto um empreendimento de economia solidária, a luz das dimensões definidas por Lisboa (2004). Neste capítulo também serão feitas as reflexões e análises sobre a ampliação da autonomia das mulheres que desenvolvem atividades na feira, bem como sua percepção de que forma o empreendimento colabora para o desenvolvimento do território do Tanguá.

Finalmente, no capítulo quinto serão abordadas as conclusões do estudo, bem como avaliar as potencialidades e limites da atuação das mulheres no empreendimento. Serão também abordados os limites deste estudo a apontado possíveis estudos posteriores na região do Tanguá e Almirante Tamandaré.

CAPÍTULO 1: PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E SÍNTESE TEÓRICO-METODOLÓGICA

1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Durante muitos anos o conceito de desenvolvimento econômico era pensado somente como sinônimo de crescimento econômico, sendo crescimento econômico a tentativa do sistema econômico de ampliar a produtividade do trabalho e conseqüentemente a riqueza material (MENEZES, 2011). Essa concepção de desenvolvimento foi sendo alterada na medida em que o aumento da riqueza não trazia, necessariamente, bem-estar social. Diante disso, o conceito de desenvolvimento econômico passa a considerar a distribuição da riqueza como condição necessária ao desenvolvimento. Essas noções que estavam circunscritas no campo da economia foram sendo adensadas por estudos críticos e que trouxeram inovações a partir da discussão da noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento (CEPAL, 2000).

Para além das contribuições dos estudiosos críticos ao desenvolvimento econômico puro e simples, emerge já na década de 1950, com as contribuições de Karl William Kapp, o debate acerca das limitações do sistema econômico em captar a problemática socioambiental. Essas primeiras discussões culminaram nas Conferências Internacionais do Meio Ambiente que deram origem ao conceito de Ecodesenvolvimento (SACHS, 1993). Assim, pensar numa outra via para o desenvolvimento implica em considera-lo a partir das suas múltiplas dimensões, numa crítica ao desenvolvimento econômico puro e na certeza de que as questões do desenvolvimento são permeadas pela complexidade¹.

Esse debate, que acontece desde a década de 1950, foi fortemente adaptado ao sistema capitalista de produção nos anos 1980 e 1990 pela onda neoliberal. Todavia, nesse início do século XXI, devido a degradação socioambiental mais severa e a ampliação dos eventos climáticos extremos, esse debate foi retomado, em especial pela organização da Rio + 20.

¹ MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

Considera-se relevante resgatar o conceito de ecodesenvolvimento que é uma abordagem sistêmica que designa uma grande variedade de objetivos ecológicos (preservação da diversidade genética), sociais (necessidades básicas humanas, mas mantendo os processos ecológicos essenciais e sistemas suporte de vida), e econômicos (assegurar a utilização sustentável das espécies e ecossistemas) (SACHS, 1986; 1993; 2007; MENEZES, 2009).

Morin (2010) reforça a constatação de que a degradação socioambiental tem se agravado severamente por meio do acirramento do sistema capitalista de produção e da abertura dos mercados. A humanidade, de acordo com Morin (2010), tem em suas mãos, pela primeira vez na sua história como espécie, a responsabilidade pela sua própria realização ou destruição e, isso, num âmbito planetário.

O crescimento que já ocupou lugar de honra tanto entre capitalistas e revolucionários, nesse início do século XXI, é colocado em xeque e neste debate esquerda e direita dividem-se entre defensores e adversários do crescimento (SACHS, 1986). A questão central está na degradação ambiental e seus prejuízos que atingem a todos e na necessidade de colocar em obra o princípio da prudência ecológica (VIEIRA, 2006).

Outros pesquisadores têm contribuído com esse debate acerca de um novo modelo de desenvolvimento, destacando-se papel especial para as pesquisas e estudos territoriais. Dentre eles tem-se Lipietz (1991) que observa que o “modo desenvolvimento” é a relação entre uma dada organização do trabalho, um dado regime de acumulação e um dado modo de regulação. O autor supracitado explica que as crises capitalistas podem dar-se por inadequação em qualquer um desses elementos ou do conjunto, que seria a crise do modo de desenvolvimento.

Lipietz (1991) aponta para uma crise do modo de desenvolvimento vigente no pós-guerra, o fordismo, que ele explica como sendo a aplicação do taylorismo². O fordismo possui uma lógica totalmente produtivista e o resultado desta visão de mundo é o consumismo. É no final dos anos de 1970 que há o esgotamento do modelo fordista de produção com a queda da lucratividade.

² Taylorismo é a separação do trabalho manual do intelectual com crescente divisão de tarefas e mecanização do processo produtivo, o que significa produção em massa com alta produtividade. (LIPiETZ, 1991)

Isso deveu-se a múltiplas causas vindas "do lado da oferta": desaceleração da produtividade, crescimento do preço total do trabalho (inclusive o salário indireto do Estado-providência), crescimento da relação capital-produto, crescimento do preço relativo das matérias-primas (LIPIETZ 1991). Todas essas constatações convergem para a necessidade de um modelo de desenvolvimento "alternativo", uma terceira via, Sachs (1986).

Destaca-se, assim, a convergência entre os estudiosos do desenvolvimento alternativo em apontar para os limites do desenvolvimento econômico. Nesse diapasão ganha espaço um novo conceito de desenvolvimento que busca articular as suas diferentes dimensões, recuperando a importância das dimensões social, ambiental e territorial do desenvolvimento (VIEIRA, 2006; SACHS, 2007).

Considera-se relevante resgatar a perspectiva de iniciativas voltadas a promoção de um outro tipo de crescimento econômico e de uma repartição qualitativamente diferente dos seus frutos (SACHS, 2007), como o ecodesenvolvimento. Segundo Sachs (2007) o conceito de ecodesenvolvimento designava ao mesmo tempo um novo estilo de desenvolvimento e um novo enfoque (participativo) de planejamento e gestão, norteado por um conjunto interdependente de postulados éticos. Para fins dessa dissertação o conceito de desenvolvimento adotado é o do desenvolvimento territorial sustentável que designa o registro de experiências originais de auto-organização socioeconômica, sociocultural e sociopolítica no nível local, implicando processos de recriação de identidades territoriais (VIEIRA, 2006). Vieira (2006) destaca que o esforço de pesquisa comparativa concentrada na elucidação desse fenômeno tem revelado que, em inúmeros contextos regionais, algumas populações passaram a assumir com autonomia crescente a busca de soluções originais no que diz respeito às opções de dinamização socioeconômica, à organização do trabalho produtivo e à gestão local dos recursos naturais. Do ponto de vista ecodesenvolvimentista, a autonomia local refere-se a um tecido cultural gerador de estratégias endógenas ou auto-determinadas de desenvolvimento, baseadas no ideal de empoderamento local (VIEIRA, 2006).

Nesta discussão em torno de novas formas de desenvolvimento, questiona-se também a organização do trabalho e da produção. Neste sentido,

a presente pesquisa agregará ao enfoque analítico conceitos que visem a inclusão da solidariedade (LISBOA, 2004) e das relações comunitárias que são muito fortes na economia solidária. Uma mudança civilizatória caminha no sentido de compreender que a expansão do capital deixa de requerer a reprodução da maioria da população como base da sua própria reprodução, exigindo um novo contrato social, tal fato gerou o crescimento da economia social e solidária (LISBOA, 2004).

Lisboa (2004) esclarece que esta não é uma alternativa de pobre para pobres. Estrategicamente, o auto-centramento relativo dos agentes econômicos que tendem a ser excluídos pelas novas dinâmicas econômicas apresenta-se como uma oportunidade que permite a construção de uma economia subordinada à reprodução da vida e voltada para o sustento da comunidade. As atividades de sobrevivência dos mais pobres reinventam relações comunitárias, abrindo espaço para a solidariedade (inclusive internacional) e novas formas, mais prudentes, de uso dos recursos naturais.

Para fins dessa dissertação a concepção de economia solidária adotada é a de Lisboa (2004) que designa atividades (formais e informais) comunitariamente inseridas³, não totalmente sujeitas ao mercado (mas que interagem com o mesmo, reformatando-o) e a controles burocráticos, por meio das quais as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas de forma autossustentável (sem depender das redes de filantropia). Se reforça a necessidade de pensar o desenvolvimento de maneira contextualizada, para cada território, a partir das necessidades de melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

Nesse sentido, diante da reflexão teórica e a partir de experiências da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, identificamos a feira de produtos artesanais e gastronômicos do Tanguá, em Almirante Tamandaré, cidade da região metropolitana de Curitiba, como um movimento da comunidade local para dar respostas aos problemas locais. Esta feira é uma iniciativa dos moradores de um território que está em situação de vulnerabilidade, que tem como fim gerar renda e subsistência a partir dos

³ Ou seja, nelas tem grande peso os laços culturais e as relações de parentesco, de vizinhança e afetivas) e muitas vezes realizadas por grupos de mulheres, não motivadas pela ideia de maximização do lucro (o que não significa que este não esteja presente, renominado).

saberes locais e com um processo de trabalho que leva em conta as premissas da economia social e solidária. Essa iniciativa se aproxima do que Morin (2003) supõe a manifestação das autonomias individuais e ao mesmo tempo o crescimento das participações comunitárias, desde as participações proxêmicas até as participações planetárias. Mais liberdade e mais comunidade. Mais ego e menos egoísmo.

O território⁴, objeto desta pesquisa, é o município de Almirante Tamandaré, parte da região metropolitana de Curitiba (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2016). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Almirante Tamandaré é 0,699, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699), considerado um índice mediano ou baixo (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2016). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,840, seguida de Renda, com índice de 0,706, e de Educação, com índice de 0,575. A renda per capita média do município cresceu 118,28% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 295,96, em 1991, para R\$ 401,17, em 2000, e para R\$ 646,02, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,19%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,44%, entre 1991 e 2000, e 4,88%, entre 2000 e 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2016).

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 23,83%, em 1991, para 19,00%, em 2000, e para 4,89%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos, descrita por meio do Índice de Gini, passou de 0,40, em 1991, para 0,46, em 2000, e para 0,43, em 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2016).

Outro aspecto importante a se considerar no território pesquisado é a existência de restrições ambientais em função do Aquífero Karst, que está na área de abrangência do município. Tal fato impossibilita que algumas indústrias

⁴ O conceito de território é dado por Pecqueur (2005) onde diferencia “território dado” e “território construído”, onde território dado é a porção de espaço que é objeto da observação. Neste caso, postula-se o território como pré-existente e analisa-se o que aí acontece. Trata-se, geralmente, do território institucional: a região, o distrito, a província, etc. Território construído é o resultado de um processo de construção pelos atores. Isto significa dizer que o território construído não existe em todo lugar; podemos encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios.

se instalem na região. Os moradores, em grande maioria, relatam que tal aspecto ambiental é visto como um problema do município, em função de inibir a instalação de indústrias e, a partir de um discurso que foi construído historicamente, o município não se desenvolve por conta disso (PUC/PR, 2014).

O crescimento urbano, a mineração e a exploração de água são atividades que devem ser devidamente planejadas e controladas, e constituem os principais desafios no contexto urbano cárstico. Tais atividades, somadas às ocupações inadequadas do restante do território, se apresentam como um desafio à sustentabilidade urbana do município de Almirante Tamandaré (ARAUJO, 2006). A ocupação urbana em áreas cársticas normalmente ocorre sobre as áreas de influência direta, devido às suas características de topografia favorável, como as planícies cársticas. Estas áreas encobrem a complexidade da dinâmica do carste, suas estruturas subterrâneas (cavidades, cavernas) e zonas de extrema sensibilidade, e que não devem ser ocupadas pelos riscos de afundamento dos terrenos. Em Almirante Tamandaré contabilizou-se o total de áreas que integram a região cárstica que é de 147,78 km², o que corresponde a 77,44 % da área total do município (ARAUJO, 2006). Diante do contexto territorial apresentado, buscam-se alternativas socioeconômicas mais favoráveis às características desse território.

Assim, os estudos exploratórios demonstram que as organizações de economia social e solidária podem ser uma alternativa socioeconômica para geração de trabalho e renda local. No que se refere a feira pesquisada, um empreendimento de economia social e solidária no Tanguá, destaca-se que a sua trajetória tem início no final de 2014, organizada por moradores do território, que por meio de equipamentos públicos (escola, posto de saúde, CRAS) e do comércio local chamaram os interessados em compor tal empreendimento social. A feira contou nesse período com cerca de 10 barracas e exposições esporádicas em local cedido por um comerciante do bairro e com grande protagonismo das mulheres. Essa iniciativa local corrobora com a perspectiva da Cepal (2016) que destaca em sua agenda a necessidade de gerar oportunidade e fortalecer a autonomia das mulheres, pois “el empoderamiento amplifica las voces de las mujeres y se expresa en la capacidad de incidencia política, mientras que la autonomía es el resultado de

los cambios producidos en la sociedad tanto en la ampliación de sus espacios de libertad como en la reducción de las brechas de desigualdad” (CEPAL, 2016, p. 35).

Diante de tais constatações do território e do objeto da pesquisa, tanto no que se refere aos aspectos físicos e socioambientais, quanto socioeconômicos e cultural, o presente projeto de pesquisa tem como problema central a seguinte questão: **Qual o potencial do empreendimento solidário do Tanguá em Almirante Tamandaré em colaborar na ampliação dos espaços de participação e autonomia das mulheres nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável?**

Parte-se da hipótese de que a trajetória do empreendimento solidário do Almirante Tamandaré e seus fatores condicionantes demonstram que os empreendimentos de economia social e solidária potencializam a ampliação da autonomia das mulheres nas dinâmicas do desenvolvimento territorial sustentável, seja a autonomia econômica, a autonomia física, de liberdade e direitos, para colocar em obra as políticas públicas locais (CEPAL, 2016). Vieira (2006) observa que em inovações desta natureza estão incluídas, entre outras, a emergência de novas formas de reciprocidade econômica, nutridas pela formação de um tecido social especialmente coesivo e cooperativo; a estruturação de sistemas produtivos locais e a pesquisa de novos arranjos institucionais descentralizados e voltados para o exercício da governança local e territorial, da equidade, da busca de sinergia entre as comunidades locais e os diferentes âmbitos de regulação estatal, e da gestão patrimonial dos recursos naturais. A partir da questão mais geral propõe-se, conforme o modelo de Vieira (2006), o desdobramento da questão central em três grandes questões:

Questão descritiva: Quais os fatores condicionantes do surgimento do empreendimento solidário do Tanguá e suas principais características?

Questão explicativa: A dinâmica e característica do empreendimento solidário do Tanguá contribui para o fortalecimento da autonomia das mulheres no território pesquisado a partir da concepção de autonomia da CEPAL?

Questão prospectiva: Quais os limites e potencialidades do empreendimento solidário do Tanguá como impulsionador da autonomia das mulheres no contexto do DTS?

A partir deste contexto esta dissertação tem como objetivo geral analisar a trajetória do empreendimento solidário do Tanguá em Almirante Tamandaré, cidade da região metropolitana de Curitiba, buscando identificar de que forma ele colabora com a ampliação da autonomia das mulheres nas dinâmicas do desenvolvimento territorial sustentável da região. Para responder a esta grande questão, percorre os seguintes objetivos específicos:

- Compreender os fatores condicionantes do surgimento do empreendimento e se a dinâmica evolutiva do empreendimento social colabora com o desenvolvimento territorial sustentável da região do Tanguá em Almirante Tamandaré;
- Compreender a trajetória das mulheres que participam do empreendimento produtivo, destacando-se as dificuldades para inserção no mercado de trabalho e inserção social, bem como suas preocupações com o território;
- Analisar se a participação das mulheres no empreendimento de economia solidária tem contribuído para ampliar sua autonomia econômica e de tomada de decisão;
- Analisar os limites e potencialidade desse empreendimento solidário como impulsionador da autonomia das mulheres no contexto do DTS.

Em seus relatórios anuais o PNUD vem repetindo que desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem suas escolhas (VEIGA, 2010). A Universidade e o Estado têm papel fundamental para que tais escolhas possam colaborar para o desenvolvimento territorial sustentável.

Os modelos tradicionais de investigação da realidade têm a tendência de separar os episódios, olhar por partes, compartimentalizando, assim, a visão de mundo o que dificulta a compreensão da realidade e até mesmo da complexidade e diversidade dos saberes e culturas. Para Morin (2003) isso gera a perda não apenas do global e do fundamental, mas também da responsabilidade, do concreto e do humano.

Este estudo visa juntar essas partes, levando em conta a subjetividade dos atores envolvidos, entendendo por que fazem, o que fazem e como essa

trajetória de vida levou a construir um empreendimento de economia solidária, que inova socialmente e desenvolve o território onde vivem.

Há lacunas nos estudos sobre economia solidária e desenvolvimento territorial sustentável. Algo inovador neste estudo é a tentativa de compreender a autonomia das mulheres e como ela pode contribuir para dinâmicas de desenvolvimento em um município do estado do Paraná. Além disso, a presente dissertação converge com a preocupação e as propostas da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável da CEPAL.

La actual situación de América Latina y el Caribe, caracterizada por un escenario económico, político, social y ambiental incierto y menos favorable que en años recientes, debe ser percibida, de manera paradójica, como una oportunidad para transformar la trayectoria de su desarrollo, superando las desigualdades y la brecha existente entre los avances que han significado las legislaciones y la realidad cotidiana de las mujeres (CEPAL, 2016, P. 9).

O estudo, assim, justifica-se empiricamente pela importância do empreendimento de economia solidária para o território pesquisado. Em suas ações com o objetivo de colaborar com o desenvolvimento sustentável de territórios em situação de vulnerabilidade, a PUCPR (ANASTACIO et al, 2013) observa que a partir deste trabalho há uma percepção mais clara para os moradores do território do valor e poder de ações conjuntas em prol do coletivo, além da potencialização dos ativos locais em prol do território, resgate de sua história, despertando o reconhecimento de suas trajetórias sociais.

Anastacio (2013) destaca a aproximação entre lideranças, instituições e empresariado local nos processos de transformação comunitária (articulando, apoiando, patrocinando e cedendo suas estruturas físicas) e o entendimento e divulgação dos processos constitutivos da comunidade em sua socialização, além da construção de rotinas e direitos, despertando assim o protagonismo dos cidadãos.

1.2 SÍNTESE DO ENFOQUE CONCEITUAL

Conforme explica Garcia (1994), a compreensão adequada da complexidade envolvida na dinâmica dos sistemas socioambientais contemporâneos exige um esforço de superação das metodologias tradicionais

de pesquisa. Tendo essa compreensão como premissa, a abordagem socioambiental necessita de uma integração interdisciplinar do conhecimento científico.

A abordagem do DTS vem seguindo esta lógica, que identifica a necessidade de um pensamento, e métodos, que ligue o que está separado e compartimentado, que respeite a diversidade ao mesmo tempo que reconhece as especificidades de cada um, e que faça a tentativa de reconhecer as interdependências (MORIN, 2003).

Nesta dissertação serão tratados problemas complexos que envolvem o meio físico-biológico, a produção, organização social, a economia local, a autonomia individual e sua reverberação no coletivo. Tais situações se caracterizam pelo entroncamento de múltiplos processos cujas interrelações constituem um sistema que funciona como uma totalidade organizada, o qual Garcia (1986) denomina de sistema complexo.

O enfoque conceitual para descrever, explicar e formular prospecções para o sistema complexo estudado será realizado conforme quadro abaixo:

QUADRO 1: MATRIZ TEÓRICA DA PESQUISA

Conceito	Explicação	Principais autores
DTS	É um enfoque de planejamento e gestão que busca capturar experiências originais de auto-organização socioeconômica, sociocultural e sociopolítica ao nível local, implicando processos de recriação de identidades territoriais (VIEIRA, 2006). Busca integrar duas abordagens do desenvolvimento alternativo: o Desenvolvimento Territorial e o Ecodesenvolvimento.	VIEIRA (2006, 2009) MENEZES E SERVA (2012) SACHS (2007) BENKO E PECQUEUR (2001)
Ecodesenvolvimento	Novo estilo de desenvolvimento e um novo enfoque (participativo) de planejamento e gestão, norteado por um conjunto interdependente de postulados éticos (SACHS, 2007);	BOISIER (1993) PECQUEUR (2005)
Economia Social	Atividades (formais e informais) comunitariamente inseridas, não totalmente sujeitas o mercado (mas interagem com ele, reformatando-o) e a controles burocráticos, por meio das quais as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas de forma autossustentável (sem depender das redes de filantropia) (LISBOA, 2004)	LISBOA (2004) SINGER (2002, 2010) CAEIRO (2008) LAVILLE (2009)
Autonomia	A capacidade das pessoas para tomar decisões livres e informadas sobre suas vidas, de forma a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos no contexto histórico que se faz possível (CEPAL, 2016). A autonomia para Cepal (2016) relaciona-se a autonomia econômica, autonomia física e autonomia na tomada de decisão.	CEPAL (2011, 2016)

Fonte: Elaborado pela autora com base no referencial teórico

A sessão a seguir apresenta o caminho metodológico percorrido para identificar os resultados que serão apresentados nos próximos capítulos.

1.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

1.3.1 Caracterização da pesquisa

O presente estudo é do tipo empírico, norteado a partir de um arcabouço teórico. Caracteriza-se também como um estudo exploratório, pois não há estudos no território sobre o tema economia solidária, autonomia e DTS. A fase exploratória da pesquisa visa delinear o tema a ser pesquisado a partir do entendimento mais geral do fenômeno para então descrevê-lo. A pesquisa parte de uma questão descritiva para explicar o fenômeno pesquisado, a partir da observação, registro, sistematização e análise dos dados levantados a fim de descobrir as características, natureza, causas e relações do fenômeno com outros fatos.

A pesquisa vale-se de uma abordagem qualitativa, que considera que há uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre pesquisador e o objeto de estudo (MICHEL, 2009). Na pesquisa qualitativa o pesquisador participa, compreende e interpreta. Este método de pesquisa é caracterizado pelo caráter subjetivo, procura por particularidades e qualidade, sendo que o pesquisador participa do processo. Michel (2009) salienta que pesquisas quantitativas e qualitativas não são excludentes, uma vez que a pesquisa quantitativa atua como compiladora e organizadora de informações para serem analisadas crítica e qualitativamente. A partir de uma visão sistêmica, torna-se necessário valer-se das duas abordagens, qualitativa e quantitativa, ainda que, para fins deste estudo, tenha-se predominantemente adotado a abordagem qualitativa.

Estudos que resgatam os conceitos do DTS têm como pano de fundo epistemológico a complexidade e a interdisciplinaridade. O DTS concebe-se como um sistema complexo, uma vez que suas partes ou fatores constituintes, suas inter-relações e suas interações com outros fenômenos ou processos que envolvem considerações de todos os elementos envolvidos em tais processos (GARCIA, 2006).

A visão sistêmica aplicada a fenômenos complexos, ao contrário de uma orientação mecanicista e neopositivista, só pode resultar de um trabalho que é considerado desde o início como uma tarefa interdisciplinar. Segundo Garcia (2006) o trabalho interdisciplinar baseia-se no desenvolvimento de um quadro conceitual comum que permita a articulação de diferentes ciências, no caso desta dissertação a articulação dos conceitos de DTS, economia solidária e autonomia das mulheres.

Para Garcia (2006) a diferença entre multi ou multidisciplinar e interdisciplinar está na impossibilidade de analisar separadamente essas interações entre o todo e as partes em um conjunto de áreas parciais que correspondem ao domínio disciplinar de cada um dos elementos. Desta forma o autor supramencionado explica que primeiro define-se o objeto de estudo e depois são considerados o modo de estudo. Seguindo esta linha de pensamento verifica-se a importância de escolher uma metodologia que seja adequada, observando as características dos sistemas complexos, tendo em vista que determina inclusive quais condições serão atendidas, permitindo assim analisar os processos e fornecendo subsídios para explicar o comportamento e evolução do sistema no seu todo.

Vieira (2006) propõem um modelo de análise, onde se parte de três objetivos metodológicos: i. diagnóstico descritivo, ii. Diagnóstico explicativo, e iii. Análise prospectiva. O diagnóstico descritivo visa formar uma base preliminar de dados empíricos atualizados sobre as dimensões econômica, cultural, político-institucional e de produção. Nesta dissertação levou em consideração: (i) a trajetória do empreendimento social; (ii) a trajetória das mulheres que fazem parte deste empreendimento; (iii) uma imagem exploratória dos problemas enfrentados no empreendimento; (iv) um mapeamento preliminar das necessidades individuais e coletivas.

O diagnóstico explicativo visa elaborar uma análise mais aprofundada sobre o leque de problemas e conflitos identificados no diagnóstico descritivo. Nesta fase os dados coletados foram ordenados, classificados e sistematizados a partir das categorias empíricas definidas inicialmente para reconhecer as relações causais, das mais próximas à mais distantes.

A análise prospectiva acontece a partir do trabalho realizado no diagnóstico explicativo, que sugere aos atores da dinâmica pesquisada

refletirem e conceberem cenários prospectivos, ou qual é o sonho para o território e para a feira. Ou seja, nesta fase há um delineamento de “futuros possíveis” (VIEIRA, 2006, p. 268). Segundo Vieira (2006) para um resultado mais efetivo a análise deve ser dinâmica e participativa, objetivando reforçar a trajetória evolutiva e o diagnóstico do contexto atual.

1.3.2 Planejamento da pesquisa

A partir dos pressupostos epistemológicos e metodológicos a pesquisa foi planejada de forma a realizar o acompanhamento da rotina das mulheres no que diz respeito ao seu trabalho na feira, valendo-se de entrevista semiestruturada e observação participante.

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo (MINAYO, 2015). Minayo (2015) explica que entrevistas podem ser consideradas conversas com finalidade e se caracterizam pela sua forma de organização e podem ser classificadas em: sondagem de opinião, semiestruturadas, aberta ou em profundidade, focalizada ou projetiva. Nesta pesquisa será adotada o método de pesquisa em profundidade devido sua característica em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador buscam dar mais profundidade às reflexões (MINAYO, 2015).

Gil (2009) relata que a observação constitui elemento fundamental para a pesquisa, desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados. A observação é o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano (GIL, 2009). Pode, porém, ser utilizada como procedimento científico, à medida que: i. serve a um objetivo de pesquisa; ii. é sistematicamente planejada; iii. É submetida a verificação e controles de validade e precisão (SELLTZ et al., 1967 *apud* GIL, 2009).

Para Minayo (2015) a observação participante pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a consideram não apenas uma estratégia

no conjunto da investigação das técnicas de pesquisa, mas como um método que, em si mesmo, permitem a compreensão da realidade.

Minayo (2015) define a observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. Consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada (GIL, 2009). O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural e, até certo ponto, o papel de um membro do grupo, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. (MINAYO, 2015; GIL, 2009). Assim se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo (GIL, 2009).

Gil (2009) explica que a observação participante pode assumir duas formas distintas: (a) natural, quando o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga; e (b) artificial, quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de realizar uma investigação. A pesquisa em questão assumiu o formato artificial. Porém, já existia uma relação entre pesquisadora e grupo pesquisado e todos os objetivos da pesquisa foram revelados a todos desde o início e todo o resultado obtido será compartilhado com o grupo com qual ele será construído.

Embora a presente pesquisa estivesse ancorada nos conceitos de observação participativa e entrevistas semiestruturadas, foram realizadas, também, diversas interações em diferentes formatos para que, principalmente, as dimensões descritivas e explicativas pudessem ser melhor aprofundadas. Além das entrevistas individuais realizada na casa das feirantes, foram realizadas diversas visitas em dias de feira. As conversas deram subsídio para aprofundar lacunas identificadas nas entrevistas. Foi realizado um acompanhamento do Fórum de economia solidária de Curitiba, da participação nas reuniões com a incubadora de economia solidária Trilhas e da conversa com outros atores que influenciam diretamente na dinâmica da feira. A diversidade de técnicas utilizadas é validada pelo roteiro metodológico participativo esboçado por Vieira (2006) que defende que a identificação participativa de necessidades e aspirações das populações não deveria se

limitar ao uso de técnicas convencionais de pesquisa social empírica, como questionários e entrevistas.

1.3.3 Coleta de dados: participantes e instrumentos

Um caminho para a execução desse trabalho de pesquisa de campo em comunidades é a técnica metodológica snowball, também conhecida como snowball sampling (“Bola de Neve”). Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (WHA, 1994 apud BALDIN, 2011).

Vinuto (2014) explica que o processo do snowball é construído da seguinte forma: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (VINUTO, 2014).

Portanto, a snowball (“Bola de Neve”) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede. A snowball sampling ou “Bola de Neve” prevê que o passo subsequente às indicações dos primeiros participantes no estudo é solicitar, a esses indicados, informações acerca de outros membros da população de interesse para a pesquisa (e agora indicados por eles), para, só então sair a campo para também recrutá-los (BALDIN, 2011). A amostragem de bola de neve é utilizada principalmente para fins exploratórios, usualmente com três objetivos: desejo de melhor compreensão

sobre um tema, testar a viabilidade de realização de um estudo mais amplo, e desenvolver os métodos a serem empregados em todos os estudos ou fases subsequentes (VINUTO, 2014).

Dessa forma, a metodologia snowball será adotada para seleção dos entrevistados, reconhecendo que as indicações seguirão os seguintes critérios: i) temporal (tempo de atuação no empreendimento); ii) posição ou função dentro do empreendimento (função que exerce dentro do empreendimento social); iii) contribuição para o desenvolvimento do empreendimento e do território pesquisado.

Quanto aos principais procedimentos metodológicos utilizados no decorrer do estudo, apresenta-se o quadro a seguir:

QUADRO 2: ENTREVISTADOS, REPRESENTANTES E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

	Aspecto conceitual	Representantes	Instrumentos de coleta
Descritiva	Trajectoria do empreendimento	3 feirantes 1 morador do território e fundador da feira	Entrevistas Observação participante nos dias da feira Dados estatísticos
Explicativa	Autonomia Economia solidária	4 feirantes 1 morador do território e fundador da feira 1 representante da incubadora de Economia Solidária Trilhas 3 representantes da prefeitura de Almirante Tamandaré	Entrevistas Observação participante nos dias da feira e no Fórum de Economia Solidária
Prospectiva	DTS	4 feirantes 1 morador do território e fundador da feira 1 representante da incubadora de Economia Solidária Trilhas 3 representantes da prefeitura de Almirante Tamandaré	Entrevistas Observação participante

Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão teórica.

Para preservar a identidade dos entrevistados e entrevistadas optou-se por utilizar códigos para identificação das falas, a codificação foi realizada conforme quadro a seguir:

QUADRO 3: CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS

Representante	Característica
---------------	----------------

Gama	Moradora do Tanguá há mais de 50 anos, chegou quando ainda não havia nenhuma infraestrutura e poucos moradores. Está na feira desde o início, trabalha com plantas e há pouco menos de um ano essa tornou-se sua atividade principal, anteriormente sua fonte de renda advinha de um trabalho formal como merendeira em uma escola.
Beta	Moradora do Tanguá há mais de 20 anos. Está na feira desde o início e sempre produziu artesanato como fonte de renda principal.
Delta	Morador do Tanguá, fundador da feira
Alfa	Moradora do Tanguá há mais de 20 anos. Foi chamada para participar da feira pelas amigas do bairro, que também são artesãs. Produz artesanato desde a adolescência e tem nesta atividade a fonte de renda da família somada a aposentadoria do marido.
Representante Prefeitura 1	Funcionário público da prefeitura de Almirante Tamandaré, lotado na Secretaria de Agricultura, abastecimento e meio ambiente. Responsável pela articulação das feiras livres do Almirante Tamandaré
Representante Prefeitura 2	Secretário de Educação de Almirante Tamandaré
Representante Prefeitura 3	Diretor Geral da Secretaria de Educação de Almirante Tamandaré
Representante Trilhas	Representante da Incubadora de Economia Solidária Trilhas, do Grupo Marista que estava acompanhando o empreendimento do Tanguá durante o período de incubação

Fonte: Elabora pela autora

A aproximação inicial foi realizada com uma das feirantes que está desde o início na feira para, em um dia viável para todas, explicar sobre a pesquisa e verificar se havia interesse por parte delas. Marcada a reunião, foi explicado do que se tratava a pesquisa, todas se colocaram à disposição.

A primeira entrevistada ocorreu com a representante gama, que indicou que fosse entrevistada posteriormente a representante delta. Um dos dias, durante a feira, a representante delta contou sobre a visita de um representante da prefeitura e indicou que ele fosse entrevistado para entender os objetivos de aproximação da prefeitura com as feirantes. Na entrevista com o representante da prefeitura, foi indicado conversar com os representantes de outra secretaria, que posteriormente também foram entrevistados. Por fim, foram entrevistados: o representante delta, que fundou a feira e a representante beta que também comercializa seus produtos na feira do Tanguá.

O quadro 2 remonta, além dos atores e técnicas utilizadas, o caminho realizado para a coleta dos dados em cada uma das fases da pesquisa. Na fase descritiva foram entrevistadas três feirantes e um morador do bairro que foi o idealizador e fundador da feira, que atualmente não pertence mais ao grupo. Foi realizado um levantamento de dados estatísticos e históricos sobre o município de Almirante Tamandaré, nesta fase também foi iniciada a observação participante efetivada nos dias de feira.

Na fase explicativa, além das entrevistas com as feirantes e o idealizador da feira também foram entrevistadas três representantes da prefeitura de Almirante Tamandaré e um representante do Projeto Trilhas da PUCPR. Também foi dada continuidade à observação participante nos dias de feira, nas reuniões com a Trilhas e na participação no Fórum de Economia Solidária em Curitiba.

Na fase prospectiva foi explorado com as feirantes e os representantes da prefeitura qual era o futuro que eles desejavam para o território e para o empreendimento social do Tanguá. As três fases não são lineares no sentido de acontecerem uma exatamente após a outra, elas se complementam nas falas dos atores em todo o período da pesquisa empírica.

1.3.4 Análise dos dados

As entrevistas tiveram por finalidade escutar a voz dessas mulheres, para compreensão do fenômeno de pesquisa (CAMPOS, 2004).

A análise dos dados foi feita apoiada na análise de conteúdo. O quadro a seguir apresenta a matriz teórico-metodológica na qual a pesquisa se desenvolve, apresentando as categorias teóricas, empíricas e as modalidades de análise, que darão respaldo à análise de conteúdo:

QUADRO 4: MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

Desenvolvimento Territorial Comunitário	Categoria teórica	Categorias empíricas	Modalidades de análise
	Descrição do território e do empreendimento	Condições socioeconômicas Trajetória do empreendimento Trajetória do território Estrutura do empreendimento	Análise de documentos históricos e estatísticos Análise de conteúdo
	Economia Solidária	Autogestão e treinamento comunal	Análise de conteúdo

		Inserção no mercado Redes de parceria Territorialidade sustentabilidade	e
	Autonomia	Autonomia econômica Autonomia na tomada de decisão	Análise de conteúdo
	Ecodesenvolvimento	Contexto sociopolítico Técnicas empregadas na produção e descarte Planejamento democrático Relação com o território (dado e construído)	Análise de conteúdo

Fonte: Baseado em CEPAL (2016), Lisboa (2004) e Sachs (2002)

O quadro da matriz teórico-metodológica da pesquisa foi dividido entre categorias teóricas, empíricas e categoria de análise. Essa divisão serviu para embasar as questões descritivas, explicativas e prospectivas da pesquisa a partir da análise de conteúdo e da observação participante com a qual foi possível obter subsídios importantes para uma análise mais profunda das relações sociais. O vínculo anterior da autora com a dinâmica pesquisada também colaborou para que, tanto na observação participante, quanto nas entrevistas o trabalho fluísse e que os atores envolvidos se sentissem mais tranquilos durante a entrevista. Dentre as categorias teóricas de análise dos dados tem-se os seguintes conceitos:

a) A autonomia, entendida como "a capacidade das pessoas para tomar decisões livres e informadas sobre suas vidas, de forma a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos no contexto histórico que se faz possíveis "(CEPAL, 2011a, 2016), é um fator fundamental para garantir o exercício dos direitos humanos em um marco de plena igualdade e, em consequência, uma condição para a superação das injustiças de gênero.

b) A concepção de economia social e solidária adotada é a de Lisboa (2004) que designa atividades (formais e informais) comunitariamente inseridas⁵, não totalmente sujeitas ao mercado (mas interagem com o mesmo, reformatando-o) e a controles burocráticos, por meio das quais as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas de forma autossustentável (sem depender das redes de filantropia).

⁵ Ou seja, nelas tem grande peso os laços culturais e as relações de parentesco, de vizinhança e afetivas) e muitas vezes realizadas por grupos de mulheres, não motivadas pela ideia de maximização do lucro (o que não significa que este não esteja presente, renominado).

c) O ecodesenvolvimento para Sachs (2007) designa ao mesmo tempo um novo estilo de desenvolvimento e um novo enfoque (participativo) de planejamento e gestão, norteado por um conjunto interdependente de postulados éticos.

d) O desenvolvimento territorial sustentável designa o registro de experiências originais de auto-organização socioeconômica, sociocultural e sociopolítica no nível local, implicando processos de recriação de identidades territoriais e congrega as abordagens do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento territorial (VIEIRA, 2006).

Conforme explica Bardin (1994) análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

A análise de conteúdo utiliza de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não) (BARDIN, 1994). A análise é, em geral, concomitante com a coleta, e a primeira pode influenciar as formas como a segunda está sendo feita.

A análise de conteúdo, segundo Campos (2004) se desenrola a partir das seguintes fases: i. Pré-exploração do material ou de leituras flutuantes do *corpus* da entrevista: na leitura flutuante toma-se contato com os documentos a serem analisados, conhece-se o contexto e deixa-se fluir impressões e orientações; ii. Seleção das unidades de análise (ou unidades de significados): Para tal são utilizados os objetivos do trabalho e algumas teorias como primeiros norteadores, porém, não se pode na análise dissociar-se, nem em última instância abster-se do uso de recursos mentais e intuitivos que muitas vezes transcendem as questões postuladas e são definitivamente necessários a uma análise deste porte; iii. O processo de categorização e sub-categorização: as categorias como grandes enunciados que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade ou proximidade, e que possam através de sua análise, exprimirem significados e elaborações

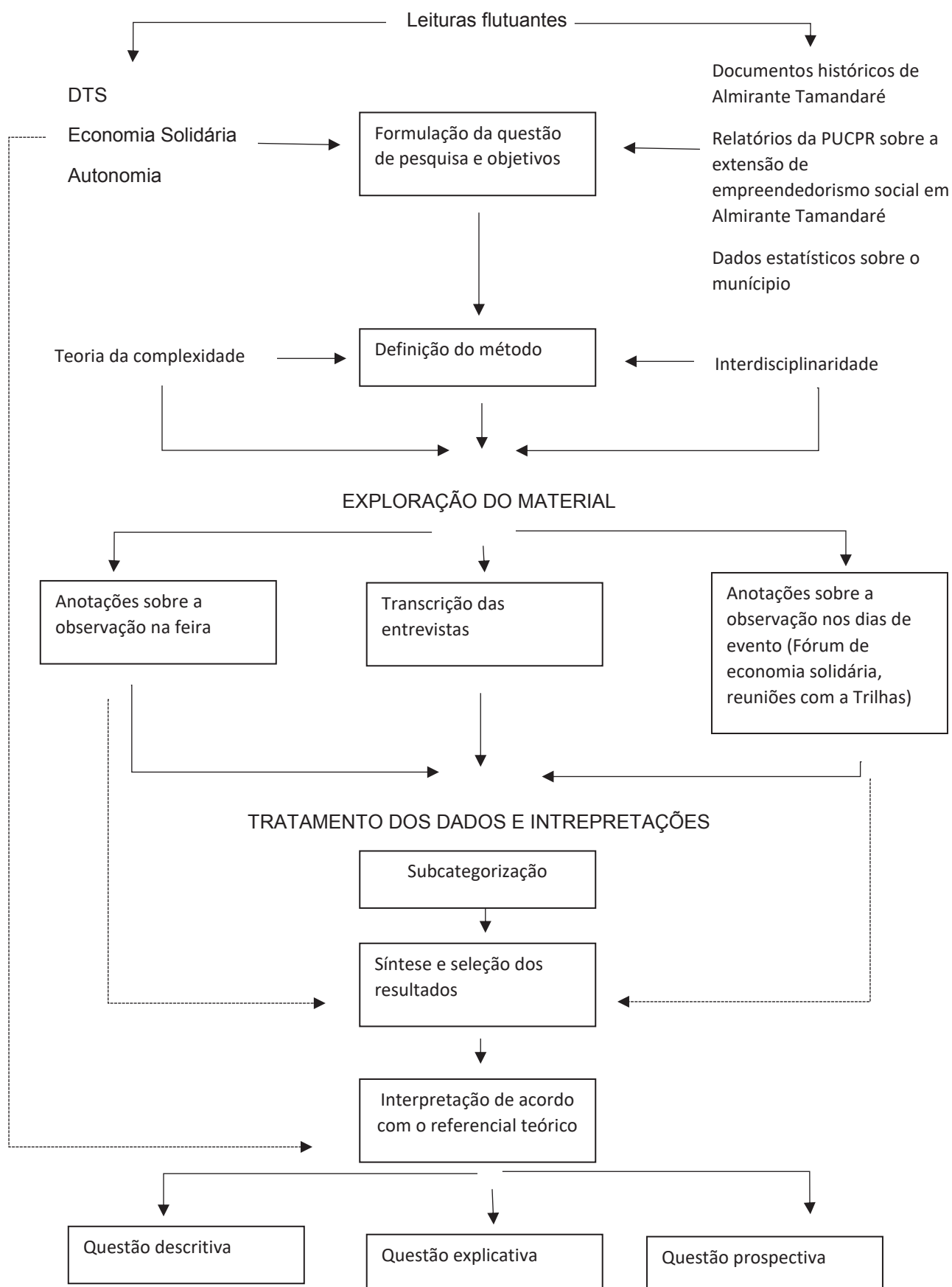
importantes que atendam aos objetivos de estudo e criem novos conhecimentos, proporcionando uma visão diferenciada sobre os temas propostos.

Portanto, explica Bardin (2016) as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares que sejam capazes de colaborar na realização da explicação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, pertencem ao domínio da análise de conteúdo, ou seja, todas as iniciativas com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas que, embora parciais, são complementares.

As categorias utilizadas na presente dissertação são: autonomia, economia solidária e Ecodesenvolvimento, tendo como pano de fundo a abordagem do DTS.

Destaca Minayo (2016) que para trabalhar nas categorias de análise escolhida, a partir do aporte teórico, os depoimentos são fragmentados em núcleos de sentido, que compõem os eixos norteadores para a discussão dos resultados, podendo assim aproximar conceitos ou ideias que parecem abstratas ou distantes do campo perceptivo. Para Bardin (2016) as diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos: (i) Pré análise; (ii) a exploração do material; (iii) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A análise seguiu o que foi previsto por Bardin (2016) e configurou-se conforme o esquema resumo apresentado na figura a seguir:

FIGURA 1: DESENVOLVIMENTO DE UMA ANÁLISE PRÉ ANÁLISE



Fonte: Elaborado a partir de Bardin (2016)

Com o objetivo de responder aos objetivos desta pesquisa os dados coletados previamente foram analisados, por meio da análise categorial, que, conforme Bardin (2011), consiste no desmembramento do texto em categoriais agrupadas analogicamente.

A fase de pré-análise, segundo Bardin (2016) é a fase da organização, onde, geralmente, possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise; a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. A partir das categorias definidas por meio do aporte teórico utilizado para esta pesquisa, foi elaborado um roteiro, que além das entrevistas (Anexo I), também serviu para orientar a observação participante. Neste roteiro estão elencadas as categorias iniciais de análise.

A fase seguinte, da exploração do material, que segundo Bardin (2016) trata da aplicação sistemática das decisões tomadas. Bardin (2016) explica se tratar de uma fase longa e fastidiosa, pois consiste em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função das regras previamente formuladas. Nesta fase, foi realizado a transcrição das entrevistas com auxílio de software específico para este fim.

A última fase, que consiste em o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Fazer uma análise temática consiste em descobrir “núcleos de sentido” que compõem a comunicação, cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido (BARDIN, 2016; MINAYO, 2016). Nesta fase foi realizada a subcategorização para encontrar estes núcleos de sentido, que foram subsidiados pelas anotações durante a observação participante nos dias da feira e em outros eventos onde os atores estiveram presentes. As subcategorias foram definidas conforme quadro a seguir:

QUADRO 5: CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE

	Categoria teórica	Categorias empíricas	Subcategorias
Desenvolvimento Territorial	Descrição do território e do empreendimento	Condições socioeconômicas Trajetória do empreendimento	Sobre o acesso à Curitiba: Sobre o acesso ao centro de Almirante Tamandaré:

		Trajetória do território Estrutura do empreendimento	Sobre a infraestrutura existente no território, na ocasião da chegada dos moradores: Sobre a interação com os agentes da administração pública: Sobre a estrutura do bairro: Sobre a satisfação de morar no bairro: Fundação da feira: Marcos importantes da feira: Funcionamento da feira: Permanência na feira:
	Economia Solidária	Autogestão e entranhamento comunal Inserção no mercado Redes de parceria Territorialidade e sustentabilidade	Aproximação com a prefeitura: Relação com a Trilhas: Adesão de outras feirantes: Solidariedade: Feira do tanguá e a Economia Solidária: Insumo e reuso:
	Autonomia	Autonomia econômica Autonomia na tomada de decisão	Sobre a participação em outros grupos: Tomada de decisões: Perfil das feirantes: Relação da feira com a dinâmica familiar: Divisão de tarefas na dinâmica familiar
	Ecodesenvolvimento	Contexto sociopolítico Técnicas empregadas na produção e descarte Planejamento democrático Relação com o território (dado e construído)	Sonho para a feira: Sonho para o bairro Planos para o futuro: A feira e o desenvolvimento do território: Feirantes e o desenvolvimento pessoal:

Fonte: A autora

1.3.5 Contingências durante a coleta e análise

Durante o período exploratório da pesquisa, diversas contingências ocorreram. Uma das importantes tomadas de decisão das feirantes e que teve um impacto no resultado desta pesquisa, foi a decisão de não receber mais o acompanhamento da Incubadora de empreendimentos solidários, Trilhas. Segundo as feirantes, elas não estavam conseguindo enxergar como este trabalho iria ajuda-las e as demandas advindas deste acompanhamento estava sendo acima das suas capacidades de atuação. Isso se deve ao fato de que grande parte das mulheres que compõem o empreendimento tem outras atividades produtivas além da feira, o que prejudica o tempo empregado em processos mais reflexivos e permanência em grupo fora dos horários de comercialização dos produtos.

Outra questão importante neste período foi a aproximação com o poder público municipal, a prefeitura da cidade iniciou um trabalho de valorização e ampliação das feiras livres da cidade, destinando pontos com iluminação, infraestrutura e materiais gráficos a fim de divulgar o trabalho das feiras. Apesar do incentivo importante por parte da prefeitura, outras questões foram levantadas como prejudiciais à participação das mulheres do empreendimento pesquisado neste movimento da prefeitura. Uma das questões levantadas foi a da condição logística de comparecerem nos outros pontos da cidade. Tendo em vista que no bairro Tanguá passa apenas dois ônibus, um pela manhã e outro pela tarde, para as outras regiões da cidade. Outra questão que dificulta a participação é o volume de produtos, mesmo que houvesse mais horários de ônibus, a maioria das mulheres não consegue carregar sozinha todos os seus produtos de uma vez só.

A sessão a seguir explora mais profundamente o marco teórico escolhido para o entendimento da dinâmica pesquisada. Serão abordados, em ordem: Conceitos e abordagens do DTS, ecodesenvolvimento, economia social e solidária e autonomia.

Capítulo II - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTANTÁVEL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTONOMIA DAS MULHERES

2.1 CONCEITO E CRÍTICA À ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A economia moderna surgiu como disciplina distinta no século XVIII, sobretudo com as publicações de Adam Smith, que é considerado o pai da economia moderna e o mais importante teórico do liberalismo econômico. Em sua obra “A riqueza das Nações” procurou demonstrar que a prosperidade das nações resulta da atuação de indivíduos que, movidos sobretudo pelo seu próprio interesse, promovem os dois objetivos distintos: primeiro, prover uma receita farta ou subsistência para as pessoas, ou, mais propriamente, capacitá-las a prover tal receita ou subsistência por si mesmas; segundo, suprir o Estado ou a comunidade nacional com receita suficiente para seus serviços públicos. Propõem-se a enriquecer tanto o povo quanto o soberano. O progresso econômico, então, depende deste trio de prerrogativas individuais: a busca do interesse próprio, a divisão do trabalho e a liberdade de comércio (O’ROURKE, 2008)

Nos anos de 1960 o desenvolvimento era visto como um processo em que os países passariam necessariamente por etapas. Rostow (1966), defende que é possível enquadrar todas sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: A sociedade tradicional, aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitada, baseadas em ciência e tecnologia pré-newtoniana; As condições para o arranco, se desenvolveram a partir do momento em que as concepções da ciência moderna começaram a se converter em novas funções de produção, tanto da agricultura quanto da indústria, num contexto de onde acontecia de forma paralela a expansão dos mercados mundiais e a concorrência internacional; No arranco, as obstruções e resistências ao desenvolvimento regular são superadas, no decorrer desta etapa novas indústrias vão se expandindo rapidamente e grande parte de seu lucro vai sendo reinvestido em novas instalações; A marcha para a maturidade, o autor define a maturidade, como sendo essencialmente a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco e para absorver e aplicar eficazmente

num campo bem amplo de seus recursos os frutos mais adiantados da tecnologia moderna; A era do consumo em massa, duas coisas principais acontecem: a renda real por pessoa elevou-se de forma que elas puderam ultrapassar o consumo de itens básico de sobrevivência; e a estrutura da força de trabalho modificou-se além de aumentar a produção urbana em relação à total, aumentou também o número de pessoas trabalhando em escritórios ou como operários especializados, como também sua necessidade de consumo.

Além das mudanças econômicas, a estrutura social se modificou sendo que a sociedade não aceitava mais a expansão tecnológica como objetivo supremo e por meio de processos políticos foi decidido atribuir cada vez mais recursos para finalidade de assistência social. Neste mesmo período houve uma disseminação de artigos de consumo duráveis e a difusão dos serviços em massa, tendo como destaque a linha de montagem móvel de Henry Ford em 1913-1914.

Na perspectiva de etapas Rostow (1966) se preocupava em demonstrar que países subdesenvolvidos e pobres entrariam na via do desenvolvimento seguindo estas etapas, uma vez que o “subdesenvolvimento” era uma questão de atraso. Essa visão atualmente é criticada, principalmente, devido à falta de preocupação ecológica e pela própria crítica ao consumismo exacerbado. Para Moraes e Silva (2010) é necessário analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe.

A origem do conceito de desenvolvimento remonta o campo da economia e encontra em diversos autores um embasamento crítico ao conceito tradicional do desenvolvimento econômico. Passet (1992) insiste na necessidade de abrir a economia a novas abordagens (sistemas auto-organizadores complexos), novas dimensões (energética, informacional), novos instrumentos (não monetários) suscetíveis de apreender os aspectos do real que escapam aos instrumentos tradicionais.

Kapp (1991) questiona sobre o entendimento de todas as implicações do fato de que podem surgir graves incompatibilidades entre o sistema econômico e o sistema ecológico (e também o social), que ameacem o processo econômico, sua reprodução social e, portanto, a garantia constante

de bem-estar e sobrevivência humana. O autor supracitado ainda explica que os sistemas econômicos são parte de um sistema político e institucional muito mais amplo, de onde recebem impulsos importantes e que, por sua vez, é capaz de influenciar e até mesmo de mudá-los de diversas formas.

O modelo único, de modernidade e desenvolvimento seguidos por todas as comunidades, coloca em xeque a importância de ter a pluralidade de caminhos para que atores de uma comunidade possam conduzir seus próprios destinos de acordo com a sua diversidade cultural e “verdades locais” (JULIEN, 2010). Kapp (1991) ainda reforça que as escolhas econômicas orientadas por custos de mercado e retornos, podem ter um grande alcance das consequências globais sobre o equilíbrio ecológico, a sociedade e a reprodução social.

O pensamento sistêmico é inevitavelmente complexo (KAPP, 1991), na medida em que se refere a efeitos de feedback não lineares e descontínuos que caracterizam as interdependências dinâmicas entre os diferentes sistemas e de cada subsistema com o todo composto. Portanto, este é por sua própria natureza multidimensional, multidisciplinar e integrador. Pensar em termos de sistemas interdependentes é uma inovação e pressupõe um novo paradigma⁶ que exige o abandono de conhecimentos antigos “antes que os novos possam ser adquiridos” (KAPP, 1991)

A inclusão do meio ambiente nas discussões sobre desenvolvimento toma força e ganham espaço na agenda política mundial, principalmente, a partir de duas obras importantes, cujas perspectivas se diferem em alguns aspectos: “Limites do Crescimento” de 1972 e “Nosso futuro comum” de 1987. Limites do Crescimento foi um produzido por uma equipe do Instituto de Tecnologia de Massachusetts - MIT, sob encomenda do Clube de Roma⁷ enquanto que o Nosso futuro comum foi construído por uma comissão da ONU

⁶ KUHN, T. S. *The Structure of Scientific Revolutions*. 2 ed., Enlarged. Chicago and London: University of Chicago Press, 1970.

⁷ O Clube de Roma foi uma organização fundada pelo industrial italiano e presidente do Comitê Econômico da OTAN, Aurelio Peccei. Peccei reuniu em 1968 um grupo informal de trinta economistas, cientistas, educadores e industriais num encontro em Roma, mas já em 1970 este clube possuía 75 membros de 25 países¹⁴, com o objetivo de pensar o sistema global e encorajar novas atitudes, entre os quais o combate à degradação ambiental. A proposta do Clube de Roma era repensar a conjuntura mundial a partir da ótica industrial dominante, já que os seus integrantes eram, em grande parte, importantes líderes empresariais. (OLIVEIRA, 2012)

composta por membros de múltiplas nacionalidades (oriundos de nações centrais e periféricas), presidida pela ex-primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland (OLIVEIRA, 2012).

A obra “Limites do Crescimento”, que foi âncora da Conferência de Estocolmo (BRAUN, 2005 apud OLIVEIRA, 2012), é um estudo de importância peculiar na questão ambiental devido principalmente: [1] ao pioneirismo no que se refere à questão do meio ambiente x desenvolvimento econômico no debate geopolítico contemporâneo; [2] à consolidação, no âmbito acadêmico-universitário, da questão ambiental, uma vez que se multiplicou o número de trabalhos envolvendo a temática; e ainda [3] à sua dimensão global de divulgação, pois sua publicação atingiu cifras extraordinárias, ao mesmo tempo em que suas conclusões atingiram diferentes públicos e colocaram definitivamente a problemática ambiental na pauta dos assuntos cotidianos. A problemática socioambiental enfrentou inúmeros desafios desde a produção desses relatórios, mas muitas legislações e governos sofreram influência de suas diretrizes.

Sachs (1993) afirma que as décadas de 1970 e 1980 foram importantes na medida em que conduziram a progressos conceituais, ampliando conhecimento empírico sobre o funcionamento da biosfera, sobre os riscos das atividades humanas, além do avanço na institucionalização da preocupação com o planejamento e gestão ambiental. Além dos relatórios e conferências importantes já citadas, ainda ocorreram outras, de amplitude internacional e importantes para avançar na discussão sobre o ecodesenvolvimento. Vieira (2003) explica que esse fenômeno do desenvolvimento nos países do hemisfério sul girou em torno de três correntes interpretativas: a da modernização nacional, a estruturalista-desenvolvimentista e a dependentista.

Em 1992 aconteceu no Brasil a ECO 1992, no Rio de Janeiro, a conferência que ficou conhecida como a “Cúpula da terra” foi responsável por colocar, de maneira inédita, o assunto de meio ambiente e o desenvolvimento na agenda pública. A partir da conferência se adotou a “Agenda 21”, um diagrama para a proteção do planeta e seu desenvolvimento sustentável. Na Agenda 21, foi delineado, por parte dos governantes, um programa, cujo objetivo era direcionar as atividades do atual modelo insustentável de crescimento econômico para um modelo com atividades que protejam e

renovem os recursos ambientais. As áreas de ação incluem: proteger a atmosfera; combater o desmatamento, a perda de solo e a desertificação; prevenir a poluição da água e do ar; deter a destruição das populações de peixes e promover uma gestão segura dos resíduos tóxicos.

Além das questões ambientais, a Agenda 21 também apontou para questões sobre padrões de desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente. Elas incluem: a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento; padrões insustentáveis de produção e consumo; pressões demográficas e a estrutura da economia internacional. O programa de ação também recomendou meios de fortalecer o papel desempenhado pelos grandes grupos – mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças e jovens, povos indígenas, comunidade científica, autoridades locais, empresas, indústrias e ONGs – para alcançar o desenvolvimento sustentável. Dez anos depois, em 2002, ocorreu em Joanesburgo, na África do Sul, a Rio+10; e em 2012, novamente no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. A seção a seguir apresenta os principais pressupostos teóricos de uma nova abordagem do desenvolvimento alternativo: o desenvolvimento territorial sustentável.

2.2 FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Diversos autores têm colocado ênfase na questão de desenvolvimento territorial como forma de ascensão e melhoria da qualidade de vida das pessoas endogenamente. Essa concepção de desenvolvimento privilegia a formação de redes locais, a valorização dos recursos regionais e a gestão dos recursos naturais de forma a privilegiar o desenvolvimento no âmbito local (MENEZES e SERVA, 2012). O conceito de DTS surge a partir de avanços teóricos no campo da problemática socioambiental, que no final dos anos 1960 emergiu no campo do planejamento do desenvolvimento (MENEZES e SERVA, 2012), a princípio no âmbito restrito dos países industrializados, somado às contribuições das inúmeras experiências que emergem no mundo no âmbito do desenvolvimento endógeno e territorial.

Para Morin (2003), não cabe mais reduzir o desenvolvimento ao crescimento. A noção de desenvolvimento deve tornar-se multidimensional, ultrapassar ou romper os esquemas não apenas econômicos, mas também civilizacionais e culturais ocidentais que pretendem fixar seu sentido e suas normas. Deve romper com a concepção do progresso como certeza histórica para fazer dele uma possibilidade incerta, e deve compreender que nenhum desenvolvimento é adquirido para sempre: como todas as coisas vivas e humanas, ele sofre o ataque do princípio de degradação e precisa incessantemente ser regenerado.

Sachs (2003) colabora com esta crítica e entende que o processo de desenvolvimento sustentável não é unidirecional e sim multidimensional, ou seja, requer mudanças socioculturais, para alcançar maior equidade social, melhoria das condições de vida e do convívio. O desenvolvimento econômico padrão não responde à complexidade dos territórios e da atualidade. Existe a impossibilidade de se transpor modelos de economia, administração e desenvolvimento de um território para outro.

Para Vieira (2009) o entendimento dos focos estruturais da crise contemporânea do meio ambiente passa pela análise dos usos que vêm sendo feitos daquilo que não pertence a ninguém e/ou atravessa a propriedade: florestas naturais, águas continentais e marinhas, atmosfera, fauna selvagem, biodiversidade. Nessa perspectiva observa-se a dimensão ligada ao estatuto econômico *sui generis* dos bens comuns. Porém, também as questões relativas aos conflitos de representações e interesses resultantes do envolvimento de um grande número de atores sociais, além do peso das incertezas e controvérsias científicas sobre a dinâmica de reprodução dos ecossistemas e paisagens no longo prazo. O autor supracitado destaca que este enfoque analítico reforça a hipótese de que os processos de utilização predatória da base de recursos de uso comum estão relacionados à dissolução das modalidades de organização institucional no nível local. Vieira (2009) destaca que essa organização institucional no nível local no passado era capaz de preservar padrões menos destrutivos da relação entre comunidades com o meio ambiente biofísico e construído. Além disso, o autor supramencionado destaca que o desmantelamento progressivo do setor público e a redução dos investimentos sociais nos países do Sul passaram a coexistir com experiências

de auto-organização socioeconómica, sociocultural e sociopolítica no nível local, convergindo com os termos de referência da versão originária do enfoque de ecodesenvolvimento (ideia de ecorregiões).

Assim, o DTS incorpora o resgate da versão originária do conceito de ecodesenvolvimento, que segundo Sachs (2007) designava um novo estilo de desenvolvimento e um novo enfoque (participativo) de planejamento e gestão, que combinava postulados éticos, a saber: atendimento de necessidades humanas fundamentais (materiais e intangíveis), promoção de autoconfiança (self-reliance) das populações envolvidas e cultivo da prudência ecológica (VIEIRA, 2006; SACHS, 2007).

Dando continuidade à construção teórica do conceito de DTS, resgata-se as noções-chave da abordagem territorial do desenvolvimento. Para Benko e Pecqueur (2001), as relações de proximidade entre os atores locais desempenham um papel determinante na competitividade das atividades econômicas. Nesse sentido, as experiências dos distritos industriais e da sua capacidade de negociar modos de cooperação entre capital e trabalho, entre grandes empresas e subcontratantes, entre administração e sociedade civil, entre banco e indústria, etc promoveram pistas dos potenciais do desenvolvimento endógeno. Pecqueur (2005) define que desenvolvimento territorial se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico, explica ainda que o princípio da construção do território pelos autores não convoca apenas os produtores, mas também os consumidores. Não que o mercado seja limitado ao território, mas o planejamento e a formação da oferta deve ter em vista a demanda.

Boisier (1993) defende que o desenvolvimento de um território organizado depende da existência, da articulação e das condições de manejo de seis elementos, que normalmente estão presentes em qualquer território organizado. Esses elementos são: a) atores, b) instituições, c) cultura, d) procedimentos, e) recursos, e f) entorno. Esses elementos interagem de um modo denso ou difuso, de forma aleatória ou então de uma forma inteligente e estruturada. O desenvolvimento resultará apenas de uma interação densa e inteligentemente articulada, mediante um projeto coletivo ou um projeto político regional. Do contrário, não se terá senão uma caixa preta, cujo conteúdo e funcionamento se desconhece. O autor supracitado apresenta que o

desenvolvimento de um território organizado (região, província ou localidade) não depende apenas da existência dos seis elementos descritos, nem da sua qualidade, mas depende, basicamente, do modo de articulação.

Sachs (2005) problematiza a questão do planejamento e afirma que este deve ser democrático, em diálogo quadripartido entre planejadores, empreendedores, trabalhadores e a sociedade civil organizada, e que deve ser estabelecido no tripé dos objetivos sociais e éticos, ambiental e viabilidade econômica. O autor conclui ainda que quanto mais cedo o abismo das diferenças de padrões de consumo em todo mundo for reduzido, mais cedo seremos capazes de passar de uma economia de crescimento para uma economia de estado constante.

Sachs (2007) apresenta algumas configurações entre as relações de: meio ambiente, população, técnicas, recursos naturais e produtos; considera que estas configurações podem ser desenhadas a partir de duas visões distintas, uma tradicional e outra de novas relações pertinentes. Estas novas relações pertinentes devem ser consideradas dentro de uma estratégia que além das dimensões tradicionais do planejamento também se somem o desenvolvimento com a gestão do ambiente. Sachs (2007) define seis níveis críticos em que situará a ação: 1) a estrutura de consumo; 2) o regime sócio-político; 3) as técnicas empregadas; 4) as modalidades de utilização dos recursos naturais e da energia; 5) as formas de ocupação do solo; 6) O tamanho, o ritmo de crescimento e a distribuição da população.

Para Sachs (2007) para que o país alcance situações triplamente (econômico, social e ambiental) ganhadoras, deve-se repensar o quadro institucional no qual se concebe e se realiza o desenvolvimento. Uma vez afastados os dois extremos da economia – mercado em estado puro (uma utopia liberal) e economia de comando -, a totalidade das situações realmente existentes no mundo atual enquadra-se na categoria das economias mistas, com múltiplos mercados de trabalho, bens e serviços, em que operam as empresas privadas com fins lucrativos, o Estado (em todos os níveis), os diversos atores da economia social e o conjunto das populações que se dedicam parcialmente a atividades econômicas fora do mercado, realizadas no contexto doméstico. A seção a seguir apresenta os principais elementos da

economia social e solidárias que poderá fortalecer propostas endógenas de desenvolvimento.

2.3 SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA

2.3.1 O Campo da economia social

Verifica-se que para um entendimento mais amplo das premissas da economia social e solidária se faz necessário um resgate da sua história enquanto movimento e seu contexto social, econômico e político de atuação ao longo do tempo.

Para Demoustier (2001) houve uma renovação das práticas de união entre pessoas para lutar contra eventualidades da vida, principalmente, os ligados a vida profissional, em função da dominação do capitalismo na França desde o final do século XVIII, embora essas práticas já pudessem ser observadas em outros povos. As práticas – de valorização do coletivo à procura de relações totalmente fora do mercado – citadas por Demoustier (2001) como forma de enfrentamento ao capitalismo foram evoluindo até chegarem às iniciativas associativas atuais.

Demoustier (2001) explica que todos os exemplos a seguir tratam-se de economia social e solidária.

Um grupo de mulheres que abre um restaurante de bairro; 20 milhões de franceses que são membros de sociedades mutualistas de saúde; três amantes da música que se associam para criar uma orquestra de câmara ou um grupo de *reggae*; milhares de poupadores que alimentam um fundo comum de investimento ético em que uma parte dos rendimentos serve para a manutenção de seu poder de compra e a outra parte financia projetos de desenvolvimento (um banco cooperativista que administra o fundo e uma associação que anima o projeto de desenvolvimento); agricultores associados a consumidores urbanos que difundem produtos biológicos; ou empresas de inserção que abrem as portas do mercado de trabalho a jovens desempregados, etc. (p. 10)

Segundo Caeiro (2008) o conceito de economia social surge cerca de 1830, quando Charles Dunoyer publicou em Paris um tratado de economia social, surgindo na mesma década na Universidade de Lovaina um curso com

a designação de economia social. Caeiro (2008) explana sobre o conjunto das escolas teóricas, demonstradas no quadro abaixo:

QUADRO 6: ESCOLAS TEÓRICAS DA ECONOMIA SOCIAL

Escola teórica	Principais contribuições	Ideias defendidas
A socialista	Marcel Mauss (1872-1950) Benoit Malon (1841-1893)	Economia de socialização voluntária
Social-cristã reformista	Frédéric Le Play (1806-1882)	Aprova o desenvolvimento das cooperativas com um objetivo reformista não sendo, no entanto, favorável a uma transformação radical na sociedade
Liberal	Charles Dunoyer (1786-1862) Frédéric Passy (1822-1912)	Liberdade da economia e afastamento da intervenção do Estado com recurso do princípio da auto-ajuda
Solidária	Auguste Ott (1814-1892) Charles Gide (1847-1932)	Concretização do espírito do solidarismo pelo qual será possível a abolição do capitalismo e do proletariado sem sacrificar a propriedade privada nem as liberdades providas da revolução. A ajuda mútua e a educação econômica através da cooperação podem por si só promover a transformação do homem.

Fonte: Caeiro (2008) sistematizado pela autora

Para Caeiro (2008) o mérito principal destas escolas é o de demonstrar o pluralismo político e cultural que caracteriza os primórdios do desenvolvimento da economia social e que se mantem nos tempos atuais.

O conceito de economia social deriva da terminologia francesa, e remonta às práticas de solidariedade interclassistas enquanto reação às transformações econômicas e sociais da revolução industrial influenciada pelo pensamento dos socialistas utópicos⁸ do século XIX, dando origem a formas de organização como as associações, as cooperativas e as mutualidades. No essencial, ela começou a ser utilizada pelos autores contestatários ao modelo dominante, acusado de separar as regras de funcionamento da economia das regras morais (CAEIRO, 2008). Para entender o aparecimento destes autores que contestam o capitalismo, é necessário conhecer o contexto histórico europeu, que como processo da Revolução Industrial “se fortalecia e se difundia dinamicamente e impulsionava cada vez mais o ideal liberal de auto-

⁸ Na França os principais pensadores foram Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1809-1865), e, na Inglaterra, Robert Owen (1773-1858). Foram responsáveis por elaborar modelos de sociedade mutualista, cooperativista e solidária, porém não apresentaram uma formulação objetiva de como transformar a sociedade da época e, em virtude disso, foram chamados por Karl Marx de *socialistas utópicos*. (ARROYO, 2006: p. 25).

regulação da economia como dogma inquestionável do capitalismo” (ARROYO, 2006: p.26).

Para fazer uma análise da evolução da economia social na França, do ponto de vista acadêmico, Caeiro (2008) distingue cinco períodos:

QUADRO 7: EVOLUÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL NA FRANÇA

Denominação	Período	Características
A gênese da economia social	1971-1848	Período marcado pela Revolução Francesa inspirado pelos ideais da liberdade, da igualdade e da fraternidade.
A questão social e o movimento operário	1850-1900	Fim da Comuna de Paris, do ponto de vista das instituições de economia social, vão-se desenvolvendo os movimentos associativos operários;
Os regimes totalitários e a contestação ao liberalismo	1901-1945	Período marcado pela Primeira e Segunda Guerra Mundial, Revolução Russa, a grande Depressão de 1929, neste contexto, os movimentos totalitários, cuja base ideológica vai ser a contestação ao liberalismo e o papel determinante do Estado na condução da sociedade, neste período há uma fragmentação dos núcleos cooperativistas e mutualistas nascidos do movimento associativo;
O Estado-providência e os direitos sociais	1945-1975	Desenvolvimento de um Estado-providência com base no modelo keynesiano de intervenção do Estado na economia, o conceito de economia social vai ser relegado para segunda instância em termos de importância e de uma vez que o Estado passa, por si só, a intervir no mercado;
A crise do Estado-providência e o redimensionamento da economia social	1975-2006	Com o desenvolvimento e crescimento dos movimentos cooperativo, associativo e mutualista, a economia social volta a adquirir dimensão e importância, assiste-se ao desenvolvimento de apoio financeiro à economia social e às suas organizações, a um aumento de emprego e ao desenvolvimento de associações locais e de cooperativas dos mais variados tipos.

Fonte: Adaptado de Caeiro (2008).

Em 1975, nasce o Comité Nacional de Coordenação das Atividades Mutualistas, Cooperativistas e Associativistas (Cnlamca) que lança em 1978 um debate europeu sobre economia social. Em 1981, com o reconhecimento do seu poder político, pela criação de uma Delegação Interministerial para

Economia Social (DIES) pelo governo francês, ela passa a depender de uma Secretaria de Estado.

Arroyo (2006) apresenta que graças a todas as movimentações ideológicas, culturais, econômicas, políticas e sociais que estavam acontecendo na Europa e nos Estados Unidos no século XIX, observa-se o aparecimento de várias experiências solidárias. Essas experiências foram influenciadas pelas ideias da valorização do ser humano e do mutualismo por meio de cooperativas e associações de produção e de socorro mútuo criadas por trabalhadores com o intuito de minimizar os efeitos trazidos pelo sistema liberal capitalista. Dentre as cooperativas de consumo que surgiram nesse período (Século XIX), se destaca a Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, na Inglaterra, que conseguiu sobreviver e estabelecer uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação em nível mundial (ARROYO, 2006). Em Portugal, a tradição assenta-se essencialmente nas misericórdias que desde o século XVIII assumiram um componente de intervenção junto das populações mais desfavorecidas e as mutualidades (CAEIRO, 2008).

Conforme Andion e Serva (2006) a construção do campo da economia social no Brasil pode ser analisada em quatro momentos históricos:

i) A República Velha: a sociedade civil como *lócus* da filantropia; Estado oligárquico - pouca importância às políticas públicas de caráter social ou à mobilização da sociedade civil; as instituições religiosas assumiam o papel de atendimento aos pobres e excluídos; criação das primeiras cooperativas no país;

ii) A “era Vargas”: a sociedade civil cooptada pelo Estado, cidadania entendida como sinônimo de inserção social pelo emprego; criação dos principais sindicatos, federações e confederações que congregam trabalhadores por empresa, região ou setor de atividade;

iii) A ditadura militar: a sociedade civil como espaço político - iniciativas sociais clandestinas; florescimento no Brasil dos movimentos sociais de novo tipo; movimentos sociais foram marcados pela diversidade de origens, de ideais defendidos e de práticas; redefinição da noção de cidadania, mostrando que “todos têm direito a terem direitos”;

iv) A redemocratização: complexidade crescente da sociedade civil e recomposição da Economia Social: restabelecendo as bases legais para o exercício da democracia; as ONGs se colocam como atores autônomos da sociedade civil com novas possibilidades de relação com o Estado e com o próprio mercado; ONGs e movimentos sociais inseridos no campo econômico, gerando novas formas de regulação social no próprio mercado, como movimento do comércio justo, das finanças solidárias e das certificações ambientais.

Os estudos de economia social passam a se singularizar por se voltarem mais para os problemas redistributivos, abandonando o campo da produção. Com a derrota do movimento alternativo oweniano⁹ e a crescente assimilação das cooperativas às forças de mercado capitalistas, a dinâmica associativista perde vigor e se integra à sociedade burguesa, descaracterizando sua forte conotação solidária e contestatória original. Isto não significou o desaparecimento do setor de economia social, mas sua sobrevivência é subordinada e residual. De modo geral, hoje economia social é o campo constituído pelas sociedades de pessoas, e não de capitais (onde há divisão democrática do poder: cada pessoa é um voto), tais como as cooperativas, associações e entidades mutualistas (LISBOA, 2004).

2.3.2 Abordagem economia solidária no contexto brasileiro

Uma imprecisão conceitual atualmente se estabelece entre as noções de Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária, Economia Popular e Socioeconomia Solidária (LISBOA, 2004). Quando se realiza uma revisão bibliográfica sobre o assunto, verifica-se que o ponto de partida para sua explicação são os aspectos humanistas, isto é, que colocam a subjetividade humana no centro das relações econômicas. Silva (2018) acredita que o debate sobre as diretrizes do que se chama de economia solidária tem se intensificado desde os anos 2000 no Brasil, de modo cada vez mais pode ser caracterizada

⁹ Robert Owen defende a criação de uma sociedade comunista, com a organização de colônias cooperativas objetivando o fim permanente da propriedade privada dos meios de produção, agregando as ideias dos outros utópicos, seus contemporâneos (ARROYO, 2006)

como um fenômeno sociológico tendo diversas perspectivas de análise no campo das ciências sociais.

Para Gaiger (2014) a dificuldade metodológica tem a ver com o fato de que a Economia Solidária, por sua natureza, apresenta-se como um processo inovador, que institui novas formas de organização das atividades econômicas sem ficar na dependência de formatos legais já instituídos ou esperando que o lento processo de avanços no marco jurídico chancele suas iniciativas.

Assim conforma-se a partir de valores distintos dos da economia de mercado, num resgate do trabalho mais justo e solidário como nas associações e cooperativas anteriores à Revolução Industrial (GAIGER, 2009). Para Simon e Boeira (2016) refere-se a inúmeras experiências, desde formas de agricultura familiar, assentamentos do MST, cooperativas, recicladores, experiências de finanças solidária, clubes de troca, entre outras tantas, apontando para uma grande diversidade de atividades.

O termo Economia Social originalmente explicita a afirmação de uma economia imbricada com o social, a recusa do economicismo, bem como tem uma forte conotação política: expressa um modo de transformação do capitalismo a partir da auto-organização dos produtores e consumidores que se contrapõe à via marxista de tomada do poder estatal (LISBOA, 2004). Caeiro (2008) também vê com dificuldade a tentativa de distinção entre economia social e os outros conceitos relacionados de uma ou outra forma com as atividades ligadas à intervenção social, especialmente o terceiro setor, organizações sem fins lucrativos ou economia solidária, sendo a escolha fundamentada em critérios subjetivos.

Andion e Serva (2006) consideram economia social composta por um amplo conjunto de organizações que são geradas no seio da sociedade civil e possuem simultaneamente finalidade social, política e econômica. Enquanto que Namorado (2017) diz que numa primeira aproximação pode-se dizer que economia social é uma expressão que designa um espaço socioeconômico, que primordialmente um conjunto de organizações, mas que também abrange um leque de práticas que o integram apenas em função da sua própria natureza. No Brasil, Andion e Serva (2006), entendem que se caracteriza cada vez mais como um microcosmo semi-autônomo, no qual entrelaçam teoria e prática, discurso e ação, e que vem construindo suas próprias normas, regras

e códigos, os quais devem ser apreendidos por aqueles que desejam entrar e se manter no campo.

[...] a economia social tem características próprias para responder a um enquadramento econômico e social específico, ao qual nem a economia pública nem a privada conseguem ou desejam dar resposta. Resulta assim que a economia social se define por um intervalo entre o Estado e o mercado, quer no sentido de concretização das ações que o Estado não pretende resolver, que no daquelas que economia privada não vislumbra interesses lucrativos para a sua realização. (CAEIRO, 2008).

A designação de economia social advém do seu fim ser o bem-estar social, o desenvolvimento local e a solidariedade, situando-se, por conseguinte, na área da liberdade e da função social do ter e do ser ao serviço da comunidade humana e do desenvolvimento harmonioso da sociedade numa perspectiva de promoção, simultaneamente, individual e coletiva (CAEIRO, 2008).

A economia social pode ser entendida de duas maneiras: como parte interessada numa economia mista, ou como constituída por uma pluralidade de princípios econômicos. Lévesque (2009) faz essa afirmação com base na conclusão de diversos autores que reconhecem que a economia social reúne os três seguintes componentes: as cooperativas, as mutualidades e as associações que mantêm atividades econômicas.

O debate sobre o que é a Economia Social e Solidária pode ser compreendido em duas vertentes: uma que a defende enquanto uma proposta de desenvolvimento socioeconômico e cultural orientada por uma lógica não capitalista, e outra como uma proposta de desenvolvimento socioeconômico que alavanque a inclusão social dos setores pobres da sociedade, em convivência com a lógica capitalista. A vontade de mudar “aqui e agora”, através da experimentação, explica que muitos deles (militantes políticos e alternativos) se voltem para práticas econômicas, que supostamente, abrem caminho a uma economia alternativa (LAVILLE, 2009). As atividades da ESS primam pela solidariedade acima do interesse individual e o ganho material, afirmando-se pela socialização dos recursos produtivos e adoção de critérios igualitários (LAVILLE; GAIGER, 2009).

A economia solidária apresenta-se como um tipo de economia alternativa¹⁰ (CAEIRO, 2006), principalmente ao que entende ser o conformismo e a objetificação da economia social. Lisboa (2004) relata que embora tenha diferenças conceituais nos diferentes locais do globo, possuem um núcleo em comum: *“a ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas”* (SINGER, 2003 apud LISBOA, 2004).

Gaiger (2014) realizou uma ampla pesquisa no território brasileiro entre os anos de 2009 e 2013 e conclui que há um entrelaçamento constante entre as variáveis que compõem o perfil dos EES, sendo assim difícil inferir quais traços são mais determinantes. Define que os ESS constituem iniciativas de trabalhadores contrapostos a variadas e severas adversidades, próprias de setores populares historicamente fragilizados por sua inserção subalterna na estrutura econômica. Cuidado com as relações externas e internas: i. Para serem bem-sucedidas nos fluxos econômicos; ii. Para gerarem os resultados esperados por seus membros, de trabalho, renda e outros benefícios.

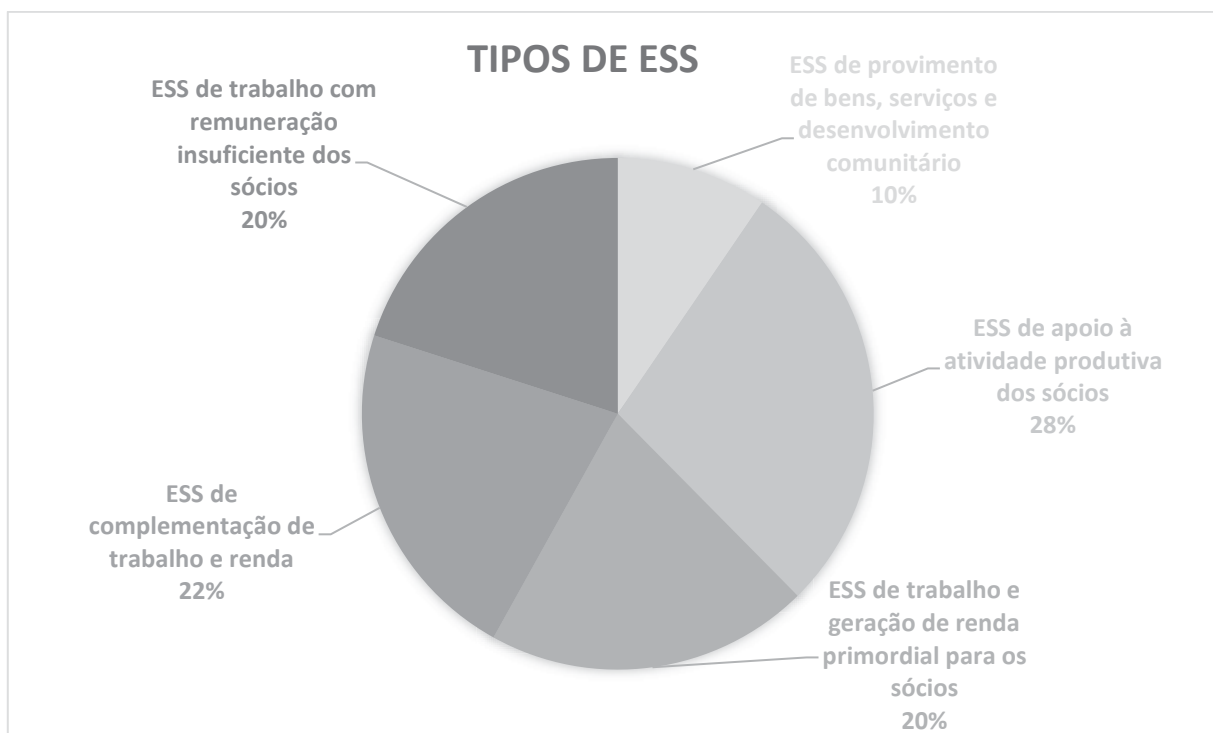
No mapeamento o autor enfrentou algumas dificuldades entre as quais:

- Os ESS desenvolvem múltiplas atividade econômicas simultâneas, relacionadas por vezes a finalidades não econômicas em sentido estrito, não sendo uma tarefa trivial elucidar qual delas tipifica a razão de ser dos ESS;
- Os ESS apresentam considerável complexidade estrutural e funcional, na qual se combinam atividades coletivas e individuais com diferentes graus de importância para seus membros;
- As fronteiras do econômico, habitualmente imprecisas, diluem-se ainda mais na economia Solidária, trazendo à baila um problema conceitual antigo e a princípio insolúvel, sobre as características específicas e os limites do que se deve considerar como uma atividade econômicas.

Dentre os resultados percebidos na pesquisa:

¹⁰ Economia Alternativa: Tem sua origem na França a partir da criação da Agencia de Ligação para o Desenvolvimento de uma Economia Alternativa (ALDÉA), assume como importância primordial a intervenção ecológica, o desenvolvimento local e a autogestão como forma de organização interna.

FIGURA 2: TIPOS DE ESS



Fonte: Gaiger (2014)

Segundo Gaiger (2014) os tipos de ESS se caracterizam conforme quadro a seguir:

QUADRO 8: FINALIDADE DAS ESS

Tipo	Finalidade	Características
Tipo 1: ESS de provimento de bens, serviços e desenvolvimento comunitário (8,8%)	Sua finalidade principal consiste em aportar bens, serviços e outros benefícios sociais em vista do bem-estar de seus membros – como crédito financeiro, itens de consumo doméstico, serviços socioculturais e educativos – ou fomentar o desenvolvimento associativo e comunitário da localidade em que se encontram os ESS.	Localizam-se predominantemente em meio rural, e seus membros são, principalmente, agricultores familiares, seguidos de beneficiários de políticas sociais e de integrantes de povos ou comunidades tradicionais, como ribeirinhos. Em seu corpo social predominam sócios homens, que participam do ESS sem que, para a grande maioria, isso caracterize uma ocupação laboral e uma fonte de renda.
Tipo 2: ESS de apoio à atividade produtiva dos sócios (25,9%)	Sua finalidade primeira consiste em aportar serviços, recursos e outros benefícios para as atividades econômicas individuais ou familiares dos seus integrantes, em itens como troca de produtos, comercialização, uso coletivo de equipamentos ou da infraestrutura produtiva.	ESS do tipo 2 atuam principalmente no apoio a atividades agropecuárias, fornecendo máquinas, instalações, implementos e insumos diversos, além de formas tradicionais de compartilhamento de terras produtivas, como os fundos de pasto, e de equipamentos coletivos, como as casas da farinha.

	O principal motivo de sua criação relaciona-se como o acesso a financiamentos e outras formas de apoio à atividade econômica dos sócios.	
Tipo 3: ESS de trabalho e geração de renda primordial para os sócios (18,9%)	Sua finalidade principal consiste em produzir bens, em comercializar a produção dos sócios/as ou em prestar serviços, de modo a garantir a ocupação e a fonte de ingresso mais importante para os membros do ESS.	A motivação principal de sua criação é o refúgio contra o desemprego, mas também a busca de alternativas de organização econômica em que os trabalhadores sejam donos do negócio, sem depender de patrões ou terceiros.
Tipo 4: ESS de complementação de trabalho e renda (20,2%)	Sua atividade econômica relaciona-se também com a produção de bens, a comercialização ou a prestação de serviços, mas representa uma ocupação e uma fonte complementar de renda para os sócios/as dos ESS, cuja remuneração principal se vincula a outra atividade econômica ou se constitui de rendimentos independentes do trabalho.	Sua motivação principal é obter uma fonte complementar de renda, sendo o número de sócios que trabalham no ESS ligeiramente inferior ao do tipo 3. A expectativa dos sócios, decorrente de suas fontes atuais de renda e de suas possibilidades de inserção produtiva, somada às fragilidades desse ESS, em geral pequenos, informais e com baixos rendimentos, são fatores que não os levam a assumir um papel econômico primordial para seus integrantes. Em contrapartida, funcionam como espaços de cultivo de vínculos sociais, como experiências de participação democrática que estimula a formação de novos sujeitos.
Tipo 5: ESS de trabalho com remuneração insuficiente dos sócios (18,5%)	Sua atividade coletiva principal é a produção de bens ou prestação de serviços, mas não logram gerar renda adequada para os sócios, seja por não lhes propiciarem trabalho de acordo com as suas necessidades, seja pelos baixos níveis de remuneração oferecidos.	Entre os motivos de criação destacam-se ligeiramente o objetivo de recuperar empresas privadas falidas, o que redundaria no fenômeno das fábricas recuperadas pelos trabalhadores, e o propósito de fortalecer grupos étnicos, fato relacionado à presença de povos e comunidades tradicionais na Economia Solidária.

Fonte: Gaiger (2014)

Quatro são os grandes princípios que delimitam o campo de atuação das organizações de economia social conforme Caeiro (2008): a identificação recíproca das pessoas associadas e da atividade empresarial; igualdade dos associados, independentemente da sua participação no financiamento e na atividade destas empresas; possibilidades de divisão dos excedentes entre os associados de forma proporcional à sua participação na atividade econômica; Propriedade coletiva dos benefícios investidos de forma permanente (CAEIRO, 2008). Neste sentido Lisboa (2004) vislumbra quatro características principais

definidoras da identidade dessas experiências, conforme ela se expressa na Ibero-América: (a) Autogestão e entranhamento comunal; (b) territorialidade e sustentabilidade; (c) Redes e parcerias: a intercooperação; (d) inserção no mercado.

Para finalidade de análise desta pesquisa, serão utilizadas as quatro categorias de análise descritas por Lisboa (2004) e aqui retomadas e aprofundadas:

1. Autogestão e entranhamento comunal: tem princípios de autogestão como elemento central, não são empreendimentos individualistas regidos pela propriedade privada e pelo trabalho subalterno. Trata-se de uma dinâmica econômica geradora de inclusão, cujo adjetivo “solidário” tem um peso decisivo;

2. Territorialidade e sustentabilidade: é formada por pessoas que desejam trabalhar (e comercializar os produtos) onde vivem. Desta forma tem um compromisso com o desenvolvimento local e sustentável (onde cada região é sujeita ativa de seu desenvolvimento).

3. Redes de parcerias – a intercooperação: Vislumbra a combinação da mobilização das forças locais e regionais, com recursos e intercâmbios (inclusive não mercantis) advindos dos planos nacional e internacional, tecendo uma intrincada rede que se comporta como um autentico movimento social pelo seu caráter ativo e propositivo de mudanças sistêmicas. Desta forma a ES sob análise não fica restrita aos muros fechados das relações de proximidade e não monetárias, mas está vocacionada e desafiada a ser um elemento dinamizador de uma sociedade aberta, cosmopolita e mais igualitária.

4. Inserção no mercado: ainda que rompa com o fundamentalismo de mercado, a ES afirma-se sem a tutela do Estado, não trilhando os caminhos do socialismo estatista e autoritário. Ao se inserir no mercado, a ES percebe-o não abstrata e miticamente, mas como uma construção humana com papel historicamente civilizador que assume peculiaridades conforme época e lugar. Diferentemente do grande mercado anônimo, forja-se um mercado solidário (ou democrático), o qual se ergue sobre relacionamento humanos cara-a-cara onde as escolhas morais são mais evidentes.

Arroyo (2006) conclui que a adesão crescente de trabalhadores às alternativas de trabalho e renda de caráter associativo e cooperativo demonstra

que a cooperação, o mutualismo, a solidariedade e o associativismo não são meros ordenamentos éticos, mas possuem vantagens comparativas diante da economia do capital. Assim, essa modalidade de inclusão social frente ao mercado parece ser mais adequada à proposta de um novo estilo de desenvolvimento alternativo como o que propomos neste projeto de dissertação: do desenvolvimento territorial sustentável. A seção a seguir busca apresentar a relação dos empreendimentos sociais na consolidação de um novo empreendedorismo.

A economia solidária busca criar e recriar a economia, na prática e na teoria, de forma que ela seja centrada no trabalho, na cooperação e na solidariedade. Muitos são os conceitos utilizados para denominar esta construção: socioeconomia solidária, economia popular, economia do trabalho, humanoeconomia, etc.

O conceito de socioeconomia solidária coloca a palavra sócio antes da economia, como forma de explicitar que é para a sociedade que a economia deve servir. Nesse sentido, a análise etimológica da palavra economia – oikos (casa) + nomos (normas; regras) = cuidar da casa – é reforçada no conceito e na prática da socioeconomia, a qual evoca duas ideias: a primeira é que a sociedade se torne cidadã ativa, consciente e organizada em uma diversidade de formas cooperativas e associativas de produzir, comercializar, consumir, financiar, em torno dos valores da co-responsabilidade e da solidariedade, que desempenhe o papel de sujeito principal da economia local, regional, nacional e global; a outra ideia é a de que a economia seja convertida em apenas um meio de busca o bem-estar e a felicidade de cada cidadão e cidadã, e do conjunto da sociedade/humanidade.

Desse modo, a chamada economia solidária, encontra, no Brasil atual e no mundo, um amplo campo de apoio em diversos setores da esfera pública governamental e não-governamental, com espaços de diálogos entre governo, empreendimentos solidários e organizações de assessoria.

Silva (2018) reforça a perspectiva da economia solidária enquanto movimento e ressalta que a literatura sobre as práticas neste campo começou a ganhar mais notoriedade no final de década de 1990. Neste período, devido a crise econômica e social sofrida no Brasil teve como impacto a diminuição da oferta de trabalho assalariado, o que Silva (2018) conclui ter colaborado com a

trajetória de articulação, encontros e fóruns de discussão sobre economia solidária, de movimentos que anteriormente existiam, porém estavam dispersos territorialmente. O autor supracitado ressalta que estes encontros e espaços abertos para discussão, propiciaram progressivamente uma pauta mais unificada quanto às demandas do movimento, sem desconsiderar o diálogo com poder público, em suas diferentes esferas administrativas. Este período de diversidade de lutas sociais contra o impacto sociais realçados pelo processo de globalização e pelo entranhamento das aspirações neoliberais, obtiveram respostas coletivas significativas, uma delas foi a realização da I Fórum Social Mundial – FSM, que aconteceu em Porto Alegre em 2001 (SILVA, 2018).

Um dos frutos do I FSM é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, que até 2013 estava organizado em todo o país em mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A manifestação de interesses, na oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão” onde se discutiu auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda. e a necessidade de articular a participação nacional e internacional do I FSM propiciaram a constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro), composto de redes e organizações de diversas práticas associativas do segmento popular solidário: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais.

O GT Brasileiro buscou a unidade na diversidade, favorecendo a construção da identidade do campo da denominada “Economia Solidária”. Foi a partir deste grupo que se propôs a constituição de um fórum em dimensão nacional. Dessa forma, tanto a realização das plenárias quanto a elaboração dos Princípios da Economia Solidária foram decisivas para ampliar e caracterizar seu campo de ação. Faltava uma política pública nacional de Economia Solidária e um processo de enraizamento, constituído principalmente

através de empreendimentos de economia solidária e empresas de autogestão nas diversas regiões do país.

No final de 2002, decorrente do processo eleitoral que culminou com a eleição do Governo Lula, o GT Brasileiro elaborou a Carta ao Governo Lula intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”. Aquele documento de interlocução com o futuro governo apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que foi rebaixada a subsecretaria com a estruturação do Ministério do Trabalho em 2016 pelo governo Temer, o que para o movimento da Economia Solidária se caracteriza como um risco a continuidade das políticas públicas de economia solidária enquanto estratégia de desenvolvimento justo.

3.2.3 Economia solidária e a atuação feminina

A economia solidária busca responder às necessidades materiais e afetivas das pessoas baseando-se na autogestão, na democracia e na reciprocidade. Como movimento político e práticas concretas, a economia solidária se baseia no princípio de que o ser humano – não o lucro – deve ser o elemento mais importante da atividade econômica, contrapondo-se assim à economia capitalista. Orienta-se pela cooperação entre pessoas, grupos e redes, pela autogestão, pela democracia e pela solidariedade. A economia solidária é vista como uma forma de resistência à economia capitalista, pois mostra que há outras formas de organizar o trabalho, a distribuição e o consumo. Um grande número de experiências de economia solidária é animada por mulheres ou destinada a elas. O controle das mulheres sobre o processo de trabalho e gestão é o que diferencia os empreendimentos de economia solidária (EES) de formas precárias de trabalho e iniciativas que reforçam o lugar tradicional das mulheres na economia. As mulheres avaliam sua participação não apenas do ponto de vista da remuneração econômica: elas valorizam o aprendizado, a convivência, a possibilidade de tratar temas como a violência doméstica ou a saúde reprodutiva.

Em geral, as mulheres participantes de EES se sentem mais fortes, valorizadas, com maior autoestima por seu conhecimento e sua capacidade de

inovar a partir de pouco. A economia solidária propõe resignificar o trabalho pelo que ele nos proporciona de crescimento pessoal e não por sua medida mercantil (seu valor de troca) e ampliar o conceito de trabalho. Propõe-se a organizar a atividade econômica combinando critérios de empreendedorismo e solidariedade e a estabelecer redes e relações que influenciem na dinâmica econômica do entorno. Nesse sentido, contribui para reorganizar a economia com base na justiça e na igualdade.

As atividades de socialização do trabalho reprodutivo realizadas por grupos de mulheres tratam não somente de reconhecer seu significado econômico, mas sua contribuição à coesão social e ao crescimento individual e coletivo, não só do grupo como também da comunidade onde vivem. O trabalho reprodutivo organizado de forma coletiva proporciona aprendizagem, autonomia e sociabilidade.

Os grupos de mulheres da economia solidária se constituem em um espaço de intermediação entre Estado, mercado e família. Em primeira instância, buscam construir, no território onde estão, soluções e tentativas de novas relações entre mulheres e homens. Estabelecem uma justiça de proximidade onde o acesso a direitos se concretiza no cotidiano de suas comunidades pela expressão dos interesses e negociação entre os que ali convivem.

A participação das mulheres nos grupos produtivos reforça ou abre caminho para seu engajamento em movimentos e articulações. Os grupos produtivos reunidos no movimento de economia solidária organizam demandas ao Estado por subsídios, marcos regulatórios, compras públicas, entre outros. Expandem a noção de cidadania e acesso a direitos, que na sociedade atual ainda são na maioria das vezes vinculados ao emprego formal.

A Economia Solidária centrada em experiências coletivas de autogestão amplia a possibilidade das mulheres atuarem como sujeitos em relações de trabalho não hierárquicas; valoriza a reciprocidade e mobiliza recursos não monetários. Além de ser uma possibilidade de acesso a rendimentos, os grupos organizados podem resolver questões do âmbito da reprodução, como o preparo e distribuições de refeições, diminuindo tempo de trabalho e gastos, e ainda oferecendo às mulheres a opção de sair do confinamento de suas casas.

A origem da palavra economia remonta ao período aristotélico, quando o próprio Aristóteles definiu economia como oiko (casa, lugar) e nomia (regras, normas da casa, do lugar), ou seja, o cuidar da casa, do lugar onde se está (QUINTELA, 2006). A casa representa um espaço de produção onde as mulheres atuam de forma destacada, arcando com todas as tarefas e com tudo o que se relaciona à família e suas necessidades humanas (respondidas pelo seu trabalho invisível) que são de bens e serviços, mas também os afetos e as relações.

Dessa forma, se poderia prever como base para esta ciência considerar o trabalho desenvolvido pelas mulheres como sendo a base primeira para a construção de seus estudos nesta ciência. Só que, ao contrário do que analogicamente poderia ter sido elaborado nas ciências econômicas, ela, pelo menos, desde o início da Revolução Industrial, se pautou pela esfera da produção voltada para o mercado, para aquilo que se poderia comercializar de forma monetária.

O chamado trabalho doméstico, apesar de absolutamente necessário para a sustentação e cuidado da vida humana, se mantém invisível do ponto de vista das políticas que dirigem a economia atual.

Graças à invisibilidade do trabalho doméstico, deixou-se de incorporar análises sobre economias não-monetárias que pudessem fazer ao menos um contraponto analítico à economia “financeirizada” que vem dominando todas as esferas da economia atual. Esta tem o foco no ganho monetário fácil mediante aplicações em bolsas de valores, commodities, títulos da dívida pública externa e interna, etc., e não está centrada em atender às necessidades materiais das pessoas.

Para Safiotti (2013) a formação e desenvolvimento da sociedade capitalista em geral acarreta a marginalização da mulher em relação ao sistema dominante de bens e serviços. Para a autora supramencionada, com a passagem de uma sociedade pré-capitalista para o regime capitalista de produção implica um aproveitamento parcial da mão de obra feminina efetivamente empregada no sistema produtivo anterior. Neste momento cabe a elas uma responsabilidade maior perante às atividades domésticas. Safiotti (2013) destaca que o desempenho de funções domésticas, embora econômicas, inibem a determinação da mulher como pessoa economicamente

independente que deveria ser na sociedade individualista de padrão urbano-industrial capitalista. Além disso, o engajamento efetivo da força de trabalho feminina, quando determinada por pretensões de mobilidade social ascendente, vincula-se muito mais à concretização das possibilidades de ascensão dos membros masculinos da família do que da própria mulher (SAFIOTTI, 2013).

Em seus documentos o movimento da Marcha Mundial de Mulheres (2010) defende que em quase todo o mundo as mulheres são as principais responsáveis pelo chamado trabalho reprodutivo: de cuidado dos filhos, da casa, dos maridos, dos doentes e idosos. Em sua busca por autonomia econômica, as mulheres sempre têm que administrar o tempo e a disponibilidade para o trabalho de cuidado e para o trabalho remunerado. Por isso, muitas vezes, se vêem limitadas a empregos de jornada parcial ou trabalhos informais que lhes permitem exercer suas funções domésticas, como ir buscar as crianças na escola, levá-las ao médico, etc.

Para os movimentos sociais que fazem parte da Marcha Mundial de Mulheres, a exploração do trabalho das mulheres está na base da organização do sistema econômico capitalista neoliberal, tendo como ponto de partida as seguintes premissas:

- 1) As mulheres recebem sistematicamente menos que seus colegas homens pelo mesmo trabalho [...];
- 2) O trabalho é tipicamente precário;
- 3) A força de trabalho das mulheres sustenta as indústrias de montagem e a produção de legumes, frutas e flores em monoculturas para exportação. Também sustenta a indústria de serviços, que é atualmente o principal setor mundial de emprego de mulheres, em grande parte devido a migração das mulheres pobres para países ricos (sul ao norte; leste para oeste) em busca de emprego no setor doméstico ou de cuidados;
- 4) As mulheres imigrantes enviam uma parte importante de sua renda para suas casas para manter a família em seu país de origem – estas transferências de dinheiro têm uma influência significativa na economia destes países. Portanto, sua emigração é impulsionada apesar do fato de que, em grande medida, as opções para as mulheres se limitam ao trabalho nas indústrias de serviços e sexual;
- 5) A privatização dos serviços públicos e o corte nos gastos públicos em saúde, educação, serviços de cuidado das crianças, saneamento básico e água resultou em um aumento do trabalho doméstico e comunitário realizado pelas mulheres;

6) Pelo menos 12,3 milhões de pessoas em todo o mundo estão presas em trabalhos forçados, o que inclui as seguintes formas: endividamento, tráfico de pessoas (que depois do tráfico de drogas é a segunda maior máfia mundial, com U\$S 10 bilhões de lucros por ano) e outras formas de escravidão moderna. (MARCHA MUNDIAL DE MULHERES, 2010)

A partir dos documentos da Marcha Mundial das Mulheres, algumas reflexões são muito importantes no sentido da visibilização e valorização do trabalho realizado pelas mulheres: Qual a relação entre economia solidária e as mulheres? De que forma a economia solidária responde à desigualdade entre mulheres e homens? Será que ela contribui para contrariar a invisibilidade da economia clássica quanto ao papel das mulheres na economia de mercado?

Esses questionamentos lançam uma série de desafios para quem está trabalhando concretamente com economia solidária e pensando o papel das mulheres, especialmente o de questionar como é que estão garantidos os direitos das mulheres nesses grupos de produção. A preocupação é de que como são garantidos direitos, como a licença-maternidade, as férias, todas as conquistas trabalhistas que se alcançaram graças à luta dos trabalhadores e trabalhadoras? Como, até que ponto, se reproduzem práticas do sistema de capital? O que acontece quando uma mulher do grupo dá à luz: deve voltar uma semana depois para produzir ou não? Como outras mulheres podem criar formas para substituí-la durante a ausência dela? Pela legislação em vigor, as mulheres têm direito a quatro meses; como isto é garantido nos grupos de economia solidária? Como são as férias? Como se dá a possibilidade de ter uma remuneração extra, não necessariamente em dinheiro, no final do ano? Enfim, são aspectos fundamentais para se pensar também nos grupos de economia solidária; a discussão dos direitos trabalhistas é importante principalmente para as mulheres.

É preciso desvendar o trabalho que as mulheres desenvolvem no campo da economia solidária. Aliar o horizonte desejado de igualdade, a autonomia das mulheres, com o horizonte da economia solidária de superar o sistema econômico centrado no capital por outro sistema centrado no trabalho autogerido e na solidariedade, capaz de impregnar com práticas cooperativas, dialógicas e solidárias as relações entre as pessoas no processo de produção. Construir um sistema econômico diferente, que garanta que a sociedade tenha

o domínio sobre as riquezas, e não as riquezas sobre a sociedade, e que assegure também outra qualidade nas relações entre homens e mulheres, uma vez transformadas as relações interpessoais (SIMON; BOEIRA; 2015; MMM; 2010).

2.4 PERSPECTIVAS SOBRE AUTONOMIA

2.4.1 Perspectiva interdisciplinar

Observa-se que com a evolução da sociedade e das complexas relações que dela surgem, a necessidade de uma ciência que busque conhecimentos e conceitos de outras ciências para melhor estudar o seu campo de atuação. Daí surge a noção de interdisciplinaridade, que pode ser conceituada como “a transferência de métodos de uma disciplina para outra” (GARRAFA, AZAMBUJA, 2009, p. 85). De acordo com Nicolescu (1997), existem três graus de interdisciplinaridade: “grau de aplicação”, no qual se aplica um método próprio de uma disciplina a outra; “grau epistemológico”, no qual o método de uma disciplina influencia a epistemologia de outra disciplina; e “grau de geração de disciplinas”, no qual vários conhecimentos de disciplinas diversas se juntam para criar outra disciplina.

Para Sá (2007) a questão da interdisciplinaridade torna-se relevante, pois, se num primeiro momento histórico as ciências lutavam por independência no desejo de firmar sua autonomia, num segundo momento há necessidade de retorno, da ciência observar o todo, voltando-se umas às outras. Percebeu-se que na busca pelo conhecimento e aprimoramento científico, as ciências se inter-relacionam, não sendo, então, tão autônomas. Necessitam, assim, umas das outras para conseguir abarcar uma visão mais completa e aprimorada de seu objeto de estudo. De acordo com Morin (2004) a especialização se fecha em si mesma que não se permite integrar a outros conhecimentos que compõem a sua problemática, ou seja, “a hiperespecialização impede de ver o global (que ela fragmenta em parcelas), bem como essencial (que ela dilui) (MORIN, 2004: p.13) destaca esse processo com certo pessimismo ao afirmar que “os desenvolvimentos disciplinares das ciências não só trouxeram as

vantagens da divisão do trabalho, mas também os inconvenientes da superespecialização, do confinamento e do despedaçamento do saber” (p. 15).

Morin (2015) explica que definir a noção de autonomia do ser humano é algo complexo, pois, para isso existe a dependência das condições culturais e sociais. Para o autor supracitado “Para sermos nós mesmo precisamos aprender uma linguagem, uma cultura, um saber” (p. 66), porém destaca que para escolhermos dentre as ideias existentes e refletirmos de maneira autônoma é preciso que esta cultura seja bastante diversa.

Para Sá (2007) a autonomia é um direito inerente à espécie humana, o ser humano não nasce autônomo, pois, não pode governar-se por si mesmo quando nasce, ou desde o nascimento. Uma característica da espécie humana é justamente a (longa) dependência dos descendentes aos ascendentes. O autor destaca que ao nascer o ser humano “está totalmente vinculado às forças biológicas (fome, frio, sede, calor) e reflexos inatos (chorar quando tem fome, soluçar, mexer os membros superiores e inferiores involuntariamente, espirrar, bocejar)”, portanto, o ser humano torna-se autônomo. Sá (2007) ressalta que neste percurso de desenvolvimento e conseqüente conquista de sua autonomia, o indivíduo é influenciado por diversas variáveis, que irão justamente determinar o “grau” de autonomia que ele terá ou poderá alcançar.

Segundo Sá (2007: p. 9) “Autonomia é capacidade para deliberar, isto é, calcular os meios necessários para atingir um fim, e para escolher”. Ou seja, é autônomo aquele que é “capaz de agir livremente”; “capaz de deliberar sobre seus objetivos pessoais e de agir na direção desta deliberação”. Para Sá (2007) a autonomia pressupõe razão; pressupõe vontade; pressupõe um comportamento (positivo ou negativo) como resultado de uma escolha, diante de uma situação que se lhe é posta e pressupõe liberdade para escolher.

Ninguém está capacitado para desenvolver a liberdade pessoal e se sentir autônomo se está angustiado por situações externas que influem na sua tomada de decisão. São exemplos: a pobreza, a privação de educação básica ou a falta de acesso à ordem pública (Sá, 2007). Assim, o princípio do respeito às pessoas divide-se em dois pressupostos: o de reconhecer a autonomia e o de proteger aqueles que possuem autonomia reduzida.

Não se deve confundir autonomia como individualismo, pois o homem vive em sociedade e a autonomia nada mais é do que uma ética humana para

ajudar na harmonização dos interesses sociais e individuais. Neste contexto, a autonomia é o fundamento da dignidade humana de todo ser racional é por meio dela que o ser humano se dignifica, não devendo ser restringida a pretexto de substituir a livre vontade, nem mesmo por aquilo que se acredita ser o melhor ou mais apropriado (ALECRIN ET AL, 2014)

Souza (1997) traz para a discussão a autonomia no contexto do desenvolvimento e acredita que a “autonomia de um grupo para adotar uma concepção específica de desenvolvimento ou, mais amplamente, um modo de vida particular, exige a consideração desse grupo não isoladamente, mas no contexto de sua relação com outros grupos” (SOUZA, 1997 p.20). Souza (1997) explica ainda que nesta perspectiva é necessário olha para o desafio posto: por um lado, é preciso respeitar a alteridade do Outro e a dificuldade de mensurar a quantidade e diversidade de universos culturais distintos; por outro lado, manifestações de uma sociedade que lesam a autonomia de outra, como por exemplo a ocupação territorial às custas dos vizinhos devem ser intensamente rechaçadas.

2.4.2 Discussões sobre autonomia feminina

A autonomia das mulheres e a igualdade de gênero são reconhecidas como um dos grandes objetivos na Declaração do Milênio, adotada pelos 191 países membros das Nações Unidas para melhorar a vida de todos os habitantes do planeta (SPM, 2012). Na Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000) dos valores considerados como fundamentais para as relações internacionais do século XXI, está a Igualdade, que se refere ao direitos das pessoas se beneficiarem do desenvolvimento, e o documento complementa que a igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres deve ser garantida.

Ao lançar um olhar comparativo sobre a forma como viviam as mulheres no Brasil no início do século XX e atualmente, pode-se perceber evoluções com relação a garantida de direitos. Se antes, às mulheres não era permitido votar, eram impedidas de estudar – seja em alguns casos por proibições institucionais ou em outros pela escolha de seu pai – além de restrições profissionais, por algumas funções e posições não serem adequadas às mulheres. Graças a

muitas mulheres que não aceitaram os limites impostos socialmente pelo simples fato de terem nascido com o sexo feminino, atualmente a realidade é bem diferente.

O conceito de “gênero” foi formulado para explicitar que a diferença biológica entre os sexos não deveria restringir condições e possibilidades existentes para mulheres e homens. Para a SPM (2016) o conceito descreve que, em todo o mundo, predomina um sistema que delimita dois gêneros, feminino e masculino, e que impõe normas e regras bastante estreitas do que é ser mulher e ser homem. E ainda toma os homens e o gênero masculino como referência: eles são o UM, e as mulheres e o gênero feminino, o OUTRO. “Ser mulher” não é determinado pela natureza ou pela biologia, mas pelo modo como as sociedades em determinados momentos históricos lêem a natureza e lhes dão significados. As normas e regras do que é ser mulher e ser homem mudam ao longo da história e de uma cultura para outra. O que permanece invariável é a ideia de dois gêneros e de que o masculino é a referência, o que chama-se de androcentrismo. Mesmo que muitas mulheres e homens não se enquadrem nas normas, elas funcionam como uma referência para nossa socialização no mundo.

Segundo os documentos da SPM (2016) em nossa sociedade, tem muita força uma maneira de organizar o pensamento de forma dicotômica, ou seja, em pares opostos, que estabelecem separações tais como masculino e feminino, razão e emoção, cultura e natureza. Esses pares determinam também hierarquias, quer dizer, a ideia de que um lado vale mais ou que um é superior ao outro. Assim, masculino, razão e cultura são em geral considerados o motor do avanço, do progresso ou da ciência; feminino, emoção e natureza são considerados aconchegantes, porém, ao mesmo tempo, remetem à ideia negativa de paralisia, atraso ou mistério. Ao olhar para outros pares de opostos, como por exemplo agressivo e passivo, forte e frágil, sol e lua, é frequente associar um lado dessa dupla ao masculino e o outro ao feminino. Essas associações binárias e hierárquicas são uma das características da chamada cultura ou sociedade patriarcal. Ou simplesmente patriarcado.

No mundo as pessoas tendem a ser criadas mais pelas mães, avós ou outras pessoas mulheres. Por isso, embora as mulheres fisicamente tenham uma representação mais frágil, essa noção é equivocada se pensarmos na vida

concreta da maioria das mulheres. As representações e estereótipos se cristalizam em normas e regras de instituições patriarcais e racistas. A família patriarcal se organiza com base no modelo pai/marido e provedor e mãe/esposa e dona de casa e com o pressuposto de que a vontade do pai deve se impor sobre a da esposa e a dos filhos.

Até 1962, pelo Código Civil brasileiro, a mulher não podia exercer profissão, tomar crédito ou alienar bens sem o consentimento do marido. Em caso de discordância entre pai e mãe sobre qualquer questão relativa aos filhos, a decisão do pai predominava. Atualmente homem e mulher são legalmente considerados co-responsáveis pela família e outros arranjos familiares são reconhecidos, tais como mães que vivem sós com seus filhos, irmãs que convivem ou a união de pessoas do mesmo sexo e seu direito à adoção. Porém, o modelo do homem provedor persiste na sociedade, apesar das grandes mudanças que ocorreram nas últimas décadas do século XX como resultado da luta das mulheres e da entrada de um grande contingente delas no mercado de trabalho. Existem, ainda, decisões sobre o corpo e a maternidade em que a mulher precisa da “autorização” do marido.

Esses exemplos demonstram como a sociedade e o Estado se organizam com base na mesma estrutura patriarcal que separa as esferas pública e privada. Nesse modelo, a esfera privada é considerada o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade e do cuidado. Já a esfera pública é o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade e do direito. Uma consequência dessa separação é que as mulheres ocupam, ainda, poucos espaços de poder e decisão, tanto no setor privado quanto no público. Isso resulta do pouco tempo que dispõem para dedicar-se à participação política frente à carga de cuidados com a casa e as pessoas sob sua responsabilidade e em função de uma perspectiva diferente sobre o sentido da política e quais os caminhos para a transformação social (SPM, 2016; MMM, 2010).

Para Heffel (2016) a independência da mulher é fator de grande importância para sua libertação. A libertação é determinante para a iniciativa individual e para a eficácia social, que melhoram o potencial da pessoa para cuidar de si mesma e para influenciar o mundo, no momento em que participa, verdadeiramente, dos destinos e dos rumos da comunidade como agentes de desenvolvimento e não, pacientes.

2.4.3 Autonomia das mulheres na perspectiva da CEPAL

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, no relatório elaborado a partir da Conferencia das Conferencias Regionais definiu dimensões críticas para a autonomia das mulheres e exercícios e garantia de seus direitos. Esses temas abordam assuntos setoriais e intersetoriais como: educação, mercado de trabalho, cuidado e trabalho não remunerado, saúde física e mental, saúde sexual e reprodutiva, violência, ciências e novas tecnologias, pobreza e proteção social, meios de comunicação e padrões culturais, desastres naturais e migração, conflitos armados, meio ambiente e recursos naturais, crédito e recursos produtivos. A CEPAL (2016) para a agenda regional de gênero agrupou estes temas em diferentes tipos de direitos que são necessários garantir, a saber: direitos a uma vida livre de violência e discriminação, direitos sexuais e reprodutivos, direitos econômicos, sociais e culturais, direitos civis e políticos e direitos coletivos e ambientais, conforme expressa a figura abaixo:

FIGURA 3: ACORDOS DA AGENDA REGIONAL DE GÊNERO SEGUNDO DIMENSÕES CRÍTICAS DOS TEMAS EM DIREITOS



Fonte: CEPAL (2016, p. 24)

Segundo a CEPAL (2016) esses direitos combinados com as liberdades recobrem a autonomia das mulheres em suas três expressões: física, econômica e de tomada de decisão. Além disso, suas inter-relações dão conta da integralidade dos processos de transformação necessários para alcançar a igualdade e desenvolvimento sustentável.

Dentre as três expressões definidas pela CEPAL (2016), tem-se: (i) a autonomia econômica se explica como a capacidade das mulheres de gerar rendimentos e recursos próprios a partir do acesso ao trabalho remunerado em igualdade de condições com os homens. Considera o uso do tempo e a contribuição das mulheres à economia; (ii) a autonomia da tomada de decisões que se refere à presença das mulheres nos distintos níveis dos poderes do Estado e às medidas orientadas a promover sua participação plena e em igualdade de condições nestes espaços; e (iii) a autonomia física que prevê o direito a uma vida livre de violência e discriminação, direitos sexuais e reprodutivos.

A CEPAL (2016) reforça que a multiplicidade de acordos realizados nas conferencias e que contribuem para a agenda regional tem por intenção fortalecer o papel do Estado na promoção da autonomia das mulheres, prestando atenção especial nos meios de implementação, como agentes catalizadores e medidas transversais.

Corroborando com o conceito de autonomia da Cepal, em sua carta em ocasião da Terceira Ação Internacional em 2010, a Marcha Mundial das Mulheres define que a Autonomia econômica das mulheres se refere à “capacidade das mulheres de serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e decidir qual é a melhor forma de fazê-lo”. Nesse sentido, autonomia econômica é mais que autonomia financeira, já que também inclui o acesso à previdência e serviços públicos.

Segundo a MMM (2010) autonomia econômica é essencial para que as mulheres possam prover seu próprio sustento e decidir por suas próprias vidas. Ela não envolve, portanto, apenas independência financeira e geração de renda, mas pressupõe também autonomia para realizar escolhas. Além de garantir a própria renda, é preciso que as mulheres tenham liberdade e

condições favoráveis para escolher sua profissão, planejar seu futuro, ter tempo para o lazer e para se qualificar.

A autonomia, entendida como "a capacidade das pessoas para tomar decisões livres e informadas sobre suas vidas, de forma a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos no contexto histórico que se faz possíveis "(CEPAL, 2011a, 2016), é um fator fundamental para garantir o exercício dos direitos humanos em um marco de plena igualdade e, em consequência, uma condição para a superação das injustiças de gênero. A autonomia se converte em um elemento central para alcançar a igualdade - direito humano fundamental - e em uma pré-condição para que as mulheres atuem como sujeitos plenos do desenvolvimento (CEPAL, 2016).

Na agenda regional de gênero a CEPAL (2016) destaca temas como: educação, mercado de trabalho, saúde física e mental, saúde sexual e reprodutiva, violência, ciência e novas tecnologias, pobreza e proteção social, meio ambiente e recursos naturais, crédito e recursos produtivos, foram agrupados em uma abordagem de direitos a uma vida livre. Estes direitos combinados com suas liberdades, expressam, por sua vez, a autonomia das mulheres em suas três expressões: física, econômica e na tomada de decisão.

A Marcha Mundial de Mulheres (2010), defende que todas as mulheres tenham autonomia econômica, pois devemos construir uma sociedade na qual o trabalho - em todas suas formas - seja reconhecido e valorizado. Segundo o movimento MMM (2010), as riquezas produzidas por meio do trabalho humano se concentram nas mãos dos possuidores do capital (donos de bancos, empresários, etc) por meio de lucros. O que o movimento reivindica a inversão dessa lógica e que tais riquezas sejam utilizadas para a remuneração do trabalho.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que teve suas atividades descontinuadas a partir de 2016, desenvolvia uma série de ações para a promoção da autonomia econômica das mulheres em consonância com as resoluções da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Segundo informações da secretaria supracitada estavam entre as ações desenvolvidas: apoio projetos de autonomia econômica das mulheres no âmbito estadual e local, com vistas a ampliar a inserção das mulheres no mercado de trabalho, à geração de renda e ao empreendedorismo, estímulo

a participação das mulheres em áreas profissionais tradicionalmente masculinas e assegurar a transversalidade de gênero, raça e etnia em políticas. Entre as ações dessa secretaria viu-se a elaboração de um “Caderno de Formação sobre Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres”, que teve como objetivo contribuir com a implementação de políticas desta temática por estados e municípios. Partiu-se do pressuposto de que a disseminação de políticas públicas voltadas à inserção das mulheres no mundo do trabalho deve vir acompanhada de conhecimentos que a fundamentem.

Capítulo III – EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E SEUS DESDOBRAMENTOS

3. 1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DO EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

A sessão de análise dos dados será dividida em três partes principais para responder às questões descritiva, explicativa e prospectiva previstas nesta dissertação. Esse capítulo fundamentará a análise da questão descritiva que é “Quais os fatores condicionantes do surgimento do empreendimento social do Tanguá e suas principais características?”

A descrição do fenômeno será realizada a partir do contexto histórico do bairro do Tanguá e do município de Almirante Tamandaré e dos fatores condicionantes do surgimento do empreendimento de economia solidária, bem como o seu modo de funcionamento.

3.1.1 Aspectos históricos

Existem poucas fontes históricas documentadas sobre Almirante Tamandaré, para Kotoviski Filho (2013) isso é consequência do extravio "proposital" e da "guarda" ilegal de documentos oficiais que relatavam os primeiros passos do município (que com a morte de seus "vaidosos guardiões" em lixo se transformaram). Até o ano de 2013, ano de lançamento do livro de Kotovisk Filho, não existia um arquivo público municipal com documentos históricos do município.

O território tamandareense possui atualmente 191,11 km² estando estabelecido sobre o Primeiro Planalto Paranaense, limitado ao Sul pelo território de Curitiba, capital do Estado do Paraná; a Leste pelo território do município de Colombo; ao Norte pela cidade de Rio Branco do Sul; a Noroeste pelo município de Itaperuçu; e, por fim, a Oeste pela cidade de Campo Magro.

Devido a essa localização, o município sofreu e sofre efeitos da proximidade com a Capital. Estes efeitos não acontecem de forma exclusiva em Almirante Tamandaré, é fruto do processo de urbanização das grandes cidades e capitais, que se torna mais evidente na década de 1970. Em decorrência dessa nova configuração espacial do território nacional ocorreu o

advento da Lei Complementar nº 14, de 08 de julho de 1973, sancionada pelo Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, que expressava o estabelecimento das Regiões Metropolitanas das grandes cidades brasileiras. No que tange esta lei, o parágrafo 6º cita que o município de Almirante Tamandaré faz parte integrante da Região Metropolitana de Curitiba (KOTOVISKI FILHO, 2013).

Em 1860 foi criada a Colônia Açungui (município de Cerro Azul), que recebeu imigrantes europeus, esse movimento aconteceu a partir da ideia da Princesa Isabel de instalar uma colônia agrícola nesta região. A criação desta colônia, mesmo distante de Curitiba, foi a principal precursora do povoamento e desenvolvimento territorial da Região Metropolitana Norte, e influenciou diretamente a elevação da região do Pacotuba a Freguesia (distrito). Para chegar até ao Açungui era necessária uma estrada, e foi justamente um ramal da Estrada do Assunguy que cruzava o futuro território tamandareense que possibilitou o povoamento das terras ociosas existentes nas regiões marginais por onde ela passava. Segundo Kotoviski Filho (2013) isto se deu por dois motivos: O primeiro diz respeito à política de branqueamento e de atração de mão de obra europeia. O segundo determinava que a abertura das colônias estaria condicionada às regiões por onde passassem estradas de tráfego intenso de carroções e que se ligassem à capital ou cidade com infraestrutura comercial e administrativa. Neste contexto, o território curitibano em região tamandareense começou a receber muitos imigrantes que se instalavam em colônias estatais.

Oficialmente Tamandaré foi instalado em 25 de janeiro de 1890 como é possível observar na Ata de Fundação do Município que foi preservada graças a sua publicação em duas partes nas edições do jornal curitibano "A República, datado de 07 de fevereiro de 1890, nº 32 e 08 de fevereiro de 1890, nº 33", que prestava serviço como "diário oficial do Estado".

FIGURA 4: VILA TAMANDARÉ, DÉCADA DE 1920. FOTO PUBLICADA NO LIVRO ÁLBUM DO PARANÁ, DE JOSÉ PEDRO TRINDADE, 1927, P. 25.



Fonte: Kotoviski Filho (2013)

Apesar da representatividade política que o município notoriamente possuía, vários fatos conspiraram na década de 1920 contra a Vila Tamandaré, pois segundo Sebastião Paraná, quando se referiu à cidade de Tamandaré na página 306 de sua obra, "Os Estados da República" em 1925, expressou "que era um lugar pouco importante". A cidade de Tamandaré possuía uma arrecadação de tributos estaduais baixa, o que era um reflexo de uma economia pouco diversificada, a qual ficava notória no contexto das perspectivas de arrecadação tributária municipal a dependência quase que exclusiva da erva-mate, exploração da cal, exploração e transporte de madeira e do comércio. A fabricação de vinho, transporte e criação de gado, produtos agrícolas, moinhos e engenhos e taxas para bailes públicos e corridas de cavalos complementavam a arrecadação que praticamente se exauria na manutenção de estradas e despesas burocráticas.

Segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes apresentou tendência de crescimento de 2002 a 2015, passando de R\$ 364.720.482 para R\$ 1.253.516.543. Já o Produto Interno Bruto per capita - que mostra o PIB dividido pelo número de habitantes - aumentou, entre 2010 e 2015, de R\$ 6.846 para R\$ 11.105.

A maior parte do Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos gerada pelo município, em 2015, é proveniente do setor de Serviços, que representa 42% do total. Enquanto que a menor parte do Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos está no setor de Agropecuária, com 2%.

Segundo o IBGE, em 2015, os municípios com as maiores participações no PIB do estado do Paraná eram: Curitiba (22,25%), São José dos Pinhais (6,04%), Londrina (4,71%), Maringá (4,10%) e Araucária (3,70%), Almirante Tamandaré, em 2015, ocupava o 41º lugar no PIB do estado, representando 0,33% do PIB do estadual.

Em 2016, das 12.135 pessoas empregadas no mercado formal, 34,66% trabalham no setor da Indústria, 4,20% na Construção Civil, 24,22% no setor de Comércio, 36,53% em Serviços e 0,39% na Agropecuária (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – RAIS)

Analisando a movimentação de empregados admitidos e desligados no mercado formal de trabalho, observou-se que, em 2004, o número de admissão (2.807 admitidos) era superior ao de desligamentos (2.287 desligados). Em 2016, o número de admissão (4.232 admitidos) era inferior ao de desligamentos (4.591 desligados).

Em 2007, o município contava com o total de 2.316 empresas ativas; destas, 92,27% eram micro e pequenas empresas (MPE). Em 2017, do total de 7.695 empresas ativas 95,40% eram micro e pequenas empresas.

A partir dos dados apresentados sobre a situação socioeconômica atual do município, pode-se perceber que predomina a existência de micros e pequenas empresas na área de prestação de serviços, que não gera a quantidade de empregos que a população demanda, sendo essa demanda expandida para o município de Curitiba, onde grande parte dos moradores do bairro Tanguá trabalha. Segundo um dos representantes da prefeitura entrevistados, o município de Almirante Tamandaré segue empobrecido devido a caracterizar-se como cidade dormitório, tendo seus moradores trabalhando e escolhendo opções de lazer, consumo e demais demandas pessoais em Curitiba, ou seja, a riqueza produzida pelos moradores não fica em Almirante Tamandaré, sendo, a partir do ponto de vista do representante, urgentes políticas que favoreçam o trabalho, renda e consumo na própria cidade.

3.1.2 Aspectos demográficos

O território¹¹, objeto desta pesquisa, é composto pelo município de Almirante Tamandaré, parte da região metropolitana de Curitiba no Paraná (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2016).

FIGURA 5: MAPA DO ESTADO DO PARANÁ COM DESTAQUE NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ



Fonte: IPARDES

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Almirante Tamandaré é 0,699, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699), considerado um índice mediano ou baixo (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2016). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,840, seguida de Renda, com índice de 0,706, e de Educação, com índice de 0,575. A renda per capita média do município cresceu 118,28% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 295,96, em 1991, para R\$ 401,17, em 2000, e para R\$ 646,02, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,19%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,44%, entre 1991 e 2000, e 4,88%, entre 2000 e 2010 (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2016).

¹¹ O conceito de território é dado por Pecqueur (2005) onde diferencia “território dado” e “território construído”, onde território dado é a porção de espaço que é objeto da observação. Neste caso, postula-se o território como pré-existente e analisa-se o que aí acontece. Trata-se, geralmente, do território institucional: a região, o distrito, a província, etc. Território construído é o resultado de um processo de construção pelos atores. Isto significa dizer que o território construído não existe em todo lugar; podemos encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios.

FIGURA 6: LIMITES DO TERRITÓRIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ



Fonte: IPARDES

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 23,83%, em 1991, para 19,00%, em 2000, e para 4,89%, em 2010.

Mesmo tendo a renda per capita aumentada entre 1991 e 2010, o índice de Gini, que mede a desigualdade social de um país, estado ou município, em Almirante Tamandaré foi de 0,440 em 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2016), que reflete a concentração de renda na região. Como demonstra os relatórios do Censo do IBGE (1991, 2000, 2010) a participação dos 20% mais pobres da população na renda, isto é, o percentual da riqueza produzida no município, com que ficam os 20% mais pobres, passou de 5,75%, em 1991, para 5,74%, em 2010. Em 2010, analisando o oposto, a participação dos 20% mais ricos era de 2010%, ou 350,17 vezes superior à dos 20% mais pobres.

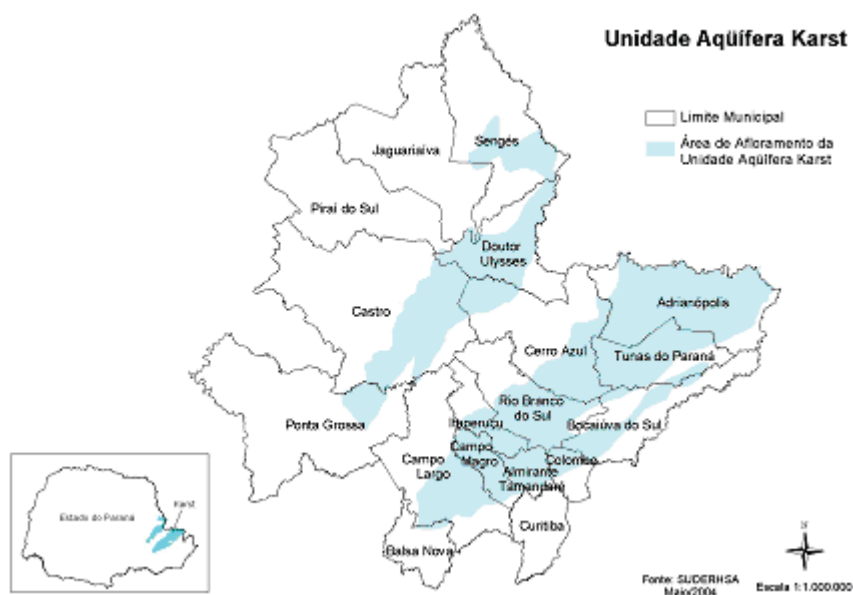
3.1.3 Aspectos ambientais

Outro aspecto importante a se considerar acerca do território pesquisado é a existência de restrições ambientais em função do Aquífero Karst¹², que está na área de abrangência do município. Tal fato impossibilita que algumas indústrias se instalem na região. Os moradores relatam que esse aspecto ambiental é um problema para o município, pelo fato de inibir a instalação de indústrias. Esse argumento foi construído pelos políticos da região, destacando que o município não se desenvolve por conta de tal restrição ambiental (PUCPR, 2014).

O crescimento urbano, a mineração e a exploração de água são atividades que devem ser devidamente planejadas e controladas, e constituem os principais desafios no contexto urbano cárstico. Tais atividades, somadas às ocupações inadequadas do restante do território, se apresentam como um desafio à sustentabilidade urbana do município de Almirante Tamandaré (ARAUJO, 2006). A ocupação urbana em áreas cársticas normalmente ocorre sobre as áreas de influência direta, devido às suas características de topografia favorável, como as planícies cársticas. Estas áreas encobrem a complexidade da dinâmica do carste, suas estruturas subterrâneas (cavidades, cavernas) e zonas de extrema sensibilidade, e que não devem ser ocupadas pelos riscos de afundamento dos terrenos. Em Almirante Tamandaré contabilizou-se o total de áreas que integram a região cárstica que é de 147,78 km², o que corresponde a 77,44 % da área total do município (ARAUJO, 2006).

FIGURA 7: ÁREA DO AQUIFERO KARST

¹² Geologicamente, o Aquífero Karst origina-se das duas formações geológicas que faz parte denominadas Capirú e Itaiacoca, que são constituídas por rochas frágeis (os calcários) e por outras mais resistentes (os filitos e quartzitos).



Fonte: Site Águas Paraná

No período exploratório percebeu-se que muitas histórias estão no imaginário dos moradores acerca do aquífero carste. Kotovski Filho (2011) destaca que dentre essas histórias existe muita superstição, as quais nasceram de ocorrências verídicas. O autor supracitado chama atenção para que independentemente do grau de distorção que estes fatos sofreram, os fenômenos cárstico são reais e merecem atenção técnico-científica para possibilitar uma organização espacial da cidade no sentido de evitar prejuízos materiais e perdas de vidas.

No começo da década de 1930 foi relatado um acidente cárstico por Hermenegildo de Lara em um texto denominado "Histórico: Fenômeno em Almirante Tamandaré", publicado na "Folha de Tamandaré, agosto de 1988, nº 66" com o seguinte teor:

"Este fato estranho e surpreendente ocorreu mais ou menos em 1934, em dia e mês que no momento não podemos precisar, em um terreno de propriedade do Cel. João Candido de Oliveira, localizado no fundo de sua residência, na sede de Almirante Tamandaré. Eram mais ou menos quinze horas de um dia ensolarado de céu azul, quando inopinadamente o solo naquele local cedeu e começou a formar uma cratera, que chegou a atingir 6 a 8 metros de diâmetro e uma profundidade incalculável. Ao mesmo tempo desta abertura, começou a aparecer um jorro de água muito forte, que subiu a uma altura de 30 metros aproximadamente. Este fluxo se manteve por umas sessenta horas, até diminuir e cessar completamente. Esse fenômeno surpreendente atraiu para o local não só habitantes de Tamandaré, mas inúmeras pessoas vindas de localidades e

municípios vizinhos, especialmente da cidade de Curitiba, sendo a ocorrência muito bem divulgada pelos jornais da época, "Gazeta do Povo", "O Dia" e outros jornais que reportaram o acontecimento, que também foi divulgado nacionalmente pela "Noite Ilustrada", do Rio de Janeiro, jornal bastante popular na época - que fez ampla reportagem sobre "O Fenômeno" ocorrido em Tamandaré". (KOTOVISKI FILHO, 2011, p. 37).

Durante a pesquisa exploratória, diversos moradores relataram outros acidentes decorrentes da existência do aquífero carste. Dentre os relatos muitos fatos descritos eram parecidos com o que foi destacado por Kotoviski Filho (2011), como a fala: " aqui se abre um buraco e a água vai embora".

Araújo (2006; p. 1) explica, também, que "Almirante Tamandaré sofreu um intenso e mal planejado processo de parcelamento do seu território a partir de meados da década de 1950". O território foi marcado pela presença de inúmeras ocupações em áreas com alta declividade e fundos de vale. As ocupações em tais áreas causaram impactos negativos no aquífero subterrâneo karst, em função dele ter alta fragilidade ambiental "seja pelas questões geotécnicas diante dos processos de urbanização, seja pela condição de vulnerabilidade à poluição" (ARAÚJO, 2006, p. 1).

Um exemplo desta condição é possível ser observado no contexto da Lei Orgânica Municipal nº 37, de 18 de setembro de 1979 que criava o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, o qual em seu Artigo 3º citava: "é expressamente proibido o lançamento, de resíduo em qualquer estado da matéria ou forma de energia, proveniente de atividades humanas, em corpos de água na atmosfera ou no solo em que venham implicar em qualquer forma de poluição ou contaminação do meio ambiente, de acordo com o artigo 2º".

Como foi possível verificar a legislação municipal, da época, não contemplava os instrumentos necessários para uma efetiva gestão do espaço que se agravaram em decorrência do crescimento urbano, mineração e a exploração de água. Ou seja, atividades que devem ser cuidadosamente planejadas e controladas, que constituem os principais desafios no contexto urbano cárstico. Estas atividades, somadas às ocupações inadequadas e até irregulares do restante do território, se apresentam como um desafio à sustentabilidade urbana do município de Almirante Tamandaré. As consequências dessa ocupação desordenada são constatadas pelas

contradições entre as atividades humanas, o pouco ou nenhum cuidado com território e a capacidade do meio físico em dar suporte e, ao mesmo tempo, impor limitações a essas atividades.

Foi no começo da década de noventa até o início do novo século, que o centro de Almirante Tamandaré começou a sofrer um pequeno afundamento, mas com graves consequências, justamente causado por uma maior demanda de extração de água pela SANEPAR¹³. Este período foi marcado pela interdição, em 2003, do prédio recém-construído do Colégio Estadual Ambrósio Bini. Se estabelecem em prédios provisórios para atender seus alunos, aguardando a morosidade burocrática e uma decisão política de competência estadual para resolver o problema.

Porém, este fato não foi o único, pois anteriormente, em 1992, várias residências de mais de 10 anos no centro de Almirante Tamandaré sofreram efeitos em sua estrutura e a figura 6 a seguir ilustra tal situação:

FIGURA 8: AFUNDAMENTO PROGRESSIVO OCORRIDO EM DEZEMBRO NA RUA DOMINGOS SCUCATO EM FRENTE À ESCOLA JACI REAL PRADO DE OLIVEIRA. MARCO INICIAL DA TRAJETÓRIA DAS INTERDIÇÕES OCORRIDAS EM 30 DE MARÇO DE 2011



Fonte: Paraná Online, dezembro 2010 (FILHO, 2011)

Tal situação foi descrita em um documentário no programa televisivo Globo Repórter (18 de fevereiro de 2005), que abordou este problema. Por efeito, esta reportagem, com impacto em nível nacional, teve como

¹³ SANEPAR: Companhia de Saneamento do Paraná, é uma empresa brasileira que detém a concessão dos serviços públicos de saneamento básico em cidades do Estado do Paraná.

consequência as indenizações a serem pagas pela SANEPAR aos moradores prejudicados pela extração da água.

Durante a pesquisa de campo questionou-se se aos entrevistados e participantes diretos ou indiretos da feira do Tanguá conheciam a história da cidade. A representante Gama, que mora no bairro há 23 anos, conta como era o bairro na ocasião da sua mudança:

“Que eu sei que chegou primeiro, os moradores mais antigos dessa região que eu moro, é a Dona Maria, mãe da Zilda, o vizinho da esquina, o Sr Nico, O Sr. Ozorio. Assim que a gente sabe, que foram os que chegaram primeiro. Não tinha linha ônibus, tinha que ir até a Cruz do Pilarzinho (cerca de 5 Km de distância do bairro) pra pegar ônibus. Era tipo uma estradinha de chão. Quando eu vim, a minha rua não era asfaltada, era terra.” (representante Gama)

Era bem pouco também, era mais, era mato. Depois de muito tempo que foi desenvolvendo os bairros né, foram fazendo loteamento e foi abrindo mais, mas era tudo muito... Não tinha ônibus. O ônibus quando passou a ter o Tanguá eu já era adulta já. O primeiro ônibus que teve era o "Nossa Sra. da luz" que vinha até a Cruz do Pilarzinho e de lá para cá a gente vinha a pé. (representante Beta)

Nas falas das entrevistadas fica evidente que o bairro carecia de infraestrutura urbana, particularmente de ônibus para locomoção dos moradores. As falas são expressivas com relação as distâncias entre uma moradia e outra e a dificuldade de locomoção.

A representante Beta moradora do bairro há mais de 50 anos também comenta da questão do asfalto e do ônibus. A disponibilidade da linha do ônibus continua sendo uma questão problemática para os moradores do bairro. Devido ao reduzido número de viagens até o centro de Almirante Tamandaré, apenas duas vezes ao dia, os moradores preferem ir à Curitiba, para onde o bairro dispõem de mais opções de linhas de ônibus, conforme fala das entrevistadas:

O de Tamandaré é uma viagem, o ônibus que faz aqui Tanguá - Tamandaré ele tem de manhã, acho que três horários e aí a tarde. Quer dizer, durante o dia não existe. Se você precisa ir para o centro de Tamandaré, lá para prefeitura, para alguma coisa, tem que ir até o Centro (Curitiba) para ir por lá, porque por aqui só de manhã cedinho e à tardinha. (Representante Gama)

Tem, mas só que para nós a facilidade ir para o centro de Curitiba. É que pra Tamandaré, o horário de ônibus só de manhã, 2 horários, de manhã, depois só a tarde. Curitiba não, Curitiba você vai com uma hora você já tá voltando. Tamandaré vamos supor, se pega o ônibus 8h30 da manhã para ir pra lá ou você espera até as 5h da tarde, ou

you vai pro centro de Curitiba e pega outro ônibus pra cá. Então já que é por isso, a gente resolve já tudo... vai direto pra Curitiba. (Representante Delta)

As entrevistadas relatam que já foi solicitado à prefeitura que disponibilizassem mais horários de ônibus durante o dia para o trajeto bairro até o centro de Almirante Tamandaré. Porém, a resposta da prefeitura, segundo elas é que não tem passageiros para este trajeto durante o dia, na fala das entrevistadas fica o lamento *“então sofremos nós né”* (RESPRESENTANTE GAMA).

Tais constatações certificam que a trajetória do Tanguá demonstra algumas dificuldades para os habitantes que persistem até os dias atuais, demonstrando que as questões de infraestrutura urbana e de transporte ainda não foram resolvidas no bairro. A questão ambiental, vista pelos moradores como uma forma de atraso ao desenvolvimento do bairro, não tem por parte do poder público uma política específica de preservação e exploração, visto que já foram relatados, tanto pelos moradores quanto pela mídia, acidentes em decorrência de obras inadequadas.

Assim, conclui-se que se esses problemas persistem desde meados de 2017, há necessidade de eles sejam incorporados nas agendas políticas locais e regionais.

3.2 TRAJETÓRIA DO EMPREENDIMENTO SOCIAL DO TANGUA

O empreendimento social, objeto desta pesquisa, é uma feira, composta atualmente por 10 barracas, tendo sido iniciada com 22 feirantes em 2014. No que se refere à origem da feira, percebe-se que ela emerge por iniciativa de um morador do bairro, motivado pelo curso de extensão de Empreendedorismo Social da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Este morador que se caracteriza como uma liderança do bairro evidenciou e percebeu a necessidade de considerar fatores ou problemas específicos do local nas dinâmicas socioeconômicas (BENKO E PECQUER, 2001). O curso de extensão de Empreendedorismo Social: desenvolvendo lideranças transformadoras, uma iniciativa do Núcleo de Projetos Comunitários da PUCPR e em seu time de anfitriões – profissionais que ministravam os conteúdos e facilitavam o processo de aprendizagem – que era composto por professores

da PUCPR e educadores de uma ONG do território, que tiveram o papel de interlocutores no início da intervenção, o curso teve quatro edições, de 2013 a 2016, sendo a edição de 2015 realizada no bairro Tanguá. O curso era ofertado a estudantes e egressos da PUCPR e a moradores do território onde a intervenção iria acontecer e que tinham interesse em formar-se enquanto agentes comunitários de transformação. Teve como objetivo possibilitar acesso à arcabouço teórico sobre temas relacionados ao empreendedorismo social, à inovação social e ao desenvolvimento local sustentável. Arcabouço esse aliado a práticas dialógicas de intervenção social, junto a moradores de comunidades em situação de vulnerabilidade social e econômica. Tal relação, teoria-prática, efetivava-se no projeto em questão por meio de ações educativas regadas a aprendizagens vivenciais, desenhadas de tal forma que potencializam encontros significativos entre os conhecimentos da academia e os saberes presentes nos territórios/comunidades envolvidas. E ainda, pela mobilização do protagonismo dos membros das comunidades envolvidas, fator fundamental para garantir a continuidade das ações empreendidas a partir do projeto. O projeto foi motivado, por duas questões principais: (i) a procura por acadêmicos sensibilizados pelas disciplinas do eixo humanístico que buscavam por projetos onde pudessem realizar projetos sociais de forma organizada, direcionada e com maior profundidade na atuação, e (ii) O cunho confessional da PUCPR e os demais elementos que compõem sua identidade a impellem a desenvolver uma série de projetos e ações voltadas à Educação para a cidadania e a solidariedade e entende que a educação oferecida a seus estudantes deve, por meio de formação ético-humanista, possibilitar a aplicação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, levando a instituição a ter forte interação comunitária nas regiões onde está situada geograficamente.

Os estudantes do curso de extensão de empreendedorismo social tinham como entregas ao final do curso, a realização da intervenção na região que se caracterizava como um projeto coletivo de transformação social e também a elaboração de um projeto individual, para o qual receberam orientação dos integrantes do time de anfitriões.

Um dos representantes entrevistados, morador do bairro Tanguá e egresso do curso de extensão de Empreendedorismo Social da PUCPR, destaca que a partir do curso da PUCPR ele resolveu unir os artesãos do bairro

para realizar uma feira de economia solidária, com intuito de mobilizar os moradores do bairro para resolver problemas que eram comuns no local, como por exemplo a baixa empregabilidade, dificuldade de deslocamento, baixo nível de renda da população, dentre outros. Conforme retratado pela fala a seguir:

“A ideia surgiu durante uma aula do curso de Empreendedorismo Social, onde o assunto era economia solidária e como a comunidade pode fazer para implantar, foi falado sobre tipos de economia solidária e de reuniões de moradores e algo que as pessoas poderiam fazer para complementar a renda, aí eu pensei na ideia de fazer uma feira aqui no Tanguá, mobilizar o pessoal que precisa, a comunidade carente, pra eles poderem se unir e venderem artesanato, nada muito complexo, mas algo que eles já sabiam fazer” (Representante Alfa).

Assim, conforme Zaoual (2013) essa iniciativa denomina-se uma “caixa de ferramentas”, que contém seu saber fazer, suas ferramentas, seus modos de exploração do meio ambiente, etc. Tudo indica que o saber fazer de uma população está intimamente ligado a seu saber ser, um modo de considerar a identidade comum como motor simbólico da eficácia de uma organização social.

Assim, a liderança comunitária acima destacada, para operacionalizar a ideia, divulgou nas redes sociais e pontos de circulação de pessoas no bairro (mercado, pontos de ônibus, etc.) a realização de uma reunião para que fosse idealizada a feira com os artesãos do bairro. Agendou a reunião em uma organização de ensino do bairro, conforme corroborado pelas falas a seguir:

“Aí no dia foram em torno de 30 pessoas interessadas, passei toda a ideia delas e no começo, a gente começou a feira com 25 barracas. Aí dessas 25 já estamos 2 anos com elas, só que não é sempre que estão todas aqui” (Representante Alfa).

“Podia ter um lugar para gente vender/mostra isso, aí quando veio essa ideia, já era metade do caminho de um sonho para todo mundo expor” (Representante Beta).

A iniciativa do morador local chamou a atenção predominantemente das mulheres da região, devido, principalmente, ao fato da necessidade de muitas delas colaborarem com a renda familiar. Segundo relatório da RAIS, em 2016 a participação da mulher de Almirante Tamandaré no mercado de trabalho formal era de 39,25%, porém grande parte das trabalhadoras de Almirante Tamandaré entrevistadas executam seu trabalho no campo da informalidade, além de serem responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado em geral,

administração da casa, cuidados dos filhos e doentes da família (MMM, 2010; CEPAL, 2016). Das mulheres que fazem parte do empreendimento social pesquisado nesta dissertação, no início da feira apenas uma feirante não tinha um emprego, com ou sem carteira assinada, após um ano de empreendimento, já eram quatro feirantes sem empregos formais, sendo que duas delas desligaram-se da empresa onde trabalhavam para cuidar de parentes doentes.

Com esta realidade onde se é responsável pela dinâmica familiar, o empreendimento solidário em questão colabora no sentido da possibilidade de trabalhar em casa e sem horários pré-determinados, sendo possível cumprir com as demandas familiares pelas quais elas são responsáveis.

Dessa forma, as mulheres interessadas na feira passaram a divulgar, entre vizinhos, para que todos comparecessem à reunião. No que se refere à motivação de ter participado da feira, a representante Gama, que está na feira desde o princípio, comenta que para ela a motivação era a possibilidade de vender seus produtos, conforme sua fala: “para mim sempre a maior parte foi a venda né” (Representante Gama). Tal fala demonstra a fragilidade de empregabilidade e de geração de renda no Tanguá, aspecto destacado na seção anterior.

O Portal ODS, advindo do Portal ODM, é responsável pelo monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, com metas estabelecidas a partir da adoção da Agenda 2030. Dentre os 17 ODS definidos pela ONU, o ODS 5 trata-se da igualdade de gênero. Conforme o monitoramento a participação de mulheres no mercado formal em 2016 era de 39,25% (Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS). Quanto ao rendimento feminino em relação ao masculino, independente da escolaridade, passou de 83,06%, em 2006, para 75,26% em 2016. Ou seja, a mulher ganhava 83,06%, em 2016, do que o homem ganhava para exercer a mesma função. Considerando os níveis de educação formal, ainda em 2016, a mulher com ensino superior ganha apenas 64,66% do rendimento do homem com a mesma escolaridade, para exercer a mesma função. Ou seja, mesmo empregadas, as mulheres tem uma renda inferior à dos homens, tendo que procurar por formas alternativas para complementar o orçamento familiar.

Assim, iniciaram as atividades da feira que, num primeiro momento, foi coordenada pelo fundador, tanto na organização das pessoas, suas atividades e funções, quanto das reuniões.

“O trabalho era 100% voluntário né, eu corria atrás de alguém que fornecesse as barracas, conversei com os comerciantes da região, falei da ideia, falei da proposta que eu tinha, pedi uma ajuda deles para que eles indicassem a feira, a gente fez parcerias com ONGs, como a PUC, por exemplo, com a ONG Nuvem também que deu um apoio. Foi proporcionado para eles cursos ministrados pelo SEBRAE, tudo mais. Então eles super compraram a ideia e entenderam que um ajuda o outro” (Representante Alfa).

Destaca-se, nesse sentido, a relevância de liderança nesse contexto da economia solidária, para que a forma de organização facilite a busca de objetivos comum, por meio dos princípios autogestão, liderança, gestão compartilhada, propriedade coletiva, territorialidade, etc., característicos desta forma de produção e organização do trabalho (PAULI, BENDER e ZANELA, 2013; SINGER, 2002; LISBOA, 2010). Conforme destaca Pauli, Bender e Zanela (2013) há que se reconhecer as dificuldades gestionárias enfrentadas neste tipo de empreendimento, uma vez que se caracteriza como uma forma de resistência ao capitalismo e a sua forma de produção e acumulação do capital, que, segundo o movimento da economia solidária, aumenta as desigualdades sociais (SINGER, 2002). Os líderes deste tipo de empreendimento encaram uma nova forma de liderança, onde há a necessidade de uma nova visão e da expansão de suas capacidades de entender e trabalhar com as complexidades.

Devido a essa diferença e ao despreparo de lideranças como essas, por diversos motivos ligados a própria desigualdade social, corre-se o risco de serem estabelecidas relações desiguais, onde os membros do empreendimento não são envolvidos diretamente na tomada de decisões e no processo de administração, descaracterizando assim o processo autogestionário. Neste sentido o poder público deveria se atentar a esta pauta, criando espaços como os Fóruns de Economia Solidária e outras políticas públicas voltadas a formas alternativas de economia, para formar a população para atuação neste tipo de empreendimento.

Quando questionado sobre as parcerias realizadas para o início e continuidade da feira, o fundador acredita que a primeira parceria e a mais

importante nesse processo foi a que ocorreu entre as feirantes no início do empreendimento social. Conforme corroborado pela fala.

“a parceria mais importante foi a que eles fizeram entre eles né, e o apoio que foi dado por instituições externas foi de grande valia também, por que são lições que eles usam não só na feira como na vida deles” (Representante Alfa).

A fala do representante alfa sobre a parceria importante feira entre os feirantes corrobora com Benko e Pecquer (2001) para os quais as relações de proximidade entre os atores locais desempenham um papel determinante na competitividade das atividades econômicas. A parceria e união entre os feirantes caracteriza-se também como um recurso importante do empreendimento com grande potencial de se tornar um ativo, que segundo Benko e Pecquer (2001), são, respectivamente, fatores a relevar, explorar, ou ainda a organizar (recursos) e fatores em atividade (ativo).

Outra questão importante, que reflete no engajamento das feirantes no âmbito do empreendimento pesquisado, é a condição ambiental da região. O aquífero karst traz uma limitação quanto a implantação de indústrias na região. Durante a pesquisa exploratória uma fala frequente dos moradores do território é o prejuízo devido a esta condição, pois menos empresas significa menos emprego e desenvolvimento para a região, o que os faz com que tenham muitas pessoas desempregadas ou empregadas na cidade vizinha, Curitiba. No âmbito da abordagem do DTS o recurso hídrico é uma grande riqueza, portanto, na concepção de um novo modelo de desenvolvimento a existência do aquífero seria uma situação muito favorável. Todavia, a lógica que predomina na ecologia interior dos moradores e políticos locais é a de que a economia formal é aquela que traz riqueza. Assim, carece de políticas territoriais que concebam a economia do ponto de vista substantivo (POLANY, 2012). As políticas deveriam refletir alternativas e narrativas para o território que não compromettesse as riquezas naturais.

Além disso, Lisboa (2004) reflete sobre a questão da falta de emprego como uma potencial oportunidade para reatualizar as possibilidades de emancipação das pessoas. Segundo o autor supracitado tal situação permite o surgimento de produtores que buscam mais do a satisfação das necessidades de capital, buscam necessidades integrais para suas vidas. Desta forma,

potencializa o surgimento de formas alternativas de economia, composta de sujeitos autônomos.

Com relação aos marcos importantes na trajetória do empreendimento pode-se citar dois momentos. O primeiro, no início – que foi importante, mas havia alguns conflitos, pois obteve-se apoio inicialmente dos comerciantes. Porém, segundo a falas das feirantes esse apoio aconteceu a partir da crença de que era algo temporário, mas com a permanência e resistência da feira, os principais comerciantes vizinhos do empreendimento começaram a criar empecilhos para o seu funcionamento. Como por exemplo, os comerciantes passaram a deixar seus carros particulares estacionados no local onde as feirantes colocavam suas barracas. No segundo momento, com amadurecimento do empreendimento as feirantes foram criando suas formas de driblar isso, porém a convivência próxima entre eles fez com que os vínculos de amizade e afeto diminuíssem a resistência dos comerciantes locais, tornando-se uma rede de apoio para demandas básicas de infraestrutura, como o banheiro e o ponto de energia elétrica por exemplo.

O início do empreendimento foi marcado também pelo número de pessoas interessadas em fazer parte do projeto, cerca de 30 pessoas fizeram parte da reunião inicial e mais de 20 barracas foram ocupadas no lançamento do empreendimento. Uma das questões levantadas pelas feirantes foi que este engajamento inicial não durou muito tempo, cerca de três meses depois, restavam pouco mais de dez barracas, isso se deve, principalmente, ao imediatismo das vendas que alguns feirantes tinham como expectativa.

FIGURA 9: FEIRA DO TANGUÁ



Fonte: A autora

Atualmente há em média dez barracas todos os sábados. Entretanto, apenas cinco feirantes mantem a assiduidade, estando presente na feira em todos os dias de comercialização. Os conflitos atuais giram em torno do modelo de organização da feira, onde os princípios da autogestão ainda não estão bem internalizados, sendo que alguns assumem uma posição passiva e não protagonista (PAULI, BENDER e ZANELA, 2013), essa posição se assume principalmente por dois fatores: (i) a falta de tempo de exercer posições de

liderança no grupo, e (ii) a liderança da representante Gama, que é uma das artesãs mais antigas do bairro e que muitas vezes exerce uma liderança negativa, tendo um perfil pessimista e com pouca iniciativa para mudanças.

Os conflitos analisados são corroborado pela fala a seguir:

“No início foi o desacerto. No início o dono do mercado apoiou, aí acho que ele pensou que seria uma coisa que ia começar e acabar logo né. Aí depois com o tempo ele já foi meio que implicando porque estava tampando e incomodando o estacionamento, aí a gente recuou duas barracas pra não tampar o estacionamento dele. O senhorzinho da banquinha que tem ali, o gaúcho, não queria a gente ali. A minha barraca ficava bem na frente dele, onde já era asfalto, aí começou a implicância”. (Representante Gama)

“Teve fases, agora a gente tá na fase tranquila. Aí veio o primeiro aniversário, a gente fez uma festinha bonita”. (Representante Gama)

O vínculo fortalecido entre as mulheres e as conquistas que tiveram juntas também foi um marco importante. Tal fato foi citado por uma das entrevistadas:

“A evolução de quem ficou, a gente evoluiu bastante, sempre... principalmente... igual na minha barraca e na barraca da Guiomar, sempre novidade, eu acho que isso também” (REPRESENTANTE DELTA).

A Cepal (2016) destaca a importância de uma agência regional de gênero, cujos eixos de implementação colaboram para o exercício de seus direitos, sobretudo os econômicos e sociais. Entre os dez eixos definidos pela Cepal, quatro se destacam em grande importância na dinâmica pesquisada: (i) institucionalidade, como uma forma de garantia de permanência e regularidade da existência da feira; (ii) Construção e fortalecimento de capacidades, para que elas tenham acesso à formação necessária para a sua atividade, bem como uma forma de elevar sua autoestima que reflete diretamente na ampliação e desenvolvimento do empreendimento; (iii) Financiamento, por meio de infraestrutura física, de barracas próprias e materiais de divulgação; e (iv) Participação, para a formação das políticas sobre economia solidária e atuação das feiras do território, para a qual não são consultadas atualmente (CEPAL, 2016).

Os marcos importantes citados, bem como a saída de algumas feirantes, fizeram com que a dinâmica na qual elas trabalham atualmente fosse se delineando. Percebe-se que elas se colocam como aprendizes o tempo todo. Analisam o que foi feito e as decisões tomadas para poder seguir em frente. Sendo assim, atualmente, foi firmado entre elas o compromisso da realização da feira todos os sábados o dia todo, nos domingos quando próximo da comemoração de alguma data festiva, como por exemplo: dia das mães, natal, etc.

3.2.1 Fatores condicionantes da permanência das mulheres no empreendimento

Após um ano de trabalhos na feira, no ano de 2016 o idealizador, representante Alfa, se desligou da mesma, pois destaca que considera relevante que um empreendimento social deve ter a capacidade de funcionar sozinho, conforme a fala destacada:

“Aprendi no curso de Empreendedorismo social que um projeto social só é bom quando ele tem a capacidade de funcionar sem você, então com um ano de feira, eu vi que eles já estavam aptos para trabalhar por conta” (Representante Alfa).

Todavia, esse afastamento do idealizador após o primeiro ano de feira apareceu como ponto positivo e negativo, uma vez que o fundador era a ponte entre a feira e os demais comerciantes do bairro e, também, com o poder público local. Dentre os aspectos positivos têm-se que a partir do momento em que as próprias feirantes passaram a ser responsáveis pelo andamento e decisões da feira elas buscaram definir melhor sua identidade. Nomearam a feira como “Tanguá fazendo arte”, passaram a realizar a feira semanalmente e definiram estratégias para datas comemorativas, como decoração diferenciada da feira e funcionamento em horários alternativos.

Para a representante Beta a importância do fundador da feira foi trazer as pessoas para trabalharem em conjunto, conforme a fala a seguir:

“Ele foi importante para juntar as pessoas e mostrar que se a gente se unisse e projetasse né... fizesse metas a gente ia conseguir vencer, esse foi o caminho que ensinou e daí a gente foi tocando o barco”.

Além disso, a Representante Gama explica que no início a feira não era realizada todos os finais de semanas e isso era um problema, pois a representante Gama considerava que essa forma de atuação não promovia o engajamento das feirantes e nem daria visibilidade para a feira no bairro.

“Por uns dois ou três meses fomos um sábado só por mês, aí passou a dois. Aí eu disse que para pegar a gente teria que vir em todos”.

Além disso, a representante Beta destaca que muitos participantes da feira no início acreditavam que iriam colocar os seus produtos à disposição e que a venda iria logo ocorrer. Todavia, não foi exatamente isto que ocorreu, pois, as pessoas do bairro precisavam conhecer a feira. E esse fato acarretou desistência de alguns feirantes no processo de implantação da feira, por desmotivação. Essas constatações demonstram as dificuldades iniciais desse tipo de empreendimento de economia solidária, pois de maneira inevitável esses empreendimentos se articulam com a lógica da economia formal na construção do preço, da demanda, estratégias de venda, etc.

A literatura sobre economia solidária aponta que a finalidade deste modo organização econômica e de trabalho não é somente como uma alternativa de emprego e renda, mas a conscientização dos trabalhadores e sua formação enquanto cidadãos (LISBOA, 2004; SINGER, 2002). Uma das questões colocada pelos autores da economia solidária, nesta dimensão de conscientização dos trabalhadores, é a comercialização a partir da perspectiva do comércio justo, este tipo de relação comercial envolve um duplo compromisso: o dos produtores com uma série de princípios e os consumidores se comprometem a pagar um preço justo pelo produto que estão adquirindo, como forma de garantir a reprodução material do produtor.

“eu acho que eles estavam muito na esperança que era questão de chegar lá com o produto e vender um monte, em bairro não é assim, a gente vai aprendendo que não é assim, tem que ter uma noção, e as vezes também o preço da mercadoria, tudo isso influenciava” (Representante Beta).

“as pessoas entenderam errado o conceito de economia solidária. Eles acharam que iam levar vender, vender e vender... e não é bem assim, você vai plantando ali né teu conhecimento, as pessoas vão te conhecendo, as coisas vão devagar, não acontece tudo na mesma hora” (Representante Beta).

Verifica-se, pela fala da representante Delta, que os motivos que mantêm as mulheres na feira não são somente os comerciais, mas também a convivência com as pessoas, a construção de laços, dentre outros. Dessa forma, ao resgatar Ramos (1989) constata-se a necessidade de um outro olhar para a vida humana associada, pois o mercado é um dos seus enclaves, mas existem outros espaços, isonômicos e fenonômicos, que possibilitam a realização humana. O trabalho nesse tipo de organização de economia solidária, resgata a realização humana de compartilhar com os outros problemas e soluções, dando sentido à vida em sociedade. Conforme corroborado pela fala a seguir:

“Primeiro a convivência lá com, com as pessoas. (...) É muito boa a convivência. E depois também é um meio assim de você por em pratica o que você faz. E a gente se distrai um pouco a cabeça. Então você vê gente novas, não é todo sábado os mesmos que vão, sempre tem gente nova, sempre tem pessoas diferente de outros bairros, então isso anima a gente também. Elogios, então, isso acaba ajudando a gente” (Representante Delta).

Dentre as características principais dos empreendimentos de economia solidária, estão a autogestão, a democracia e a solidariedade, segundo a definição de Singer (2002, p, 04) "a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. (...) A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho".

3.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O território do Tanguá, pertence ao município de Almirante Tamandaré, porém desde a sua ocupação caracteriza-se como um bairro excluído do restante do município, pela própria característica geográfica de isolamento.

Os moradores da região, apesar do vínculo com bairro não encontram formas de assegurar suas necessidades de emprego, renda, consumo e lazer no bairro e por isso procuram por alternativas na cidade vizinha, Curitiba. Uma das questões importantes para a situação de falta de investimento público e privado no território é a existência do Aquifero Karst, que implica em limites na

instalação de indústrias e conseqüentemente no número de empregos formais, que no caso do bairro Tanguá se agrava pelo isolamento do restante do território de Almirante Tamandaré.

A falta de investimento público é percebida na infraestrutura básica do bairro como na falta de asfalto, alagamentos e, principalmente, na limitação de linhas de ônibus. Atualmente há apenas uma linha de ônibus para o centro de Almirante Tamandaré e ele faz apenas duas viagens no dia, pela manhã para levar os moradores ao centro e ao final de tarde para retornarem para casa.

Estes fatores de exclusão social, do mercado de trabalho formal e a necessidade do aumento de renda que garantisse a qualidade de vida, fez com que um grupo de pessoas, predominantemente, mulheres, iniciassem um empreendimento social por meio de uma feira de economia solidária, que teve início em 2015 e está em processo de aprendizagem e de internalização dos princípios da economia solidária. Esse processo é marcado por diversos desafios, como: o número de feirantes engajadas, a organização em torno da autogestão, a quantidade de vendas, dificuldades com outros comerciantes do bairro.

Atualmente, o empreendimento conta com dez barracas, funciona todos os sábados e aos domingos quando está próximo a datas comemorativas. Tem tido uma aproximação com a prefeitura que já promoveu melhorias com relação à infraestrutura, mas ainda há diversos pautas a serem tratadas junto ao poder público municipal, como políticas específicas de apoio a economia solidária com a criação de espaços consultivos e deliberativos.

CAPÍTULO IV - REFLEXÕES DO EMPREENDIMENTO SOCIAL DO TANGUÁ ENQUANTO PERTENCENCO AO CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este capítulo apresenta a reflexão acerca da forma como o empreendimento de economia solidária colabora com a ampliação da autonomia das mulheres, tendo em vista a concepção de autonomia da CEPAL. Também tem como fim explorar quais os limites e potencialidades do empreendimento social do Tanguá como impulsionador da autonomia das mulheres no contexto do DTS. Nessa seção foram utilizadas as categorias de análise (teóricas empíricas) ligadas a economia solidária: Autogestão e entranhamento comunal; Inserção no mercado; Redes parceiras – intercooperação; e Territorialidade e sustentabilidade (LISBOA, 2004) que se manifestam na dinâmica pesquisada. Também apresenta uma reflexão a partir das práticas observadas na ação e na fala das feirantes, estabelecendo um diálogo com as definições trazidos pelos documentos da CEPAL.

4.1 AUTOGESTÃO E ENTRANHAMENTO COMUNAL

Lisboa (2004) ao contrário de Singer (2010) retira do centro conceitual o princípio da autogestão. Mesmo reconhecendo que o conceito garante que os empreendimentos que acontecem a partir deste tipo de gestão não sejam empreendimentos individualistas, que favorecem a propriedade privada e trabalho subalterno. Porém, considera como central na economia solidária o conceito de solidariedade. Para Lisboa (2004) solidariedade se define em alguns princípios internalizados na prática do empreendimento. Como quando um empreendimento econômico abre mão da possibilidade de maximizar o lucro em função de uma perspectiva social e ecológica, sendo ele considerado uma empresa que tem uma postura solidária dentro da troca mercantil. Não se trata, segundo o autor supracitado de uma reprodução simples de mercadorias, de atividades meramente de subsistência. Trata-se de uma outra economia que segundo Lisboa (2005) contribui para o avanço da civilização em duas formas:

Primeiramente pelo desenvolvimento das forças produtivas, numa forma sustentável a longo prazo que se traduz em economias internas pela eliminação de atravessadores, obtendo-se menores custos de produção e maior capacidade de acumulação. E, segundo,

por gerar um novo padrão de relacionamento humano. (LISBOA, 2005: P.109).

Dessa forma, o autor supramencionado aponta para a compreensão de que a economia não é o fim supremo, mas instrumento que tem por finalidade o sustento da vida e da melhoria da condição humana. Visando um novo estilo de vida com ética, consumo solidário, com austeridade, que busca “uma oikonomia que articule eficiência com suficiência” (LISBOA, 2009, p. 110). Remetendo às ideias de Polanyi, Lisboa (2009) afirma que é necessária uma reforma na consciência humana em que o móvel da ganância seja substituído pelo da convivência. A ESS é “uma forma de enfrentar os desafios contemporâneos sem subterfúgios, afirmando uma economia vinculada diretamente à reprodução ampliada da vida de seus membros e não a serviço da lei do valor econômico” (LISBOA, 2009, p. 111).

Durante a pesquisa foi retomado o conceito de solidariedade com os entrevistados. Quando questionados acerca do que significava a palavra solidariedade ou ser solidário, observou-se que para os atores pesquisados colocam ênfase na ajuda mútua. Para corroborar com as análises destacam-se as seguintes falas:

QUADRO 9: CONCEITO DE SOLIDARIEDADE PARA O GRUPO DO TANGUÁ

Representante Alfa	Ah ser solidário é se preocupar com tudo né, com tudo mesmo. Um dia espetacular de venda pra um, um dia miserável pro outro, eu fico triste,
Representante Beta	Solidariedade, justamente é sinônimo de ajudar, ajudar ao próximo digamos assim, ajudar não tem outra palavra pra definir, no meu conceito né. É você, é uma ajuda de graça, não espera nada em troca, você fica feliz pelo fato de ajudar alguém, isso é solidariedade, pra mim.
Representante Delta	Tipo, eu ajudar quem tá do meu lado ou não? Não ajudar financeiramente, tipo assim, o que eu puder fazer pra você na feira, igual eu precisei sábado né, uma mão estendendo a outra é, então é mais ou menos assim que eu entendo.
Representante Gama	Acho que é você junta ali no grupo você participar, você pode você ajuda o outro, as vezes eu busco mais ou menos isso né. Você pode ceder alguma coisa pro teu amigo, você cede, as vezes já aconteceu de faltar barraca, a gente apertar lá e botar alguém com a gente pra não ficar sem vender. Então acho que é você ta ali junto e ver que aquilo é pro teu bem, é pro bem do teu amigo. A feira só vai funcionar se vocês dois

	tiver ali, se um só tiver não vai ter feira. Aquele grupo onde você tem que tentar as vezes ceder, as opiniões que não batem, mas tentar dialogar e tentar entrar num acordo né, é um com o outro
--	---

Fonte: Entrevistas

As falas acima destacam que para todos o sentido solidariedade está ligado a estar disponível para ajudar o próximo, não necessariamente com recursos financeiros, mas para que todos tenham a mesma satisfação com o trabalho e comércio no qual estão envolvidos, é pensar coletivamente. O que corrobora com a definição colocada por Lisboa (2004, p.110) que destaca solidariedade como sendo “[...] a reprodução da vida de todos os envolvidos que conta, e não meramente o máximo de rentabilização patrimonial”, ou seja, trata-se de uma dinâmica econômica que gera inclusão.

Dentre as diferenças entre estar em um empreendimento de economia solidária ou no de economia formal, a representante Gama acredita que ele promove a produção e o trabalho das pessoas que não estavam inseridas no mercado formal.

“(...) acho que ele busca mostrar para você que está em casa, que você pode produzir alguma coisa, [...] eu acho que isso, é o incentivo da pessoa ver que ela pode fazer alguma coisa. As vezes de pouquinho, [...] Eu ganho pouco por peça, mas eu tenho trabalho. Importante para mim é isso, é eu ter trabalho. Então acho que essa economia solidária, ela mostra que você vai fazendo aos poucos e as você se juntando com outras pessoas melhora. Porque para mim o pouco que eu fazia sozinha, [...], veio a feira e para mim melhorou (Representante Gama).

“(...) que um dever da economia solidária procurar saber o que nós podemos fazer para que aquele colega nosso não deixar chegar o ponto dele desistir, mas vamos ver o que nós podemos fazer pra ele e fazer ele caminhar junto com a gente” (Representante Beta).

A pesquisa de campo demonstrou que as maiores motivações de consolidação da feira estavam relacionadas a possibilidade de inserção no mercado. A pesquisa demonstra uma contradição entre os discursos dos feirantes, pois verifica-se que consideram solidariedade como ajuda mútua, mas no momento em que foram questionado acerca da consolidação da feira, a questão da inserção no mercado fica mais evidente. Devido a fragilidade econômica dos integrantes da feira a inserção no mercado ainda é priorizada, mesmo que não se vise que isso ocorra de qualquer forma, e aí a solidariedade se manifesta, uma vez que para elas faz sentido crescer enquanto

empreendimento, desde que todos os feirantes possam acompanhar e que todos possam ter lucros que oportunizem sua qualidade de vida.

Como colocado anteriormente, outra questão fundamental e estruturante nos empreendimentos de economia solidária é a da Autogestão (SINGER, 2010). A partir da pesquisa percebeu-se que a autogestão na feira do Tanguá está em estágios iniciais. Houve algumas tentativas de organização, como definir áreas de atuação (comunicação interna, marketing, inserção de novos integrantes) sob as quais teriam membros responsáveis, sem que isso trouxesse prejuízo à dimensão democrática, onde todos tem poder de voto sobre todos os assuntos. Essa ideia inicial não funcionou a longo prazo, devido a outras demandas familiares e de trabalho que os responsáveis pelas áreas tem e também por conflitos de interesses nas decisões tomadas, o que desmotivou algumas pessoas a se responsabilizarem pelas temáticas estabelecidas. Atualmente as questões são resolvidas durante o dia de exposição da feira, conforme as demandas que surgem.

[...] agora esses dias aí a gente tinha dificuldade que a máquina de passar cartão não funciona lá em baixo, não tinha rede, aí o Eduardo teve a ideia de por uma internet, aí falou com o gaúcho pra pendurar ali e pro cara instalar, foi uma coisa que todo mundo entrou em acordo e cada um vai pagar 7,00 mensais. [...] Eu sempre disse, a gente tem que ter a ideia, passar e resolver participa e quem não concorda fica de fora, não adianta tentar mudar a opinião do outro. (Representante Gama).

Apesar das decisões serem tomadas em grupo, não há uma estrutura de gestão organizada, não há, neste momento, tarefas ou funções estabelecidas coletivamente. Conforme fala da Representante Gama “*É na gritaria, no fim da feira*”.

Não, teve a reunião e teve um que dizia "Ah vou cuidar do mkt...", não funcionou não, não teve. (Representante Gama)

Os custos operacionais da feira, como aluguel mensal do banheiro, fornecedor das barracas, internet para a máquina de cartão são decididos de forma democrática entre todos os membros do empreendimento. Custos individuais, como de transporte das mercadorias até o local da feira são combinados e divididos entre quem mora próximo uns dos outros. Outra

questão decidida e realizada em conjunto é a limpeza do local da feira, após as barracas serem recolhidas, todos colaboram na organização e limpeza do local.

O lucro obtido pelas vendas é individual, cada artesão recebe exatamente aquilo que vende, não tendo atualmente uma divisão de lucros. O esforço realizado entre elas é para que todos tenham vendas significativas, seja conversando ao final da feira sobre estratégias para que as vendas melhorem ou divulgando o trabalho uma das outras.

A Representante Gama se mostra cética com relação a divisão de tarefas para a gestão da feira, em diversos momentos resistente às mudanças sugeridas. No período de acompanhamento da incubadora Trilhas, a representante Gama não tinha disponibilidade de participar das reuniões, porém em entrevistas individuais, dizia que gostava das ideias que surgiam, mas que não acreditava que daria certo. Uma das sugestões da Trilhas é que elas participassem do fórum de economia solidária de Curitiba para conhecer o funcionamento desta rede, apesar de reconhecer que a participação das outras representantes da feira no fórum foi boa, pois voltaram animadas e com ideias novas, disse não acreditar que traria benefícios para a feira do Tanguá.

Uma questão importante que aparece nas falas da representante Gama é que ela é uma liderança importante no empreendimento, por se tratar de uma artesã antiga no bairro, os demais representantes a respeitam e seguem o que ela fala.

“Foi, tinha isso e se falou muito e não se fez nada. Eu falo pra elas as vezes, a feira somos nós, nós temos que estar aqui todo sábado. Teve um pessoal que ficou afastado 4 ou 5 meses e agora quando a prefeitura disse que ia dar alvará, voltou, mas aí vem com um monte de ideias e coisas que a gente sabe que não vai funcionar. Eu disse, não adianta a gente tem que ver o que é viável, não adianta ficar sonhando que vão calçar e que vamos ter nossa própria barraca, e aí vamos por onde? São pequenos detalhes assim que na hora do vamos ver vai ser difícil né. Então é isso, agora a gente chegou nesse nível, foi afunilando e agora a gente tem que ver ali o que a gente vê que dá para fazer e pronto. (Representante Gama)

Para as outras feirantes mais antigas, o vínculo de amizade faz com que argumentem e sigam as suas vontades, como por exemplo seguir as sugestões dadas pelas Trilhas para seu desenvolvimento. Porém, esse desacordo sobre a importância da participação nas reuniões ou outras decisões coletivas, como a forma de divulgação da feira e de adesão de novas feirantes, faz com o que

grupo vá se desintegrando e perdendo sua identidade, isso pode ser notado a partir da fala dos feirantes mais novos, que em muitos momentos reproduzem a fala da representante Gama sobre as tentativas de organização, já faladas anteriormente, mesmo sem ter participado. Mesmo que o vínculo de afeto, importante para o empreendimento, permaneça, as oportunidades de desenvolvimento vão passando, algumas vezes sem serem aproveitadas, devido a uma ideia pessimista de que possíveis mudanças vão dar errado.

4.2 INSERÇÃO NO MERCADO

Segundo Lisboa (2004) a Economia Solidária se caracteriza pela busca de eficiência em situações de mercado, sem que se perca de vista a questão da solidariedade, preservando assim relações igualitárias e democráticas entre o grupo. No empreendimento social do Tanguá essa inserção no mercado acontece de forma peculiar por dois motivos principais: (i) as mulheres já eram produtoras antes do início da feira, portanto, já comercializavam em redes que extrapolam o alcance da feira, como por exemplo, em seus trabalhos formais; (ii) a necessidade da subsistência se sobrepõem à articulação e construção política advinda do movimento de economia solidária.

A partir destes dois fatores iniciais, a inserção no mercado foi se delineando, pois, mesmo tendo uma clientela anterior, três mulheres entrevistadas afirmaram isso, saíram de seus trabalhos, duas delas para cuidar de parentes doentes e a outra se disse infeliz com o trabalho formal onde estava. Esse desligamento fez com que as vendas diminuíssem para as ex-colegas de trabalho, já que a distância também é um impedimento de acesso até essas pessoas. Com esse contexto novas estratégias tiveram que ser definidas, entre elas a participação na feira, como forma de atingir o mercado local.

Com a diminuição da renda devido a saída do trabalho formal anterior, o esforço para que a venda local aumentasse se ampliou, por meio da divulgação nas redes sociais e atualmente com panfletos e cartazes cedidos pela prefeitura. Houve também participações pontuais em outras feiras em territórios próximos aos do Tanguá, que não se consolidou com uma prática recorrente, devido à dificuldade logística de levar os produtos até o outro local e também pelo aluguel mais caro da barraca.

A produção e meios de inserção que extrapolam a feira se evidenciam pelas falas a seguir:

“Que eu comecei assim a vender tem mais de uns 20 anos. Comecei a fazer ponto cruz e aí uma menina que tinha lojinha nessa rua, aí ela viu, aí comecei a vender. Fraldinha eu pintava, aí comecei crochê. Daí um dia eu fui na mercearia ali, [...] tinha uma revista com chinelos de pano. [...] Aí um dia peguei e comprei a revista. Aí um dia fui para o centro, aí comprei uns pedaço de pano e pensei "Vou ver se consigo fazer", [...] aí minha cunhada trabalha com a loja, [...] aí começou, essa Sra tinha 5 lojas, aí comecei a fazer chinelo pra ela. [...] tentei fazer outras coisas. Fui inventando, o primeiro que saiu era uma vizinha, que me trouxe um bichinho que era mais ou menos esse, os bracinhos, a cabeça, era tipo um ursinho que o neto tinha desmontado, aí ela... se eu conseguia consertar para ela, daí eu consertei, daí daquele lá eu tive a ideia "Acho que dá pra fazer uma menininha", aí eu comecei a fazer a vovó. [...] aí eu fiz a vovó, aí depois eu fiz mais um outro, uma outra almofadinha com umas flores em cima para peso. Aí eu fui lá, a gente passou numa loja e tinha os pesos: a girafa, o gato, vários modelos. [...] daí chegou aqui eu desmontei eles, e tirei o molde, fiz o molde e comecei a fazer. Aí ali na frente, naquela peça, eu tinha a lojinha ali e com o tempo, com a crise... o marido aí ficava afastado, ficava sem receber, aí não conseguia repor mercadoria, daí o que entrava era para tentar manter a casa, o básico, aí foi indo, foi indo até que eu fechei né, mas aí os pesos eu já passava para as lojas, teve uma época que chinelo, peso, eu tinha em 9 ou 10 lojas, agora está totalmente parado né. Tinha em Itaperuçu, Tamandaré”. (Representante Gama)

“Eu tenho clientes lá no Centro, já de muito tempo né. Com planta também eu já trabalho há muitos anos, eu comecei a trabalhar com plantas, com mudinhas, o Lucas era, acho que Lucas tinha uns 10 anos que eu colocava na bicicleta dele né e ele saía vender pelo bairro. Daí ele levava o caderninho trazia as encomendas, então faz muito tempo que trabalho com plantas”. (Representante Alfa)

Mesmo que haja essa comercialização individual fora do espaço da feira, as mulheres se preocupam com a inserção de novos membros no empreendimento por entender que as trocas cooperativas, complementares, coletivas e sinérgicas são uma possibilidade de todos ganharem (LISBOA, 2004).

“Tem muita mulher talentosa aqui no nosso bairro, muita mulher talentosa mesmo. E eu gostaria de reunir todas elas, porque as vezes a gente vê pessoas começarem em duas pessoas, uma fazendo uma coisinha a outra fazendo outra e aquilo foi aumentando, aumentando, que nem formiga. Vira um formigueiro de pessoas fazendo coisas bonitas e mandando pra fora, mandando pra outros estados, indo visitar outras feiras, participando de outras feiras e o nosso negócio aqui eu não sei, parece que a mentalidade do povo aqui não abre”.

As feirantes comentam que costumam convidar os outros artesãos do bairro para participar da feira, mas a resposta é sempre negativa. Algumas das

mulheres acreditam que isso acontece devido falta de confiança que a feira gere renda e bem-estar para quem participa, outra dizem apenas que não entendem a resistência de pessoas que são convidadas e não querem participar. Há, entretanto, alguns que vão esporadicamente, com quem as feirantes assíduas dizem não poder contar, elas dizem que essas pessoas vão quando estão precisando mais de dinheiro e a feira serve como essa fonte de renda emergencial, porém essas pessoas não investem sua energia e tempo, tampouco se inserem nas discussões sobre o funcionamento e estrutura do empreendimento.

Conforme relatam as feirantes a entrada de novos membros é bem aberta e todos são acolhidos, apenas não se permite a venda de produtos industrializados que façam concorrência com o mercado, que fica ao lado da feira, e também por descaracterizar a finalidade do empreendimento.

A preocupação principal levantada pelas feirantes é a pouca adesão de novos feirantes que se preocupem com o empreendimento em sua totalidade, ou seja, que sejam assíduos, se envolvam nas discussões e decisões e colaborem com os custos operacionais. Para elas um maior número de artesãos poderá criar mais oportunidade de divulgação da feira e conseqüentemente maior visibilidade para o trabalho e uma venda mais significativa para todos.

4.3. TERRITORIALIDADE E SUSTENTABILIDADE

Os empreendimentos de economia solidária, até pela questão de identidade cultural e social na qual se ancoram, tem como base a participação de pessoas que desejam trabalhar, consumir e melhorar o local onde vivem, para que se fortaleçam os vínculos e identidades locais e se construam processos mais participativos e democráticos (LISBOA, 2004; SINGER, 2010).

No empreendimento social do Tanguá, apesar de ser um empreendimento novo e que os princípios da economia solidária ainda não estão bem internalizados, as feirantes tem uma relação de afeto com o local onde vivem e carregam consigo a preocupação e o cuidado do consumo no bairro. O que pode levar a conclusão da existência prévia, mesmo que

inconsciente de uma convergência com os princípios norteadores da Economia Solidária e que esse aspecto foi decisivo para a adesão e permanência na feira.

As análises empreendidas até o presente momento demonstram que o o Tanguá se caracteriza como um território construído, que na concepção de Pecquer (2005) é o resultado de um processo de construção dos atores locais. Essa relação se evidencia nas lutas por melhores condições de vida enfrentadas pelas feirantes desde que decidiram por morar no bairro. Esse processo de construção do território evidencia-se, também, pelos fortes vínculos construído entre os atores, o que faz com que esse grupo se mantenha na região, mesmo que ele tenha problemas:

“Eu gosto. Já me mudei, mas acabei voltando. Então, eu gosto de morar aqui” (Representante Delta)

“Eu gosto. Gosto bastante, a vizinhança é boa, esses vizinhos nessa rua mesmo a gente conhece todo mundo, já são moradores antigos, moram aí há 20, 30 anos também, então é uma vizinhança boa. [...] que nem quem mora em apartamento nem todo mundo se conhece né. E aqui não, aqui todo mundo se conhece. (Representante Beta)

A questão da proximidade é destacada pela fala anterior como um fator importante. A proximidade geográfica, relações de vizinhança são elementos essenciais para a promoção da confiança e solidariedade (PECQUEUR, 2006; MENEZES, 2009). Apesar das poucas condições que o bairro oferece, como a falta de opções de consumo, há apenas um mercado e alguns armazéns pequenos, falta de opções de lazer, há apenas um campo de futebol e não há nenhum praça onde as pessoas possam se encontrar, falta de serviços como bancos, casas lotéricas e correios, as cartas são deixadas no CRAS e os moradores devem ir até lá para buscar suas correspondências, ainda assim a representante Beta se mostra preocupada e consciente da importância de consumir o que o bairro tem:

“Compro coisas lá (Em Curitiba), mas procuro também comprar aqui. A compra do mês a gente procura fazer no mercado, as vezes um remédio que precisa, na farmácia daqui. Padaria tem ali embora... a gente procura assim, valorizar os pontos de comercio daqui. Alimento dos bichos quando precisa também é no aviário aqui do Tanguá”. (Representante Beta)

Apesar da evidente preocupação e vínculo com bairro onde vivem, ainda não há toda a infraestrutura necessária para a manutenção da qualidade de vida dos moradores, portanto ainda tem muita relação com a cidade vizinha. Ainda assim, os moradores se mostram motivados para a construção do território, pois há o valor do simbólico das lutas e conquistas (PECQUER, 2006).

4.4 DA PARTICIPAÇÃO NO EMPREENDIMENTO À AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA INDIVIDUAL

Autonomia, é definida pela CEPAL (2011, 2016) como “a capacidade das pessoas para tomar decisões livres e informadas sobre suas vidas, de forma a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos no contexto histórico que se faz possível”. Com base nas entrevistas realizadas verifica-se que as feirantes entrevistadas moram no Tanguá há mais de vinte anos e que passaram por inúmeras dificuldades, conforme corroborado pela fala a seguir:

“Tinha só o vizinho da esquina, que era dos mais antigos aqui dessa região. Aí nós compramos aí começamos a limpar os terrenos, aí veio minha cunhada, o vizinho de baixo. Mas essa quadra era só mato. Era complicado, mas agora está melhor”. (...) “era só mato, tinha uma moradora aqui, quando a mãe comprou aqui não tinha asfalto, não tinha nada, era só um carreirinho que passava a carroça. Tinha só uma senhora que agora ela já é falecida, que morava aqui na frente” (Representante Beta).

Apesar das dificuldades enfrentadas, as representantes entrevistadas demonstram ter uma identidade com o bairro e uma satisfação em morar nele, como destacado na seção anterior. A Representante Beta relata a importância de consumir o que o bairro oferece, o que demonstra uma relação de proximidade cultural, geográfica e socioeconômica com o território, dando bases para o território construído do Tanguá (PECQUEUR, 2006). Esses aspectos colaboram com a formação da noção de cidadania, que para a CEPAL (2016) se faz presente no debate da autonomia econômica das mulheres, sendo considerado relevante o empoderamento e a participação das mulheres na tomada de decisão e nos processos econômicos da sociedade.

Neste sentido, durante pesquisa buscou-se avaliar a participação das feirantes em grupos, seja associação de bairro, grupos da igreja, conferências

municipais ou outros grupos em que essas mulheres pudessem discutir suas ideias e participarem do processo de tomada de decisão local.

Durante as entrevistas pode-se perceber que as feirantes entrevistadas não participam, nem se envolvem, na atualidade, em atividades de nenhum outro grupo que não seja o da feira. Quando questionadas sobre a participação em fóruns ou conferências do município, as entrevistadas destacam que desconhecem, muitas vezes, a existência desses espaços e datas relativas a esse engajamento cívico local, conforme a fala a seguir.

“(...) muitas vezes a gente nem toma conhecimento. Também vai se acomodando no seu canto e também esse negócio de grupo, até na feira tem as discordâncias né” (Representante Gama).

“(...) Aqui tem uma associação de moradores, mas não sei como funciona. Eu fiquei até sabendo que ainda existia no sábado que o prefeito veio inaugurar o correio lá embaixo, lá na frente do mercado” (Representante Beta).

Apesar de relatarem em diversos momentos a sobrecarga de trabalho doméstico, principalmente, o argumento para a não participação em grupos e espaços de engajamento e controle social é que estes espaços são desconhecidos por elas. Segundo as feirantes nunca houve conferências municipais no bairro e elas nem sabiam que essa prática existia. Apesar de não conhecerem, grande parte das entrevistadas se mostrou instigada a participar e poder dar vazão as suas demandas de infraestrutura do bairro, acesso a serviços de saúde e educação, porém mais uma vez esbarram na dificuldade de engajamento com o município que a falta de diversidade de horários da linha de ônibus traz.

Quando questionadas sobre o fato de que na feira do Tanguá a maioria da participação é a de mulheres, situação que se repete em grande parte dos empreendimentos de economia solidária, percebe-se, pelas falas, que as mulheres, por um lado, são mais vulneráveis às oscilações do mercado de trabalho e, por outro lado, rapidamente encontram alternativas de sobrevivência por possuírem diferentes habilidades manuais. Além disso, as mulheres ainda são as responsáveis pelos cuidados da casa e dos filhos. A Marcha Mundial das Mulheres, em sua terceira ação internacional (2010), conclui que devido à responsabilização da mulher pelo chamado trabalho reprodutivo, que inclui cuidar dos filhos, da casa, dos doentes e idosos, sua busca pela autonomia

econômica acaba limitada a empregos de jornada parcial ou trabalhos informais pois o tempo deve ser equilibrada entre os cuidados e o trabalho remunerado. Em certa medida, a fala a seguir corrobora as reflexões da Marcha Mundial das Mulheres (2010) e Cepal (2016).

“Acho que a mulher tem uma visão diferente né, tipo assim, eu acho assim ó "Ahh eu sei fazer isso, mas de repente perdi o emprego daquilo que eu sabia fazer", a mulher parece que dá um estalo nela aqui, ela já inventa uma outra coisa para suprir aquela coisa que foi perdida e eu acho que o homem, ele até pode fazer, mas ele é mais lerdo, ele é mais lento nessa parte, ele fica com aquela história "Ah eu vou pensar... To pensando" e você não vê resposta, e a gente ó, é para ontem o negócio. [...] porque você vê a mulher ó, se tem criança pequena, tem que cuidar da criança, tem que cuidar da casa né, tem ainda que ajudar o marido a prover, porque hoje em dia só um trabalhando não consegue né. Então quando, tipo assim, falhou um serviço, você tem que tá substituindo aquilo por outra coisa. Na minha cabeça é assim que funciona” (Representante Beta).

A feira está atualmente em um momento de grandes mudanças, muitas pessoas que iniciaram este movimento desistiram em função de idealizarem que a feira iria propiciar grande volume de vendas e lucratividade, o que não ocorreu. Destaca-se que as feirantes que continuaram a expor seus produtos na feira não possuem essa percepção, mas demonstram muito interesse na continuidade e expansão da feira e sua maior motivação provém do sentido de união do grupo, além da necessidade da renda. Trazem em seu discurso também a necessidade de resistência e luta pelo ideal que acreditam. Destaca “Se ninguém lutar como é que vai dar certo? ” (Representante Beta). Em seus discursos, as feirantes, trazem muito a questão da união do grupo como sendo um dos pontos fortes da continuidade da feira. Assim, o sentido de solidariedade se manifesta em suas ações e fortalecem o seu trabalho.

Apesar da união existente, há conflitos que atrapalham a expansão da feira. Uma das dificuldades enfrentadas é a adesão de novos feirantes e o diálogo para tomada de decisão conjunta. Para auxiliar na resolução das questões existentes e para expandir seus conhecimentos sobre economia solidária procuraram aproximar-se da incubadora social, Trilhas. Essa incubadora é uma iniciativa do Grupo Marista, tem como objetivo “desenvolver e acompanhar projetos de incubação de empreendimentos de Economia Solidária em Curitiba e Região Metropolitana, além de produzir conhecimento científico e tecnologia social para os trabalhadores que desejem se organizar e

trabalhar de forma cooperativa e associada”, que atualmente está fazendo o acompanhamento e colaborando na definição da identidade do grupo, bem como suas projeções futuras. A representante Gama destaca acreditar que este processo vai colaborar com a feira.

“(...) eu acho que sim né. Só que o pessoal, eu penso assim que tem que por em prática né. As vezes as ideias são boas, mas aí fica parado e não vai para frente, a sensação que tenho é essa” (Representante Gama).

Como primeiro resultado deste acompanhamento da Trilhas, tem-se a presença de algumas feirantes do Tanguá no fórum municipal de economia solidária em Curitiba, movimento que era desconhecido por elas. Segundo o relato das feirantes entrevistadas foi importante conhecer como outros grupos funcionam e se organizam, tiveram novas ideias sobre como se organizar e tomar as decisões em grupo.

“Eu não ia poder ir, mas tenho vontade de ir. [...] ela foi lá, ela viu que tem que ser feito, que tem que se colaborar, que tem que ser. Então eu acho que é muito importante e eu vi por ela. [...] ela contar que ela foi lá e aprendeu bastante coisas, então eu acho que é muito bom” (Representante Gama).

“Ah eu gostei. Gostei muito, uma pena que eu não posso estar sempre participando. Eu se eu pudesse eu ia participar mais. Eu gostei muito, assim sabe parece que abre um pouco a tua mente para você não desistir, para você continuar trabalhando e tem assim, não sei explicar direito, [...] uma possibilidade de você crescer né, então eu gostei muito [...] muita coisa da nossa feira aqui, a para nós está bom, mas pode melhorar, né (...). Você participando de outros grupos, pode melhorar na sua também né. [...] eu gostaria que o povo daqui também, sabe (...) alguns 2 ou 3 a mais participasse para eles verem, você traz o que você ouviu lá, mas umas duas pessoas a mais indo, reforça mais né (Representante Beta).

Dessa forma, percebe-se a relevância das atividades empreendidas no Projeto Trilhas para auxiliar no cultivo da solidariedade entre as mulheres, bem como no fortalecimento do empreendimento solidário do Tanguá.

O objetivo do acompanhamento da Trilhas, é de que as feirantes conheçam várias alternativas para o seu empreendimento e tenham condições de implementar e criar soluções para os problemas que enfrentam, partindo do desenvolvimento individual e como isso se manifesta no coletivo. Portanto, há uma preocupação que elas participem de encontros e fóruns onde seja possível

perceber o funcionamento do processo de tomada de decisão, para que as empodere ao ponto de que façam isso no seu empreendimento e bairro.

A autonomia é, também, alcançada a partir da possibilidade da garantia dos exercícios dos direitos humanos, sendo segundo a Cepal (2010, 2016) a capacidade das pessoas em tomar decisões livres e informadas sobre suas vidas é um fator fundamental. Este é também o elemento central para o alcance da igualdade entre homens e mulheres. A partir dos esclarecimentos da Cepal sobre o alcance da autonomia, o processo desenhado pela Trilhas tem potencial de colaborar na ampliação da autonomia das mulheres do empreendimento do Tanguá, uma vez que se coloca como uma ponte para que elas conheçam seus direitos, políticas sociais, movimentos ligados a economia solidária e incentivam e colaboram com seu desenvolvimento pessoal e coletivo.

Conforme destacado na seção anterior as feirantes decidiram por não receber mais o acompanhamento do Projeto de Extensão da PUCPR - Trilhas. A justificativa dada à incubadora, na ocasião do desligamento, foi a de que as demandas advindas deste acompanhamento estavam acima da capacidade delas de atuação. O motivo deu-se em parte devido a outro trabalho formal que algumas têm, outras mulheres devido ao trabalho doméstico de gestão da casa e do cuidado de familiares com doenças graves.

A Marcha Mundial das Mulheres (2010) coloca uma premissa para atingir a autonomia econômica que as mulheres tenham liberdade e condições favoráveis para escolher sua profissão, planejar seu futuro, ter tempo para o lazer e para se qualificar. A desistência ao processo de incubação evidencia que ainda há um caminho a ser percorrido para que as mulheres do empreendimento de economia solidária do Tanguá tenha autonomia econômica. Tal constatação justifica-se, uma vez que a desistência ocorreu, principalmente, em função de fatores familiares, onde as mulheres precisam dedicar mais tempo à casa, por questão de saúde, ou em outros casos pela dedicação a outro trabalho que se caracteriza como a fonte de renda principal da família.

4.4.1 Perfil das integrantes do empreendimento

No âmbito da economia solidária há perfil dos empreendimentos pode ser definitivo para o fortalecimento da solidariedade. Há estudos que demonstram que um grupo de antecedentes e interesses semelhantes podem favorecer o estabelecimento e fortalecimento de laços de solidariedade. A forma como os empreendimentos abordam o trabalho em grupo é fator determinante (PRASS, 2012).

Todavia, o perfil dos integrantes dos empreendimentos de economia solidária e suas lideranças são fatores relevantes. Dessa forma, a pesquisa demonstrou que o perfil das empreendedoras é bem diverso quando se trata da sua relação com a feira, tanto no quesito tempo de atuação como empreendedora na feira, quanto em termos de importância da renda obtida nela. Das empreendedoras assíduas, quatro estão desde o início de implantação da feira e outras seis que aderiram posteriormente, tendo ainda um número flutuante de feirantes que vão esporadicamente, que são em torno de quatro artesãos. Outra questão relevante é o fato de que algumas feirantes trabalham exclusivamente na produção e comercialização, enquanto outras possuem outros empregos, sendo a feira uma iniciativa para complementar a renda familiar, atualmente essa proporção se dá em 40% que tem outros empregos e 60% que se dedicam exclusivamente a feira, ao trabalho doméstico e cuidado da família.

A partir da pesquisa de campo, de forma exemplificativa, é possível perceber como a trajetória das mulheres é relevante para avaliar a sua atuação dentro da feira. No caso da representante Gama, ela mora na região há mais de vinte anos, em sua residência moram também seu marido e três filhos. A casa conta com duas rendas, a principal é das atividades produtivas da representante Gama que além da comercialização na feira faz salgados e doces sob encomendas para festas. A outra renda é do seu esposo, que está afastado do trabalho por motivo de doença, mas o benefício do INSS está suspenso até que uma nova perícia seja realizada. Os três filhos da representante Gama têm 25, 21 e 16 anos de idade. Segundo a representante Gama apenas o filho de 21 anos colabora com a renda familiar quando a ajuda

a fazer os doces e salgados sob encomenda, os demais filhos se dedicam exclusivamente aos seus estudos.

A representante Gama produz artesanatos para venda há mais de 20 anos e conta que iniciou suas atividades motivada pela possibilidade de venda em comércio de pessoas que a conheciam. Relata sua curiosidade por aprender a fazer produtos diferentes e comenta que sempre que possível compra materiais diferentes para testar e melhorar seus produtos. A situação familiar e econômica da representante Gama, segundo ela, a faz ter menos vontade de participar de outros grupos.

Já a representante Beta mora no bairro há cinquenta anos e conta que sua família veio do Estado de Minas Gerais para morar no Paraná. Atualmente em sua casa moram ela e seu marido, dois filhos e quatro netos, exceto as quatro crianças, as demais pessoas trabalham e colaboram com a renda familiar. A representante Beta destaca que trabalhava em uma escola infantil como cozinheira. Pediu demissão recentemente, estando ainda se reestruturando e se reorganizando por conta da mudança de rotina. Relata que seu trabalho é com plantas, produz mudas e as vende na feira do Tanguá. Além da feira, a representante Beta destaca que possui outros clientes que já compram suas plantas há muitos anos e em outros municípios além de Almirante Tamandaré. Diferente das outras feirantes, a representante Beta tem uma situação econômica mais confortável, pelo fato de o restante da família colaborar com a renda da casa, podendo reverter o lucro das suas vendas para seu desenvolvimento pessoal e profissional, melhorando a sua prática com as plantas. Em suas palavras *“É tudo para reinvestir, para poder estar sempre com novidades, para poder levar”* (Representante Beta).

No que se refere a representante Delta, ela vive no Tanguá há 24 anos. Mora apenas com o marido, que atualmente faz tratamento médico por problemas renais, todo o tratamento da hemodiálise é feito em casa pela artesã com instrumentos e medicações que retira no posto de saúde. A situação de saúde do marido faz com que a representante Delta não possa priorizar a participação na feira e nem em outros grupos. A artesã conta que produz crochê, artesanatos em garrafas, laque de latinhas e outros produtos que possam ser reaproveitados. Relata que aprendeu seu ofício por obrigação

familiar, mas que gosta do que faz e que representa uma terapia para ela, que produz tudo em sua casa.

FIGURA 10: ARTESÃS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO



Fonte: A autora

A feira conta com, aproximadamente, mais sete feirantes, sendo que, diferente das entrevistadas, nem todas participam todos os sábados. Dentre os outros produtos comercializados estão bolachas e bolos caseiros, utensílios para pet feitos artesanalmente, produtos de decoração e brechó.

Mesmo a feira não tendo uma coordenação e a tomada de decisão ocorrendo de forma coletiva, algumas feirantes exercem um papel de maior influência sobre as outras. Uma das feirantes mais antigas, a representante Gama é uma das grandes influenciadoras das demais participantes, porém muitas vezes sua influência é negativa, no sentido de achar que as inovações não vão dar certo ou que ideias novas são desnecessárias.

Segundo Pauli, Bender e Zanela (2013) o trabalho em equipe possui muitos desafios, entre eles, o de favorecer com o espaço e a interação de cada um dos participantes. Em empreendimento solidários, o desafio aumenta

quando considerada a responsabilidade de cada sujeito no desenvolvimento de sua liderança. Um grupo, onde as responsabilidades são distribuídas, descentraliza o poder e espera-se que cada indivíduo se reconheça enquanto dono/sócio e desenvolva as competências necessárias conforme as demandas do empreendimento. Desta forma atividades autogeridas são democráticas, porém atividades de natureza coletiva não esgotam as possibilidades da emancipação humana, uma vez que os vínculos sociais são híbridos, composta de frações diversas de altruísmo, pragmatismo e utilitarismo (LISBOA, 2005).

É possível analisar no empreendimento do Tanguá como esses elementos descritos por Lisboa são dosados nas relações entre as pessoas em seus grupos de afinidade e no coletivo geral. Percebe-se que entre as feirantes mais antigas há uma dose de altruísmo mais intensa e se desdobra num discurso de luta para que a feira cresça e colabore com o desenvolvimento do Tanguá e como isso só será possível com uma construção coletiva. Os membros flutuantes se utilizam de fortes doses de utilitarismo, uma vez que participam apenas para suprir necessidades individuais de renda e em nada colaboram com o desenvolvimento do empreendimento. Os feirantes mais recentes complementam doses de altruísmo e pragmatismo quase que em uma mesma medida, pois apesar de concordarem com a ideia do crescimento da feira e participarem dessa construção, veem isso mais como uma forma de ganho individual do que coletivo.

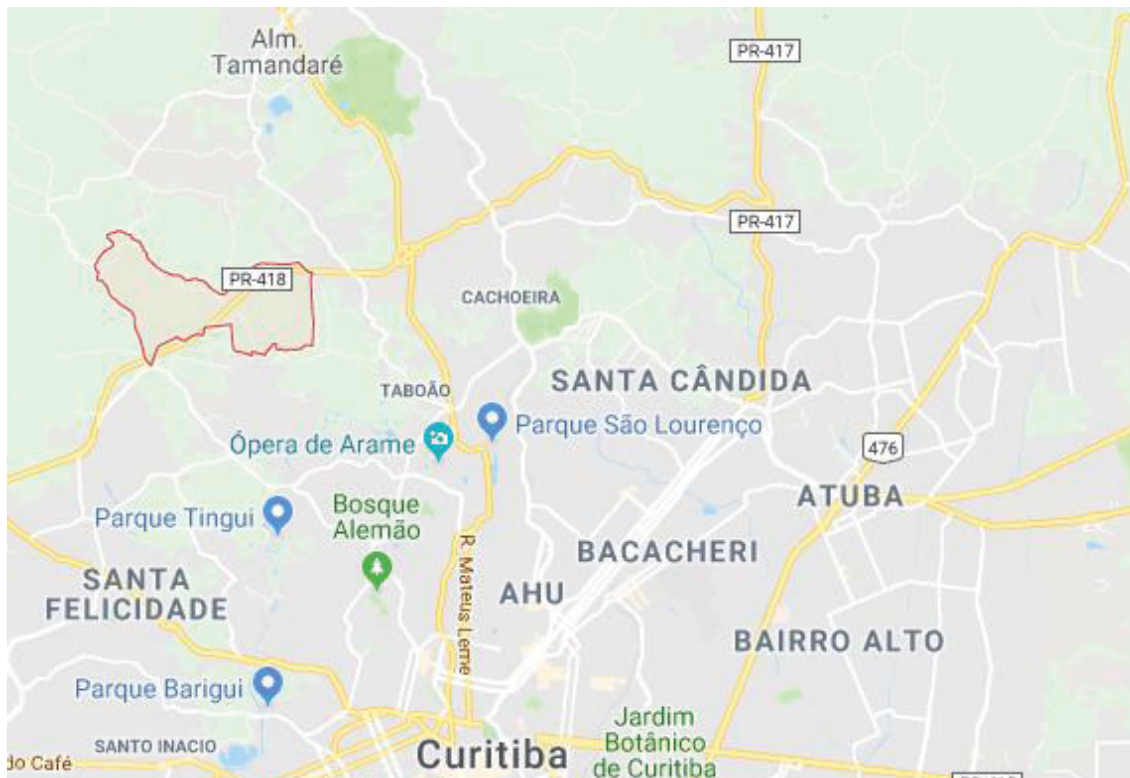
4.5 RELAÇÃO DOS ATORES DO EMPREENDIMENTO COM O TERRITÓRIO

O território pesquisado é composto pelo município de Almirante Tamandaré, parte da região metropolitana de Curitiba (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2016). Conforme mencionado anteriormente, o bairro Tanguá fica em uma região afastada do restante da cidade Almirante Tamandaré, gerando uma sensação de isolamento por parte dos moradores.

Os moradores do bairro comentam que é mais fácil ir para Curitiba resolver questões de ordem médica, consumo e lazer do que para Almirante Tamandaré, o que pode gerar uma falta de pertencimento com a região onde

moram. No mapa abaixo é possível verificar o bairro Tanguá destacado e a sua posição distante do centro de Almirante Tamandaré.

FIGURA 11: MAPA DO BAIRRO TANGUÁ



Fonte: Mapa Satélite Paraná, acessado em abril de 2018 (<https://mapasapp.com/satelite/parana/almirante-tamandare-pr/5746-tangua/>)

Diante das características espaciais do território pesquisado a representante Gama reforça tal percepção da dificuldade de acesso ao município de Almirante Tamandaré:

[...] O (centro) de Tamandaré é uma viagem, o ônibus que faz aqui Tanguá - Tamandaré ele tem de manhã, acho que três horários e aí a tarde. Quer dizer, durante o dia não existe. Se você precisa ir para o centro de Tamandaré, lá para prefeitura, apra alguma coisa, tem que ir até o Centro (Curitiba) para ir por lá, porque por aqui só de manhã cedinho e à tardinha. (Representante Gama)

As entrevistadas expuseram como foi a chegada no bairro Tanguá, com relação a infraestrutura encontrada. A representante Gama, que mora no bairro há 23 anos, conta que para chegar até o ponto de ônibus mais próximo era necessário caminhar por mais de 5 Km. As condições de deslocamento são

difíceis em função da falta de ônibus, das poucas condições de infraestrutura local, como de estradas. Tal constatação é corroborada pela fala a seguir:

Não tinha linha ônibus, tinha que ir até a Cruz do Pilarzinho para pegar ônibus. Era tipo uma estradinha de chão. Quando eu vim, a minha rua não era asfaltada, era terra. Aí depois, acho que uns 15 anos foi feito asfalto na rua. (Representante Gama)

Além da dificuldade de acesso com relação ao transporte público, a representante Gama também destaca a pouca presença do setor público no bairro, principalmente com o cuidado das estradas e vias públicas. A representante Gama contou sobre a situação dos arredores em que mora:

Tinha só o vizinho da esquina, que era dos mais antigos aqui dessa região [...] Aí nós compramos aí começamos a limpar os terrenos, aí veio minha cunhada, o vizinho de baixo. Mas essa quadra era só mato. Era complicado, mas agora está melhor. (Representante Gama)

Dentre os marcos importantes de desenvolvimento do bairro, a representante Gama destacou como principal a chegada do asfalto até a rua onde mora, destaca a luta da conquista enfrentada *“O asfalto foi uma luta, porque a gente fez um acordo com uma empreiteira com a prefeitura intermediando”* (RESEPRESENTANTE GAMA). A luta a qual se refere foi devido, segundo explicou, aos acordos firmados entre moradores e empreiteira *“Nós que pagamos o asfalto. Era para pagar, quando tivesse na metade eles começariam a obra. A gente já estava terminando e nada. Ele alegou que tinha alguns inadimplentes que não tinham pago”* (RESEPRESENTANTE GAMA). Além do asfalto lembrou da evolução da infraestrutura do bairro e equipamentos públicos que foram reivindicações que os moradores fizeram coletivamente:

[...] Aí também outra melhoria que me lembro foi quando veio os mercados [...] Que a gente não tinha, só tinha lá na cruz (Cruz do Pilarzinho - Curitiba - aprox. 5 Km de distância). [...] Quando veio a farmácia. Aí depois veio o posto de saúde. O posto de saúde tinha um médico que atendia numa salinha, numa casa ali que cedia uma sala. [...] Então foi isso em questão das melhorias, foi o asfalto, o mercado, a farmácia, o posto, que depois eu passei a usar. (Representante Gama)

Sobre a relação com a prefeitura, destaca que *“Aparecem bastante na época de eleição, aparece todo mundo, mas fora isso é difícil”* (RESEPRESENTANTE GAMA), essa visão negativa da administração

municipal é reforçada quando há necessidade de acesso aos serviços prestados à população, conforme trecho destacado:

[...] É complicado. Meu marido há dois precisava da cirurgia de vesícula, [...] Conseguiram uma visita em Campo Largo, aí lá ele foi pela consulta e já foi agendado e já fez a cirurgia, mas tive que brigar. É complicado, na parte da saúde, as vezes fica, eu mesma agora to há 2 anos esperando retorno com o reumatologista. Eu trato fibromialgia, então preciso do acompanhamento e eu to esperando.

Tem outras também, você vê, tem tantas ruas por aqui há tantos anos que já deveria estar asfaltada. Tem gente que tem rua por aqui, a da lateral da casa da Zilda mesmo, diz que eles já pagaram. (Representante Gama)

Aí sempre é assim porque não tem dinheiro, agora a questão é que a administração anterior deixou falido né. Então aí tudo o que você busca é isso, a resposta que tem, aí a gente tem que correr, quando precisa, quando aperta tem que ir atrás. (Representante Gama)

As representantes pesquisadas demonstram que há necessidade de buscar garantir seus direitos. Quando questionadas sobre os problemas que o bairro enfrenta, a representante Gama destaca a questão da segurança pública, dos calçamentos, do horário de atendimento no posto de saúde e o acesso ao armazém da família:

[...] Eu acho que a prefeitura deveria fazer, ao invés de centralizar tipo um armazém da família como eles tem lá, tava fechado não sei se abriu, eu acho que já seria de se pensar de montar um por região. O Tanguá é mais afastado, mas é grande, então que montasse um aqui. Montasse um lá pra cima no Lamenha e pegar aquela região e ir distribuindo.

[...] Na parte de incentivar o pessoal a trabalhar, uma cooperativa uma coisa assim eu acho que seria bom se fosse montado.

O empreendimento social do Tanguá tem uma vantagem com relação ao atendimento de suas demandas, por conta da relação estabelecidas com representantes da prefeitura. O fundador da feira, mora no bairro e atualmente trabalha no CRAS e na Associação de moradores e tem uma relação bem próxima com as feirantes, mesmo que não esteja mais coordenando o empreendimento, se diz sempre atento às demandas das feirantes. Outra pessoa importante neste processo é secretário de educação do município, que foi um dos facilitadores do time de anfitriões do curso de extensão de empreendedorismo social, curso que deu o pontapé inicial para a formação do empreendimento social, este representante da prefeitura conhece de forma profunda as demandas do território e por meio da secretaria que coordena e da

influência que tem sobre políticas públicas do município tem grande alcance para atender as demandas do Tanguá.

O espaço da feira se caracteriza também como um espaço de discussão sobre diversos temas, como relatou a representante Alfa “*Isso aqui as vezes parece uma terapia*”, onde comenta que além dos integrantes da feira outros moradores do bairro falam sobre suas angústias e demandas, não só pessoais, mas sobre a vida e as dificuldades do Tanguá. Na ocasião da visita do prefeito ao bairro e à feira, as empreendedoras destacaram suas dificuldades com relação à infraestrutura e seus projetos para a feira, que inclui sua ampliação. Paralelamente a esta aproximação, a prefeitura, por meio da secretaria de agricultura retomou o movimento das feiras livres da cidade, convidando-as a participar de feiras em outros pontos da cidade.

Pelos relatos o espaço da feira proporciona discutir sobre assuntos que anteriormente não eram falados, tendo a dimensão das necessidades das outras pessoas e formulando estratégias para se mobilizarem em torno do que precisam.

4.6 AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA ECONÔMICA

A autonomia, entendida como "a capacidade das pessoas para tomar decisões livres e informadas sobre suas vidas, de forma a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos no contexto histórico que se faz possíveis" (CEPAL, 2011a, 2016), é um fator fundamental para garantir o exercício dos direitos humanos em um marco de plena igualdade e, em consequência, uma condição para a superação das injustiças das mulheres. A autonomia se converte em um elemento central para alcançar a igualdade - direito humano fundamental - e em uma pré-condição para que as mulheres atuem como sujeitos plenos do desenvolvimento (CEPAL, 2016).

A autonomia econômica, nesse contexto, é essencial para que as mulheres possam prover seu próprio sustento e decidir por suas próprias vidas (MMM, 2010). Ela independência financeira e geração de renda, bem como a autonomia para realizar escolhas. É preciso que as mulheres tenham liberdade e condições favoráveis para escolher sua profissão, planejar seu futuro, ter tempo para o lazer e para se qualificar.

A partir das entrevistas e da observação participante, percebeu-se que a autonomia pautada pela Cepal (2016) como a capacidade das mulheres em gerar renda própria a partir do acesso ao trabalho remunerado em igualdade de condições com os homens, ainda está em situação de desequilíbrio na condição familiar e social das mulheres que fazem parte do empreendimento social do Tanguá. Segundo os relatos das participantes da feira, a situação familiar, grande parte gerada por doenças ou dificuldades de seus maridos, e que elas entendem que culturalmente faz parte da posição delas de esposas resolverem, faz com que elas não priorizem sua participação e trabalho na feira.

Conforme explica a Cepal (2016) existe uma grande diferença na carga horária de trabalho não remunerado entre homens e mulheres e as políticas que promovem acesso das mulheres a posições formais de trabalho e tomada de decisões sobre sua própria vida, podendo ter como consequência uma diminuição na carga horária de seu trabalho não remunerado. Dessa forma, essas políticas só poderão ter resultados positivos se vierem acompanhadas de divisão de tarefas e corresponsabilidade entre homens e mulheres dentro do lar. Caso contrário, tais desigualdades não poderão ser superadas. Reconhece-se que essa é uma mudança geracional.

O que é possível perceber na situação familiar das feirantes do empreendimento do Tanguá é que essa desigualdade ainda não foi superada. Em muitas entrevistas que foram realizadas nas casas das integrantes da feira, os esposos se mantiveram no mesmo local e, por vezes, respondendo questões destinadas as suas esposas, sendo possível perceber a questão do espaço simbólico da fala no contexto familiar.

4.7 AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NA TOMA DA DE DECISÕES E PARTICIPAÇÃO

No que se refere a autonomia da tomada de decisões destaca-se que aquela presença das mulheres nos distintos níveis dos poderes do Estado e às medidas orientadas a promover sua participação plena e em igualdade de condições nestes espaços e nos espaços de direção e organização dos empreendimentos solidários.

Segundo a fala do Representante da prefeitura, a finalidade e os meios de divulgação dos espaços de participação popular estão sendo repensados para que possam atingir mais moradores da cidade. Ele explica também, que segundo a visão da gestão municipal atual “*Almirante Tamandaré se constitui historicamente nas pessoas não buscarem seus direitos, foi sempre recebido o básico do básico*” (REPRESENTANTE DA PREFEITURA). Essa visão é corroborada pela fala das feirantes que quando questionadas sobre os espaços de participação e controle social não conheciam nenhum espaço de participação da população nas decisões sobre o bairro ou sobre as ações do governo municipal.

“Muitas vezes a gente nem toma conhecimento. Também vai se acomodando no seu canto e também esse negócio de grupo [...] Eu participava mais das reuniões do colégio, quando só filhos estudavam aqui, mas era complicado, ninguém falava, aquilo só fervia e não se resolvia nada. Então isso também deixa você desmotivada, vê que não adianta, você vai dar sua ideia, vai falar e não vê nada, não vai pra frente”. (Representante Gama)

“Aqui tem uma associação de moradores, mas não sei como funciona. [...] Não tem divulgação, não sei o que eles fazem também, não posso te dizer nada disso”. (Representante Beta)

As falas das feirantes corroboram com a fala do representante da prefeitura quando comenta que as pessoas não buscam seus direitos, no Tanguá isso se revela na percepção das pessoas nem saberem quais direitos podem ser buscados, que em partes pode ser explicado pelo baixo nível de escolaridade e pela própria passividade que os moradores demonstram em conhecer melhor as associações do bairro ou mecanismos que os façam ter uma voz mais ativa na administração pública. Tomam uma posição mais ativa em direção a efetivação de seus direitos quando estes estão sendo violentamente violados, como falta de tratamento médico, conforme citado por uma feirante, ou o exemplo de outra empreendedora que citou a luta pelo asfalto.

A estratégia da prefeitura de Almirante Tamandaré, segundo os representantes entrevistados é de dar visibilidade às conferências, conselhos e temas problemáticos da cidade, com eventos grandes para que as pessoas comecem a olhar e falar sobre o tema abordado. “*É aí começa o movimento para trazer as pessoas para pensar o desenho da política*” diz o representante

da prefeitura. O representante pesquisado comenta que já é possível vislumbrar resultados positivos, uma vez que a participação e espaço de fala das pessoas aumentou, como por exemplo o conselho do idoso do Tanguá. As feirantes citaram algumas vezes o presidente do Conselho do Idoso como uma ponte entre as necessidades dos moradores do bairro e o poder executivo do município. Gohn (2001) explica que movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Em ações concretas a economia solidária enquanto movimento social tem o caráter de mobilização de ações coletivas expressadas, principalmente, no Fórum brasileiro de economia solidária. Tal perspectiva corrobora com os estudos e pesquisas apontados na literatura que tem demonstrado que a maior inserção da sociedade no processo político é uma das saídas para a crise de representatividade das democracias, de onde surge uma tendência de reavaliar o peso do elemento argumentativo no interior do processo deliberativo (AVRITZER, 2000; GOHN, 2001).

Existe também uma questão de representatividade das mulheres no poder público municipal, que dificulta as entradas de pautas femininas nas políticas da cidade. Segundo o portal ODS no município, em 2016, apenas 30,19% das candidaturas para a Câmara de Vereadores eram mulheres. A proporção de mulheres eleitas para a Câmara de Vereadores no município foi de 6,67%. Em 2014, no estado, foram eleitas: 3 deputadas estaduais (5,56% do total de eleitos), 2 deputadas federais (6,67% do total de eleitos) e nenhuma senadora (0% do total de eleitos).

O que foi possível concluir, tanto com tal aproximação das feirantes, principalmente, com o processo de incubação da Trilhas PUCPR, quanto com a aproximação com a prefeitura, é que as feirantes começaram a falar de assuntos que anteriormente não entravam em pauta.

Dessa forma, ainda que neste momento o grupo não ocupe lugares de tomada de decisões no município ou nem promova proposições nos espaços de conselhos e conferências a partir deste trabalho elas tomaram consciência dessas possibilidades.

4.8 PERCEPÇÃO DAS MULHERES SOBRE AS POSSIBILIDADES DA CONTRIBUIÇÃO DO EMPREENDIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

A partir da concepção de DTS que incorpora o resgate da versão originária do conceito de ecodesenvolvimento, que segundo Sachs (2007) designava um novo estilo de desenvolvimento e um novo enfoque (participativo) de planejamento e gestão, que combinava postulados éticos, a saber: atendimento de necessidades humanas fundamentais (materiais e intangíveis), promoção de autoconfiança (self-reliance) das populações envolvidas e cultivo da prudência ecológica (VIEIRA, 2006; SACHS, 2007). Somando-se a essa concepção as contribuições da abordagem territorial do desenvolvimento, nela incorporando o papel determinante das relações de proximidade entre os atores locais e do potencial do desenvolvimento endógeno (PECQUEUR, 2006).

Diante do contexto teórico acima descrito, na relação da feira com o território, havia a intenção de uma integração entre a feira e os estabelecimentos comerciais locais, mantendo uma relação mais próxima com a comunidade local, aproximando-se do que Pecqueur (2006) caracteriza como proximidade geográfica com potencial para o desenvolvimento endógeno. O representante Alfa destaca uma das suas ideias de realizar essa integração, mas que gerou algumas dificuldades, pois acreditava que nem todos têm o sentido de solidariedade, ou seja, nem todos desejam compartilhar ônus e bônus do trabalho coletivo.

“Minha ideia inicial era justamente assim: o cliente quando chegava na feira, a cada 20 reais em compra ele ia ganhar um corte de cabelo no cabeleireiro local, ia ganhar, sei lá, 10% de desconto no material de construção, ia ganhar brindes gerados pela própria comunidade, essa era a ideia inicial, só que a adesão da comunidade não foi aquela que eu gostaria que fosse, então uns ajudaram outros não. Então, no começo funcionou, mas depois acabou morrendo essa ideia inicial. Ia ser excelente” (Representante Alfa).

“A cada 20 reais em compra na feira, independente da barraca, você concorreria, você preencheria um cupom que dava direito a concorrer a um sorteio de um desses brindes. Sensacional a ideia né, foi uma pena que os próprios comerciantes não foram tão a favor” (Representante Alfa).

“Acho que é porque eles tiveram um pouco de receio de tirar o movimento deles, ou egoísmo, eu não entendo ainda o ser humano

é um pouco complicado, não são todos que tem um pensamento de solidariedade” (Representante Alfa).

As falas acima destacadas demonstram que, neste momento, o trabalho individualizado, os ganhos individuais, acabaram por prevalecer em detrimento do coletivo. Porém as feirantes vislumbram outras formas de interação com o bairro, principalmente por meio de intervenções educativas. Relatam uma das ideias de trabalho conjunto com o CRAS que atende a região, a ideia é participar enquanto facilitadora de oficina de artesanato para o grupo de idosos e que os idosos tenham sua própria barraca na feira para venderem sua produção. Outra feirante relatou sua vontade de ensinar outras mulheres, principalmente, adolescentes a fazerem artesanatos, pois segundo ela além de uma fonte de renda também serviria com uma ocupação para esta faixa etária que não tem opções de educação e entretenimento no bairro.

4.9 POTENCIALIDADES PARA ATUAÇÃO

Durante a pesquisa as feirantes expuseram seus desejos para atuação e ampliação da feira e os representantes do poder público demonstraram de que forma neste momento podem apoiar no atendimento dessas demandas. No quadro de possibilidades de atuação e expansão da feira descritos pelos entrevistados foram apresentados alguns desafios para que o trabalho da feira se realize. Assim, nesta seção são descritos os sonhos das feirantes, as possibilidades que visualizam para melhoria do seu trabalho e as possibilidades que o poder público poderá encontrar para atuação conjunta em prol da qualidade do Tanguá.

A representante Gama declara que há demandas das feirantes relativas a melhorias dos equipamentos urbanos locais, como estradas, por exemplo. O representante do poder público relata que a pavimentação do espaço onde as feirantes montam suas barracas está sendo providenciada, que inclusive vai retirar a academia ao ar livre que fica ao lado do espaço delas para que aumente a visibilidade do empreendimento.

“(...) o que eu gostaria, é que nem eles prometeram ali de fazer pavimentação e que mais gente entrasse né, mais feirantes. Eu não tenho aquele medo da concorrência, porque eu tenho os meus clientes que já se formou, tem um senhorzinho que vem lá de perto

da cruz do Pilarzinho [bairro de Curitiba, que fica há 5km de distância] todo sábado de moto, um senhor de idade, buscar o pão” (Representante Gama).

FIGURA 12: REPRESENTANTE GAMA



Fonte: A Autora

Na imagem é possível verificar a academia ao ar livre para o onde o representante da prefeitura pretende adequar a estrutura para colocar a feira, o que daria uma maior visibilidade ao empreendimento e um espaço próprio para isso sem ter que ficar competindo com carros e outros elementos conforme também é possível verificar na fotografia.

Além disso, as feirantes têm buscado ampliar o número de mulheres que participam da feira, por meio de convites as artesãs que moram no bairro, insistindo mesmo com as respostas negativas que recebem. Segundo elas a falta de interesse se deve ao fato das pessoas não acreditarem que o empreendimento vai dar certo, portanto a permanência delas todas as semanas nos últimos dois anos é, também, uma forma de resistência e de mostrar que investir o tempo na construção de um empreendimento social traz retorno tanto para elas individualmente, com o lucro das vendas, mas também com o reconhecimento da qualidade do trabalho realizado, além de ser uma forma de movimentar as pessoas deste território de outros territórios que vem até a feira para adquirir seus produtos.

No que se refere a atuação na feira a fim de colaborar com o desenvolvimento do bairro, as feirantes encontram possibilidades de atuação em conjunto por meio de equipamentos públicos locais, como o CRAS para dar formação, na ideia inicial da representante Beta ao grupo de idosos, mas que a representante Gama, acredita que pode ser estendido a outras pessoas que se interessarem por aprender a fazer artesanato.

“(...) eu acho que eles deviam, que nem o CRAS incentivar o pessoal a trabalhar mais nessa área da economia [...] uma noção de fazer alguma coisa, trabalhar, não ficar acomodado” (Representante Gama).

“(...) deveria ver com o pessoal, eles dão uma mão para quem está com uma situação muito complicada, mas tentar ver se aquelas pessoas também não podem fazer alguma coisa, eles não podem dar um curso, que nem a gente que sabe fazer um crochê, alguma coisa, ir lá e ensinar e aquelas pessoas também trabalhar, aprender a trabalhar, fazer alguma coisa, montar uma cooperativa, alguma coisa de artesanato e daí ter uma banca na feira” (Representante Gama).

Um dos representantes da prefeitura falou sobre o incentivo dado para que as feiras livres sejam itinerantes, instalando pontos de luz nos sete pontos de feira da cidade e calçamento adequado para a instalação das barracas. Incentivando que todos os feirantes façam parte de todas as feiras do município, ou seja, cada dia da semana estejam comercializando seus produtos em um bairro diferente, oportunizando um maior ganho para todos.

“(...) é que eles só vivem, eles vivem disso né, então para eles se eles estiverem na feira todos os dias, que eles possam vender todos os dias, melhor né. (...) já tem um ofício pedindo um ponto de luz para eles, que vai ser um postinho da prefeitura padrão da prefeitura, que eles não vão precisar pagar luz” (Representante da Prefeitura).

Sobre o incentivo que a prefeitura está dando aos feirantes do município, conforme descrito acima, um dos representantes entrevistados destaca que o número de feirantes tem aumentado.

“(...) nós tivemos um aumento grande nas feiras e uma diversidade também muito maior certo, então isso está nos ajudando, porque estava totalmente abandonada [...] E a gente conseguiu, devagar está recuperando e vamos recuperar muito mais. [...] a gente está recuperando as estradas, melhorando os pontos de luz que... não tinha ponto de luz gente. [...] Isso, que a gente fez isso aqui já para mostrar para o pessoal aí, pra começar, pra melhorar, mas está

dando resultado já, pode ter certeza disso, nossa parte nós estamos fazendo, tenho certeza” (Representante da Prefeitura).

A representante Beta acredita que com esses incentivos da prefeitura outros feirantes poderiam se interessar e aderirem ou voltarem a fazer parte da feira.

“Agora com a vinda do prefeito, que ele queria fazer... queria cadastrar as pessoas da feira, queria melhorar aquele pedaço ali para nós, a gente mandou recado para todo mundo, mas só que só 2 pessoas voltaram no sábado” E mostra-se animada com as promessas que foram feitas por parte da prefeitura para dar soluções para a infraestrutura do local “Olha, eu me animei. Me animei mesmo, que ele falou que é para gente cobrar” (Representante Beta).

O morador que fundou a feira, representante Alfa, destaca que mesmo com as dificuldades de cada feirante e de adequação das condições de infraestrutura local (não execução de inúmeras ações por parte dos governos locais), a feira está dando certo e promovendo solidariedade, trabalho e renda para muitas mulheres do Tanguá.

“(...) apesar das dificuldades, apesar de agente ver que muitas coisas poderiam ser feitas pela... pelos governantes, apesar de tudo isso aí eu ainda acredito que as coisas podem dar certo. Acredito que se eles se unirem realmente eles podem voar, chegar a ser uma feira da praça Osório [praça no Centro de Curitiba]. Podem ser, acredito que podem, isso depende deles também, depende deles buscarem mais capacitação, buscarem se unir mais porque sempre é possível melhorar. Acredito que esse lugar ainda vai para frente” (Representante Alfa).

Neste estudo observou-se os entrevistados têm um sonho comum em relação ao futuro da feira que está ligado à sua expansão por meio do aumento do número de feirantes. A expansão da feira possibilitaria que mais pessoas tenham seus saberes valorizados e transformados em renda, permitindo a melhora da qualidade de vida local.

Portanto, a partir das falas descritas e da observação foi possível perceber que há diversos recursos específicos da região(PECQUER, 2001) com potencial de transformarem-se em ativos que colaborem com desenvolvimento das feirantes e da região, como por exemplo, o próprio aquífero enquanto ativo ambiental importante da região, a identidade própria do saber fazer local, artesãos com potencial de fazerem parte do

empreendimento, o apoio que o poder público vem despendendo para a melhoria das feiras da cidade. Outro potencial emergente a partir de ações da prefeitura. O apoio à ampliação da visibilidade dos conselhos, conferências e espaços de discussão sobre as questões e demandas dos moradores do município. Segundo representante da prefeitura “*Com os mutirões estamos ensinando o valor da parceria*” (REPRESENTANTE DA PREFEITURA).

Nos relatos as feirantes demonstram entender o valor das parcerias e potencialidade que isso gera no trabalho da feira, mas ainda estão numa posição passiva com relação ao estabelecimento destas parcerias. As parcerias com os comércios locais acabaram, depois que o representante Alfa, fundador da feira, saiu da coordenação do empreendimento. Nenhuma das mulheres frequenta com assiduidade alguma igreja, porém deixaram panfletos lá para serem entregues aos fiéis. Com a prefeitura, até o momento, o que houve de concreto foi a elaboração e impressão de materiais de divulgação, conforme imagem a abaixo

FIGURA 13: MATERIAIS GRÁFICOS DISPONIBILIZADOS PELA PREFEITURA



Fonte: Secretaria de Agricultura de Almirante Tamandaré

Nestes últimos dois anos de trabalho na feira do Tanguá outras redes foram sendo descobertas pelas feirantes, como a Associação de idosos do Tanguá e as associações de bairro. Porém, não foi realizada nenhuma parceria por enquanto.

A estratégia de aproximação da prefeitura com os moradores utiliza das redes de divulgação já bem estabelecidas como as Igrejas e lideranças

comunitárias para divulgar as ações, ou seja, uma forma já institucionalizada de busca pelas pessoas.

4.10 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O empreendimento social do Tanguá responde, atualmente, a uma parte das demandas das mulheres, ligada a autonomia econômica, pois devido à condição de fragilidade socioeconômica vivida na região, o avanço para outras questões necessita de mais tempo para serem aprofundadas. Em empreendimento, que tem apenas dois anos, ainda não consegue responder a questões da autonomia de tomada de decisões, nem na questão mais micro da feira, nem numa questão mais macro de participação da administração pública municipal. Na perspectiva micro, relacionada a tomada de decisões na feira, a prática da autogestão ainda não é efetiva, tendo sido feitas tentativas que não foram adequadas ao grupo. Na perspectiva macro de participação social no município, os meios pelos quais isso pode acontecer, como a participação nas associações de bairro, conselhos e conferências municipais, eram até então desconhecidos das mulheres, iniciando a partir do movimento da feira a aproximação e discussão sobre isso, sendo que ainda se encontra em um estágio muito inicial.

A fragilidade socioeconômica das participantes do grupo, bem como uma postura, a princípio, de passividade e estranhamento diante de situações novas, como a incubação da Trilhas, a aproximação da prefeitura estabelece limites tanto para impulsionar a autonomia das mulheres quanto para que empreendimento liderado por elas tome proporções de colaboração com o desenvolvimento do bairro.

Atravessando este primeiro momento de estranhamento e resistência às novidades, a maioria das mulheres mostra em seu discurso a vontade de lutar pela melhoria da região e que acreditam que o empreendimento, por meio de parcerias com equipamentos públicos e outros comerciantes da região, pode colaborar com o desenvolvimento sustentável do Tanguá. Além do discurso, elas reúnem diversas ideias de como isso pode acontecer, como por exemplo, a formação que elas podem dar para diversos públicos do bairro para que estes

também se tornem, posteriormente, membros do empreendimento. A iniciativa para que estes planos ganhem corpo ainda está deficiente.

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES

Neste trabalho procurou-se avaliar qual o potencial dos empreendimentos de economia solidária em ampliar os espaços de participação e autonomia das mulheres nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. A partir da apresentação dos fundamentos epistemológicos e da estrutura conceitual-teórica do enfoque de *desenvolvimento territorial sustentável (DTS)*, economia solidária e autonomia das mulheres, num primeiro momento ofereceu-se uma síntese daqueles fatores condicionantes da formação do bairro e do empreendimento social procurando responder: Quais os fatores condicionantes do surgimento do empreendimento social do Tanguá e suas principais características?

Observa-se que historicamente Almirante Tamandaré se constitui enquanto cidade dormitório da cidade vizinha, a capital do Estado, Curitiba. O bairro de Tanguá tem o agravante de ser isolado geograficamente do restante da cidade, fazendo com que seus moradores estabeleçam laços profissionais, buscando consumo, lazer e serviços em Curitiba. O pouco investimento do poder público no território, bem como as condições geográficas, inerente, principalmente, a existência do aquífero karst, agravam a situação de abandono e vulnerabilidade social. Outro aspecto importante a se considerar acerca do território pesquisado é a existência de restrições ambientais em função do Aquífero Karst¹⁴, que está na área de abrangência do município. Tal fato impossibilita que algumas indústrias se instalem na região.

Tendo em vista esse contexto de vulnerabilidade e falta de acesso a direitos básicos, a população busca por alternativas que consigam estabelecer um nível adequado de qualidade de vida. Devida a essas restrições do território, a partir de um curso de extensão da PUC/PR um representante da região que havia realizado o curso resolveu unir os artesãos do bairro para realizar uma feira de economia solidária, com intuito de mobilizar os moradores do bairro para resolver problemas que eram comuns no local, como por exemplo a baixa empregabilidade, dificuldade de deslocamento, baixo nível de renda da

¹⁴ Geologicamente, o Aquífero Karst origina-se das duas formações geológicas que faz parte denominadas Capiro e Itaiacoca, que são constituídas por rochas frágeis (os calcários) e por outras mais resistentes (os filitos e quartzitos).

população, dentre outros. A feira do Tanguá estabelece um vínculo entre atividade produtiva e o desenvolvimento do bairro.

Num segundo momento buscou-se avaliar como a dinâmica e característica do empreendimento de economia solidária do Tanguá contribuiu para o fortalecimento da autonomia das mulheres na região pesquisada a partir da concepção de autonomia da CEPAL. Em seus documentos, a CEPAL define três dimensões de autonomia das mulheres, a autonomia econômica, física e de tomada de decisão. Nesta dissertação focaram-se nas dimensões econômicas e de tomada de decisão.

Nas dimensões econômicas e de tomada de decisão o empreendimento do Tanguá mostrou-se como um espaço importante para discussões que anteriormente não era comum na vida das mulheres que participam do empreendimento. A autonomia econômica não alcança até o momento os níveis que a Cepal apresenta como importante, principalmente, em função da grande demanda doméstica e familiar das feirantes, sendo esse um dos fatores que as impede de dedicar mais tempo e energia no empreendimento.

Na dimensão da tomada de decisões, que neste estudo também se vincula a uma das premissas da economia solidária que é a autogestão, verifica-se que o empreendimento está em fase de amadurecimento. O trabalho realizado a partir das provocações da pesquisa e do acompanhamento, por um período, da incubadora social Trilhas, motivou as mulheres a participarem de Fóruns de economia solidária e de discutirem seus processos de tomada de decisão e gestão. Os mecanismos e formas de gestão do empreendimento já passaram por diversos momentos. No momento atual há decisões tomadas coletivamente, em especial as ligadas à infraestrutura da feira, mas há que são tomadas individualmente, os lucros, por exemplo, são individuais. Assim, reconhece-se que não há no empreendimento autogestão, conforme as diretrizes da literatura sobre o tema (LISBOA, 2004; SINGER, 2002). Há uma tentativa de compartilhamento de soluções para as atividades da feira. Em certa o que predomina é a solidariedade (LISBOA, 2005), mas não no âmbito dos rendimentos.

Num terceiro momento procurou-se sintetizar quais foram os principais limites e potencialidades do empreendimento de economia solidária do Tanguá como impulsionador da autonomia das mulheres no contexto do DTS. A partir

das discussões sobre a forma de gestão da feira, a participação em outros grupos de economia solidária, bem como de outras feiras do município, fez emergir das artesãs diversas ideias de desenvolvimento para a feira e para o do Tanguá, como parcerias com o poder público e com os outros comerciantes do bairro.

Muito se relatou sobre os sonhos que permeiam a vida dessas mulheres em relação ao local em que vivem e como o trabalho que desenvolvem pode colaborar para visão inovadora acerca do trabalho e da economia no âmbito local (VIEIRA, 2006; LISBOA, 2004). A aproximação com a prefeitura, realizando melhorias na infraestrutura do local da feira, material de divulgação e o incentivo à participação dos demais locais de feira da cidade, fez com que muitas reavivassem seus sentimentos de esperança. O ponto negativo dessa aproximação é que ela se estabeleceu apenas no discurso, pouco de concreto foi realizado. Uma das limitações das feirantes está no pouco tempo dedicado à inovar seu trabalho na feira, as demandas familiares e de trabalhos formais fazem com que o empreendimento de economia solidária fique em segundo plano.

No que se refere aos principais obstáculos e potencialidades do empreendimento de economia solidária de Almirante Tamandaré como impulsionador da autonomia das mulheres no contexto do DTS tem-se no quadro a seguir uma breve descrição:

QUADRO 10: OBSTÁCULOS E POTENCIALIDADES DO EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO IMPULSIONADOR DA AUTONOMIA DAS MULHERES NO CONTEXTO DO DTS

	Componentes	Obstáculo	Potencialidade
Autonomia	Autonomia econômica	Não adesão às outras feiras do município Demandas domésticas e familiares Autoestima baixa	Satisfação com o trabalho Potencial de aprender e se reinventar enquanto grupo
	Autonomia de tomada de decisões	Demandas domésticas e familiares Não se sentem pertencentes aos locais públicos de deliberação, como conselhos, conferências e fóruns Autoestima baixa	Potencial de liderança de grande parte das feirantes Aproximação da prefeitura, a princípio, para questões de infraestrutura, podendo estender-se para outras demandas das artesãs Inclusão no cadastro de artesãos do município
D T S	Padrões de articulação inter-institucionais	Falta de iniciativa das empreendedoras em estabelecer parcerias Priorização de empregos formais em detrimento do trabalho na feira	Existência de laços de proximidade e confiança entre as feirantes Existência do poder público preocupado com o desenvolvimento do empreendimento (embrionária)
	Autogestão e entranhamento comunal	Liderança negativa de uma das representantes da feira Priorização de empregos formais em detrimento do trabalho na feira Tentativas anteriores de organização do trabalho não adequadas ao contexto e que por isso não deram certo	Existência de laços de proximidade e confiança entre as feirantes Existência de uma maioria de feirantes que quer desenvolver o empreendimento tendo em vista os princípios da economia solidária

	<p>Ecodesenvolvimento</p>	<p>Preocupação com os impactos socioambientais das ações produtivas</p>	<p>Escassez de programas de conscientização ambiental na região</p> <p>Escassez de iniciativas voltadas para a formação da mão-de-obra local</p> <p>Insuficiência de locais na região que atendam as demandas de insumos das feirantes</p>	<p>Senso de pertencimento ao local</p> <p>Possibilidades de interação no território em função do aquífero karst e turismo rural</p>
--	----------------------------------	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora

Como principais obstáculos tem-se dentre as questões mais individuais de cada de feirantes: as demandas domésticas e familiares e Priorização de empregos formais em detrimento do trabalho na feira. Das questões mais coletivas, pode-se observar a falta de participação em ambientes públicos de deliberação, como conselhos, conferências e fóruns, por não se sentirem pertencentes a estes locais, outra questão é a falta de iniciativa das empreendedoras em estabelecer parcerias, que pode ser devido às próprias demandas individuais que cada uma carrega, como também a autoestima baixa que elas tem enquanto empreendedoras. Dos obstáculos que fazem parte da complexidade do bairro pode-se destacar a escassez de programas de conscientização ambiental na região, a falta de iniciativas voltadas para a formação da mão-de-obra local e a insuficiência de locais no Tanguá que atendam as demandas de insumos das feirantes

Em contrapartida aos obstáculos pode-se observara diversas potencialidades. Na dimensão individual das feirantes, foi possível observar a satisfação que elas tem com o trabalho artesanal que produzem, o potencial de liderança de grande parte das feirantes e a existência de laços de proximidade e confiança entre as feirantes. Enquanto grupo, a feira do Tanguá demonstra um grande potencial de aprender e se reinventar, a inclusão no cadastro de artesãos do município colabora para a alavancagem, além da questão comercial, também para autoestima das feirantes, a aproximação da prefeitura, a princípio, para questões de infraestrutura, tem um potencial para estender-se para outras demandas das artesãs, pois o poder público demonstrou-se preocupado com o desenvolvimento do empreendimento, embora esteja, até o momento da análise, em fase embrionária. Outra potencialidade importante para esta feira é existência de uma maioria de feirantes que quer desenvolver o empreendimento tendo em vista os princípios da economia solidária, elas tem senso de pertencimento com local onde vivem, e por isso, interessam-se em colaborar com o seu desenvolvimento. É possível fazer projeções de interação do empreendimento com políticas de exploração do aquífero karst e do turismo rural, este segundo já existente no município.

É preciso desvelar o trabalho que as mulheres desenvolvem no campo da economia solidária e no âmbito do território. Aliar o horizonte desejado de igualdade, a autonomia das mulheres, com o horizonte da economia solidária de superar o sistema econômico centrado no capital, por outro sistema centrado no trabalho autogerido e na solidariedade, capaz de impregnar com práticas cooperativas, dialógicas e solidárias às relações entre as pessoas no processo de produção. Construir um sistema econômico diferente, que garanta que a sociedade tenha o domínio sobre as riquezas, e não as riquezas sobre a sociedade, e que assegure também outra qualidade nas relações entre homens e mulheres, uma vez transformadas as relações interpessoais.

Os atores presentes na dinâmica pesquisada nesta dissertação vivem dilemas complexos cada um em seu microcosmo. As feirantes vivem dificuldades financeiras, de organização e autoestima, que afetam as decisões do empreendimento e que não permitem o avanço em aspectos importantes, como por exemplo, a adesão de mais feirantes, conforme destacado por elas como um dos pontos críticos. A administração pública municipal tem buscado ofertar, mesmo que sem ouvir as necessidades das feirantes, soluções para demandas emergentes. Entretanto, encontra limites em termos de orçamento, viabilidade e adesão dos produtores potenciais e comerciantes nas feiras populares.

Uma questão que aparece na fala dos entrevistados é a da interação entre a mobilização em torno de um empreendimento solidário, os moradores do bairro, a vida em comunidade e o poder público. Ficou evidente na pesquisa de campo a influência das ações da prefeitura nas decisões tomadas no âmbito do empreendimento. São muito claras as mudanças e direcionamentos dados à feira a partir da importância que a prefeitura deu às ações de infraestrutura e comunicação. Esse movimento, inclusive, aproximou outras pessoas, que também produzem itens que potencialmente poderiam ser comercializados na feira, ao empreendimento. Todavia, os interessandos estavam esperando maior consolidação do empreendimento antes de vincularem-se a ele. Ou como destacado na fala das feirantes “primeiro tinha que ver se ia dar certo, para depois entrar”, ou seja, a adesão estava condicionada ao sucesso do empreendimento. Assim, os potenciais participante do empreendimento não se

engajariam em função do princípio da solidariedade, mas por ser uma alternativa de geração de trabalho e renda.

Enquanto que do lado do poder público, os entrevistados, demonstraram a abertura para o incentivo às feiras populares do município, incentivando-as por meio da promoção de alguns serviços. Porém, esse incentivo não atendia as demandas básicas das artesãs. Como por exemplo, o incentivo dado à participação das feirantes em todas as outras feiras livres da cidade não atendia a necessidade de transporte para que elas possuíssem para levar suas mercadorias aos destinos das feiras livres do município. O transporte público, neste caso, não supre esta necessidade, tendo em vista que é escasso, apenas disponível em dois horários do dia, ou seja, o ônibus que leva os moradores do Tanguá a outras regiões da cidade passa apenas pela manhã e no final da tarde.

Em suma, o atual modelo de administração pública municipal é pouco eficaz para produzir e alocar o bem público para a sociedade. Contudo, a sociedade a quem a administração pública serve não é constituída de um modelo puro, isolado e de um único espaço linear para a existência humana. Pelo contrário, a sociedade é constituída de múltiplos espaços e modelos (RAMOS, 1981; SANTOS, 1988). Segundo um dos representantes da prefeitura entrevistados

“O foco da gestão, cujo plano de governo com foco de cuidar das pessoas, que a gente entendia que precisa primeiro de uma materialidade das coisas da cidade, de garantir uma estrutura mínima da cidade, dos espaços e pensar esse espaço ordenado e ao mesmo cuidado desse sujeito integral. Política pensada de forma articulada e integrada, não tem mais como esquartejar esse sujeito, se não pensar no sujeito integral. A gente tem entendido que não vai ter desenvolvimento da cidade nunca se a gente pensar nesse sujeito esquartejado. E o pensamento da perspectiva do direito como algo que está vinculado a esta materialidade. (Representante da prefeitura)

A pesquisa de campo demonstrou um tom de proximidade já na campanha do prefeito, com intuito de que os gabinetes das secretarias fossem abertos para que as pessoas pudessem procurar os gestores públicos, para além das audiências públicas, para que esses pudessem ouvir as demandas da população. Tal postura demonstra que há uma mudança paradigmática em curso, tanto no âmbito econômico, quanto no âmbito da administração pública.

A pesquisa demonstra que o empreendimento solidário do Tanguá, embora não tenha adquirido status de um verdadeiro empreendimento de economia solidários nos moldes e princípios apresentados pela literatura, ele tem contribuído para melhorar a autonomia das mulheres na região e alavancar inovações e protagonismo local para a gestão e o desenvolvimento do bairro. Uma das lacunas percebidas no transcurso da pesquisa é a das questões socioambientais. Há pouco debate local acerca da riqueza existente no território, o aquífero Karst, e como a sociedade poderia se engajar para resolver os problemas sociais que atingem a região em função de uma riqueza natural. A contradição entre riqueza econômica e natural fica evidente neste território. O recurso hídrico é potencialmente um recurso que no longo prazo tornará esse território rico. Faz-se necessário pensar alternativas regionais e fundos de desenvolvimento regional que compensem os malefícios socioeconômicos para garantir a existência do recurso natural que beneficiará toda região (SACHS, 2007; VIEIRA, 2006; MENEZES, 2009).

Deixou-se, finalmente, em aberto um conjunto de indagações que julga-se de importância crucial e que não puderam ser adequadamente respondidas nesta dissertação: as possibilidades da relação entre sociedade civil organizada e poder público, desenhadas a partir de um modelo de coprodução; as potencialidades de programas que fortaleçam demandas individuais das feirantes com o objetivo de elevar sua autoestima e por consequência sua autonomia diante do contexto de vulnerabilidade social em que vivem; relação do empreendimento com a destinação de seu rejeitos, em especial, neste território cuja condição ambiental encontra limites no aquífero karst.

Diversas outras demandas de estudos se abriram a partir deste primeiro contato com este território. Um estudo relevante seria, por exemplo, analisar a relação do aquífero karst com a organização da vida dentro desta comunidade, bem como acerca da falta de acesso, inclusive. Há um grande leque de demandas para as diversas áreas do conhecimento. A aproximação acadêmica e de conceitos e práticas desconhecidas até então por esses moradores, tem o potencial de dar visibilidade a esta região e a outras de vulnerabilidade socioambiental. Essa pesquisa levantou temas com o objetivo de coloca-los em discussão, reconhecendo as dificuldades de se apreender questões tão complexas como as vivenciadas. Para fins de pesquisas futuras sugere-se

também estudos que busquem acompanhar as atividades e a manutenção do empreendimento de economia solidária do Tanguá e como a gestão e organização do trabalho evoluíram.

REFERÊNCIAS

- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/almirante-tamandare_pr acessado em 11/10/2016
- Site da prefeitura de Almirante Tamandaré
<http://tamandare.pr.gov.br/apresentacao-da-cidade> Acessado em 11/10/2016
- ANDION, Carolina; SERVA, Mauricio. **Uma delimitação do campo da economia social no Brasil: História, correntes e atores**. 30º Encontro da ANPAD. 2006
- ARAUJO, Maria Luiza Malucelli. **A influência do aquífero Carste em Almirante Tamandaré**. Relatório da Coordenação da Região metropolitana de Curitiba – COMEC. 2006
- ARROYO, João Claudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Carmago. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. 1. Ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2006 - (Coleção Brasil Urgente)
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. I Seminário Internacional de representações sociais, subjetividade e educação – SIRSSE. Pontificia Universidade Católica do Paraná. 2011
- BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994.
- Bardin, L.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo: edição revista e ampliada**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres. Caderno de Formação** – Brasília: SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, MMIRDH, 2016
- BENKO, George; PECQUEUR, Bernard. **Os recursos de território e os territórios de recursos**. Geosul, Florianópolis, v.16, n.32, p 31-50, jul./dez. 2001. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14006/12841>>
- BOEIRA, Sergio Luis; SIMON, Vanessa Pereira. **Empoderamento Feminino na Economia Social e Solidária**. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016

BOISER, Sergio. **Em busca do esquivo Desenvolvimento regional: Entre a caixa preta e o projeto político**. Revista Planejamento e Políticas públicas. N.13, junho de 1993.

CAIERO, Joaquim Manuel Croca. **Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia**. Ver. Katál. Florianópolis v.11 n. 1 p. 61-72 jan/jun. 2008

CAMPOS, Claudinei José Gomes. **MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde**. Rev Bras Enferm, Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):611-4. <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **PESQUISA QUALITATIVA: ANÁLISE DE DISCURSO VERSUS ANÁLISE DE CONTEÚDO**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.

CEPAL. Estudo econômico da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CEPAL. **Autonomía de las mujeres e igualdad em la agenda de desarrollo sostenible**. XIII Conferencia Regional sobre la mujer de América Latina y Caribe. Montevideo, 25 a 28 de octubre de 2016

DEMO, Pedro. **Metodologia científica e ciências sociais**. 3º edição. São Paulo: Atlas, 1995)

DEMOUSTIER, Daniele. **Economia Social e Solidária, Editora: Loyola, 2001**.

DUPAS, Gilberto. **A lógica da economia global e a exclusão social**. Estud. av. vol.12 no.34 São Paulo Sept./Dec. 1998

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa** / Uwe Flick; trad. Sandra Nets. – 2. Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2009.

GARCÍA, Rolando. **Interdisciplinarietà y sistemas complejos**. ReLMeCS, vol. 1, nº 1, primer semestre de 2011

GARCÍA, Rolando. **Sistemas complejos: Conceptos, método y fundamentación epistemológica de la investigación interdisciplinaria**. Gedisa Editorial. Barcelona, 2006.

GARRAFA, Volnei; AZAMBUJA, Leticia. **Epistemología de la bioética - enfoque latino-americano Epistemology of bioethics – Latin American focus**. Revista Brasileira de Bioética 2007; 3 (3): 344-59

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2009. HEFELL, Carla K. M. et al. **A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA FEMININA: O empoderamento pelo capital social**. XII CONAGES – XII Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades. 2016. JULIEN, Pierre-André. **Empreendedorismo Regional e a Economia do Conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010

KAPP, Karl William. **A Natureza da economia como um sistema aberto e suas implicações**. (Mimeo)

LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: Um movimento internacional**. Revista Crítica de Ciências Sociais. 2009.

LÉVESQUE, Benoît (2009). **Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia**. *Política & Sociedade*, v. 8, n. 14, 2009, p. 107-144.

LIPIETZ, Alain. **ECONÔMIA GLOBAL E REGIONALIZAÇÃO: O mundo do pós-fordismo**. 1991

LISBOA, Armando de Melo. **Socioeconomia solidária. Marco conceitual latino-americano**. Nº 02/2004

MENEZES, Elaine Cristina de Oliveira. **Cooperativismo e desenvolvimento territorial sustentável: orientações estratégicas e alternativas de geração de trabalho e renda das comunidades pesqueiras da Grande Florianópolis - Santa Catarina**. Relatório Pós-doutorado (Pós-doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2011.

MENEZES, E C O. **Industrialização e meio ambiente no estado de Santa Catarina: Estudo de caso sobre a evolução e os impactos socioambientais do segmento têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Itajaí**. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, 2009.

MENEZES, Elaine Cristina de Oliveira; SERVA, Mauricio. **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL EM DEBATE: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL NA GRANDE FLORIANÓPOLIS**. Textos de Economia, Florianópolis, v.15, n.1, p.11-40, jan./jun.2012

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, Cecília de Souza (organizadora); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34. Ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2015

MORAIS, M. E. S. P. ; SILVA, C. S. N. **ANÁLISE INTEGRADA DO DESENVOLVIMENTO E ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: uma crítica à teoria de Walt Whitman Rostow sobre as etapas do desenvolvimento econômico.** SynThesis Revista Digital FAPAM, Pará de Minas, v.2, n.2, 53-63, nov. 2010

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

MORIN, Edgar. **Para onde vai o mundo?** Trad. Francisco Moras. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento** / Edgar Morin; tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

NAMORADO, Rui. **O que é Economia Social?** Economia social em textos. N. 01. Janeiro 2017

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Por que empreendimentos sociais solidários “fracassam”? elementos de uma possível acomodação induzida.** In Anais III Colóquio de Doutores do CES, Universidade de Coimbra: Coimbra, Portugal, 2012, disponível em <http://www.ces.uc.pt/coimbrac/pages/pt/comunicacoes-e-posters/806---edson-oliveira.html>

O'ROURKE, P. J. **A Riqueza das nações de Adam Smith: uma biografia** / P.J. O'Rourke; tradução, Roberto Franco Valente. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

OLIVEIRA, Leandro Dias. **OS “LIMITES DO CRESCIMENTO” 40 ANOS DEPOIS: Das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”** Revista Continentes (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012

PUCPR. **Relatório de avaliação do curso de extensão em Empreendedorismo Social: Desenvolvendo lideranças transformadoras.** Edição 2014.

PASSET, R. **Desenvolvimento durável e biosfera: abertura multidimensional ou novos reducionismos?** Revista Tempo Brasileiro, 108: 27-47, 1992.

PAULI, J.; BENDER, N.; ZANELLA, W. **Perfil de liderança em empreendimentos de economia solidária.** Revista Perspectiva, Erechim, v.37, n 138, p.93-104, junho/2013

PECQUEUR, Bernard. **A guinada territorial da economia global**. Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. Florianópolis: PPGAGR, v.4, n. especial, dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p79>

PECQUEUR, Bernard. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul**. Campina Grande: Raízes, v.24, n.01 e 02, p 10-22, jan./dez. 2005. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_53.pdf

POLANYI, Karl. A economia como processo instituído. In: LEVITT, Kari Polanyi (Org.). A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. pp. 293-329.

RAMOS, Guerreiro. **Sociologia e a Teoria das Organizações - Um Estudo Supra Partidário**. Santos: Editora Leopoldianum, 1983

ROSTOW, W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993.

SACHS, Ignacy. **Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3 Ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2013

SIMON, Vanêssa Silveira Pereira. **Trajetórias fenonômicas e empoderamento : histórias de vida de mulheres na economia social e solidária catarinense**. 286 f. (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconomico. Florianópolis, Santa Catarina, 2015

SIMON, Vanessa Pereira; BOEIRA, Sergio Luís. **Empoderamento Feminino na Economia Social e Solidária**. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond. 2010.

VIEIRA, Paulo Freire. **Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo**. Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

VIEIRA, Paulo Freire. **Políticas ambientais no Brasil: Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável**. Política & Sociedade. Nº 14 – abril de 2009

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate aberto**. Temáticas - revista de pós-graduandos em ciências sociais da Unicamp. 2014

Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Kotoviski Filho, Antonio Ilson. **Considerações históricas e geográficas sobre o município de Almirante Tamandaré – PR** / Antonio Ilson Kotoviski Filho. - Almirante Tamandaré, PR : Edição do autor, 2013

Kotoviski Filho, Antonio Ilson. **Relatos de um tamandareense : história do município de Almirante Tamandaré** / Antonio Ilson Kotoviski Filho. - Almirante Tamandaré, PR : Jeenn Carlo Kotoviski, 2011. 494 p. ; 21 cm.

Sá LV. Oliveira RA de. **Autonomia: uma abordagem interdisciplinar**. Saúde, Ética & Justiça. 2007;12(1/2):5-14.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3 Ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2013

Marcha Mundial das Mulheres. **Autonomia econômica das mulheres**. Terceira Ação Internacional, 2010. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/category/autonomia-economica/>

NICOLESCU, Basarab. **Conferência no Congresso Internacional "A Responsabilidade da Universidade para com a Sociedade"**, International Association of Universities, Chulalongkorn University, Bangkok, Thailand, de 12 a 14 de novembro de 1997

QUINTELA, Sandra. **Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia**. Rio de Janeiro, PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2006. 40p. (Globalização e Solidariedade, 5)

Projeto Economia Solidária e Feminista como Estratégia para Autonomia e Auto-Organização das Mulheres | Convênio nº 787545/2013 - Cáritas/SPM/PR

TADEU, Silney Alves. **Mulher e Trabalho na economia social: estereótipos e desigualdades e as teorias sobre as desigualdades entre os gêneros.** Espaço Jurídico, Joaçaba, v. 9, n. 2, p. 141-150, jul./dez. 2008

Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres/Nalu Faria (org.), Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF, 2010. 80 p. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 2)

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global.** Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

ANEXO I - BLOCOS DE PERGUNTAS

TRAJETÓRIAS

	Dimensões	Aspectos de análise
TERRITÓRIO	Trajatória histórica *Pedir fotos	<ul style="list-style-type: none"> O que conhece da história da região Quais os marcos e eventos importantes do território
	Trajatória política	<ul style="list-style-type: none"> Como é a relação com o poder público (prefeitura e equipamentos públicos) ao longo do tempo? Percebe alguma mudança desde que foi morar no Tanguá
	Pertencimento	<ul style="list-style-type: none"> Há quanto tempo mora no Tanguá. Qual a motivação para morar no Tanguá Tem vontade de morar em outro lugar? Qual motivo? Você participa de organizações ou conselhos no bairro? (time de futebol, sociedade Tanguá, associação dos moradores, etc)
FEIRA	Trajatória histórica	<ul style="list-style-type: none"> Como a feira começou Marcos e eventos importantes Atores importantes durante a trajetória
	Funcionamento e organização	<ul style="list-style-type: none"> Como a feira se organiza: dias da semana, frequência, estratégias em datas comemorativas Logística Existe necessidade de locação de barracas Existe necessidade de pagamento do local de exposição A feira acontece em outros lugares fora do Tanguá ou imediações
MULHERES	Trajatória histórica	<ul style="list-style-type: none"> Contexto familiar (com quem mora, se tem filhos e netos, outros membros da família moram em Almirante Tamandaré)
	Ocupação	<ul style="list-style-type: none"> Qual seu trabalho. Há quanto tempo? Já desenvolveu outros trabalhos? Quais?

AUTONOMIA

Dimensões	Aspectos de análise
Autonomia econômica, que se vincula com a possibilidade de controlar os ativos e recursos	<ul style="list-style-type: none"> Como decidiu ingressar na feira Já produzia o que comercializa na feira? Há quanto tempo? Você tem alguma fonte de renda além da feira? Na sua casa existe outra fonte de renda além da sua? Quanto a sua renda representa da renda total da sua casa? Como foi a escolha pela sua profissão/atuação?

	<ul style="list-style-type: none"> • Quais são os elementos importantes que leva em consideração quando vai planejar o futuro? • O que faz no tempo livre? O que faria se tivesse mais tempo livre? • Há algo que você gostaria de melhorar profissionalmente por meio de cursos, formações? O que? O que te impede de fazer até este momento? • Quem é responsável pelas tarefas domésticas em sua casa? • As outras pessoas que moram na casa colaboram com as tarefas domésticas?
Autonomia física, que refere a capacidade de decidir livremente acerca da sexualidade e do direito de viver uma vida livre de violência	Não será abordado
Autonomia da tomada de decisões, que implica a plena participação nas decisões que afetam a vida das mulheres, suas famílias, suas comunidades e a sociedade e seu conjunto	<ul style="list-style-type: none"> • Você participa de fóruns ou grupos ligados à economia solidária • Participa de algum outro movimento • Participa de algum grupo (igreja, lazer, grupo de estudo, associação do bairro), como você percebe sua participação • Participa das conferências promovidas pela prefeitura (educação, saúde, etc...), como você percebe sua participação • Sente vontade de participar de algum grupo assim. O que te impede até este momento • Na sua casa como são tomadas as decisões da família (exemplo: compra de algum bem, viagem)

SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA

Dimensões	Aspectos de análise
Autogestão e entranhamento comunal	<ul style="list-style-type: none"> • Como é organizada a gestão da feira • Como são divididas as funções e responsabilidade • Como é o processo para quem quer fazer parte da feira • Como são tomadas as decisões relacionadas a feira • O que significa ser solidário
Territorialidade e sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Você mora no Tanguá • Porque comercializa no Tanguá • Como você acha que o Tanguá poderia ser desenvolver mais? A Feira colabora com isso? • As atividades da feira se integram de alguma forma com as demais atividades cotidianas do território
Redes de parcerias – a intercooperação	<ul style="list-style-type: none"> • Como é a relação da feira com os outros comerciantes do bairro? • Em quais redes a feira se apoia para ser realizada • Em quais redes a feira se apoia para crescer • Existe pessoas não feirantes, mas que colaboram para a realização da feira? Quem e quais suas contribuições

Inserção no mercado	<ul style="list-style-type: none"> • O que acredita que um empreendimento de economia solidária tem de diferente dos outros • O que é importante na hora de comercializar os produtos • Como é a relação com as pessoas que consomem
---------------------	---

DTS

Dimensões	Aspectos de análise
Evolução do território	Formação de mão de obra local Estímulo a qualidade de vida no trabalho Aumento da produtividade por meio de cooperação e formação de parcerias
Político-institucional	Instituições locais Proximidade de relação com instituições locais e proximidade territorial
Socioeconômica e cultural	Redes e interações sociais
Socioambiental	Características ecológicas da região Recursos naturais disponíveis e utilizados Preocupação com o impacto socioambiental na produção e comercialização Técnicas utilizadas para produção e descarte